



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y DE LA COMUNICACIÓN**  
**DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**O PERFIL DO ALUNO ESTRANGEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDAD  
AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**

**FARUK MARACAJÁ NAPY CHARARA**

**Asunción-Paraguay**

**2023**

**FARUK MARACAJÁ NOPY CHARARA**

**O PERFIL DO ALUNO ESTRANGEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDAD  
AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**

Tese a ser apresentada para Universidad Autónoma de Asunción (UAA) como requisito final para a obtenção do Título de Doctor en Ciencias de la Educación.

**Orientadora:**

**Dra. Daniela Ruiz Díaz Morales.**

**Asunción-Paraguay**

**2023**

Charara, Faruk Maracajá Napy. 2023

O PERFIL DO ALUNO ESTRANGEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDAD  
AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

156 p.

Tutora: Professora Dra. Daniela Ruiz Díaz Morales

Doctorado en Ciencias de la Educación

Universidad Autónoma de Asunción. 2023

**FARUK MARACAJÁ NAPY CHARARA**

**O PERFIL DO ALUNO ESTRANGEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDAD  
AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**

Esta tesis fue evaluada y aprobada en fecha \_\_/\_\_/\_\_\_\_ para la obtención del título de Doctor en Ciencias de la Educación por la Universidad Autónoma de Asunción – UAA.

Prof. Dr.....

Prof. Dr.....

Prof. Dr.....

Prof. Dr.....

Prof. Dr.....

**Asunción-Paraguay 2023**

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a Deus, por ter me concedido força e persistência para chegar ao término deste trabalho, concretizando uma realização profissional.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido a capacidade de prosseguir em meus objetivos.

A Dra. Daniela Ruiz Díaz Morales, que me orientou em todo o processo de pesquisa, me corrigindo guiando e confiando no êxito dessa investigação científica.

A minha família, fonte de inspiração para lutar e galgar novos patamares profissionais.

Aos meus colegas de curso.

Aos professores e alunos da Universidad Autónoma de Asunción, que colaboraram muito com essa pesquisa.

Ao acolhedor povo do Paraguai que me recebeu com muita hospitalidade.

Ao diretor administrativo da escola Antenor Navarro, o senhor Jesualdo Nóbrega do Nascimento, a diretora pedagógica, Francinete Elita Brasil. A equipe técnica e colegas professores que muito me colaboraram nos momentos em que eu mais necessitei.

A coordenadora Willyane Luna Rocha que sempre me incentivou.

A professora Michele Toscano grande companheira de trabalho e amiga sua colaboração foi essencial para o término dessa pesquisa.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	viii
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	ix
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	x
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	xi
<b>RESUMO</b> .....	xii
<b>ABSTRACT</b> .....	xiii
<b>RESUMEM</b> .....	xiv
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 O ENSINO SUPERIOR NO MUNDO</b> .....	27
1.1 As Migrações.....	29
1.2 A Mobilidade Estudantil .....	30
1.3 A Internacionalização do Ensino Superior.....	33
1.4 A Mobilidade Estudantil na América Latina.....	39
<b>2 O ENSINO SUPERIOR NO PARAGUAY</b> .....	44
2.1 Histórico da Educação Superior no Paraguay.....	44
2.2 A Legislação do Ensino Superior no Paraguay.....	47
2.3 A Universidad Autónoma de Asunción.....	51
<b>3 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO</b> .....	54
3.1 Tipos de Pesquisa .....	54

3.1.1	Investigação não experimental.....	54
3.1.2	Estudo descritivo de corte transversal.....	54
3.1.3	Enfoque misto.....	55
3.2	O problema da Investigação.....	56
3.2.1	Objetivo geral.....	56
3.2.2	Objetivos específicos.....	56
3.3	Técnicas e instrumentos de coleta de dados.....	57
3.3.1	Processo de validação instrumental.....	59
3.4	Questionários.....	59
3.4.1	Entrevista .....	60
4	Unidade de análise.....	61
4.1	Universidad Autónoma de Asunción.....	61
5	Participantes.....	63
5.1	Processo de seleção dos participantes.....	63
5.2	Considerações éticas da investigação.....	64
	<b>4 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>65</b>
4.1	Respostas dos alunos.....	65
4.2	Respostas dos professores.....	75
4.3	Respostas da primeira autoridade.....	78
4.4	Respostas da segunda autoridade.....	79
	<b>5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>83</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>86</b>
	<b>APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS ESTUDANTES ESTRANGEIROS</b> .....	<b>90</b>
	<b>APÊNDICE II: QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFESSORES.....</b>	<b>94</b>



<b>APÊNDICE III: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PRIMEIRA AUTORIDADE</b>	
.....	96

<b>APÊNDICE IV: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SEGUNDA AUTORIDADE</b>	
.....	97

<b>ANEXOS</b>	98
---------------	----

### **LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 01:</b> Desenho do processo de Investigação.....	57
--	----

<b>FIGURA 02:</b> Universidad Autónoma de Asunción.....	98
---	----

<b>FIGURA 03:</b> Universidad Autónoma de Asunción (vista aérea) .....	98
--	----

<b>FIGURA 04:</b> Reunión de Información sobre Erasmus + Universidad Autónoma de Asunción	
.....	98

<b>FIGURA 05:</b> Reunión de la Universidad Autónoma de Asunción (UAA) y la Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado (AUIP).....	99
--	----

<b>FIGURA 06:</b> Ley General de Educación.....	99
---	----

<b>FIGURA 07:</b> Ley de la Educación Superior.....	120
---	-----

<b>FIGURA 08:</b> Mecanismo de Evaluación y Acreditación Institucional.....	138
---	-----

### **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 01:</b> Instrumentos da coleta de dados da pesquisa.....	58
--	----

<b>TABELA 02:</b> Processo de seleção dos participantes.....	63
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS.

<b>Gráfico 01:</b> Nacionalidade.....	65
<b>Gráfico 02:</b> Região onde vive.....	66
<b>Gráfico 03:</b> Gênero.....	66
<b>Gráfico 04:</b> Idade .....	67
<b>Gráfico 05:</b> Estado civil.....	67
<b>Gráfico 06:</b> Nível socioeconômico.....	68
<b>Gráfico 07:</b> Sobre em que instituição realizou sua formação acadêmica.....	68
<b>Gráfico 08:</b> Qual pós-graduação realizou ou está realizando na Universidad Autónoma de Asunción.....	69
<b>Gráfico 09:</b> Em que ano iniciou sua pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción. .....	69
<b>Gráfico 10:</b> Situação em que se encontra a pós-graduação.....	70
<b>Gráfico 11:</b> De que forma teve conhecimento sobre o ensino superior de pós-graduação no Paraguay.....	70
<b>Gráfico 12:</b> Quais motivos te incitaram a estudar em outro país.....	71
<b>Gráfico 13:</b> Quais suas expectativas ao iniciar os estudos no exterior.....	71
<b>Gráfico 14:</b> Quais aspectos positivos você destaca na experiência de estudar em uma instituição estrangeira.....	72
<b>Gráfico 15:</b> Que aspectos negativos você encontrou durante o período em que estudou em uma instituição estrangeira.....	72
<b>Gráfico 16:</b> Quais as dificuldades de estudar no exterior.....	73
<b>Gráfico 17:</b> Quais as diferenças didáticas e metodológicas você percebeu na instituição estrangeira. ....	73
<b>Gráfico 18:</b> Como você avalia o nível acadêmico da Universidad Autónoma de Asunción. .....	74
<b>Gráfico 19:</b> Suas expectativas estão sendo alcançadas durante ou ao termino da sua pós-graduação. ....	74

- Gráfico 20:** Sua formação, a nível de pós-graduação, está agregando valor a sua carreira profissional. ....75
- Gráfico 21:** Quais as dificuldades encontradas em relação ao entendimento dos estudantes estrangeiros. ....75
- Gráfico 22:** Que aspecto você considera como um obstáculo para o desenvolvimento do estudante estrangeiro.....76
- Gráfico 23:** Quais aspectos positivos você destaca na relação de ensino aprendizagem com o estudante estrangeiro.....76
- Gráfico 24:** Quais aspectos negativos você descreveria neste ambiente da sala de aula..77
- Gráfico 25:** Quais as dificuldades e os desafios de se trabalhar com o estudante estrangeiro.....77

**LISTA DE ABREVIATURAS**

**ABNT** Associação Brasileira de Normas Técnicas

**ACBSP** Accreditation Council for Business Schools and Programs

**ANEAES** Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior

**APA** American Psychological Association

**AUIP** Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado

**CONACYT** Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología

**CONES** Consejo Nacional de Educación Superior

**CMC** O Conselho do Mercado Comum

**CRES** Conferência Regional de Educación Superior de América Latina y El Caribe

**ESAE** Escola Superior de Administração de Empresas

**IES** Instituições de ensino superior

**ERASMUS** European Region Action Scheme for the Mobility of University Students

**FACEYE** Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais

**IDH** Índice de Desenvolvimento Humano

**RICS** Revista de Investigación en Ciencias Sociales

**RME** Reunião de Ministros de Educação

**MARCA** Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Credenciados

**MEC** Ministerio de Educación y Ciencias

**MERCOSUL** Mercado Comum do Sul

**MEXA** Mecanismo Experimental de Credenciamento

**OMC** Organização Mundial de Comércio

**ONU** Organização das Nações Unidas

**PIB** Produto Interno Bruto

**PNUD** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**UAA** Universidad Autónoma de Asunción

**UC** Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción

**UEPB** Universidade Estadual da Paraíba

**UFPB** Universidade Federal da Paraíba

**UNA** Universidad Nacional de Asunción

**UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**TICs** Tecnologia da Informação e Comunicação

## RESUMO

A internacionalização do ensino superior no mundo é um fenômeno que nos revela as desigualdades no acesso de estudantes ao ensino a nível superior. Estando diretamente relacionado a mobilidade estudantil em diversas regiões do globo. De acordo com essa problemática esse trabalho revelou o perfil dos estudantes estrangeiros de pós-graduação dos cursos de mestrado e doutorado em ciências da educação na Universidad Autónoma de Asunción no Paraguay. Descrevendo também a percepção dos docentes da Universidade em relação aos estudantes estrangeiros e registrando a percepção em relação ao ensino superior no Paraguay, mais especificamente em suas experiências na Universidad Autónoma de Asunción. Trata-se, portanto, de uma pesquisa não experimental, descritiva, de corte transversal com enfoque misto. Para alcançar os resultados foram aplicados questionários estruturados com cem estudantes dos cursos de mestrado e doutorado em ciências da educação e com dez professores da Universidade. Foram realizadas duas entrevistas, com as autoridades da Universidad Autónoma de Asunción. Como resultados a pesquisa nos mostra que 97% dos estudantes estrangeiros são brasileiros, entre eles predomina o gênero feminino com o percentual de 67%. 57% dos estudantes apontaram que a o intercâmbio cultural é o principal aspecto positivo de estudar em outro país. 40% dos estudantes afirma que a falta de domínio do idioma espanhol é a maior dificuldade encontrada para realizarem seus estudos. Dessa forma percebe-se que a busca por um outro país é fruto da falta de estrutura e de oportunidades nos países de origem desses estudantes e que o Paraguay é uma alternativa para a complementação da formação acadêmica de muitos estudantes estrangeiros.

**Palavras-chaves:** Internacionalização da educação; Mobilidade estudantil; perfil do estudante estrangeiro.

## ABSTRACT

The internationalization of higher education in the world is a phenomenon that reveals the inequalities in student access to higher education. Being directly related to student mobility in various regions of the globe. According to this issue, this work revealed the profile of foreign postgraduate students in master's and doctoral courses in educational sciences at the Universidad Autónoma de Asunción in Paraguay. Describing the perception of University professors in relation to foreign students and recording their perception of higher education in Paraguay, more specifically in their experiences at the Universidad Autónoma de Asunción. It is, therefore, a non-experimental, descriptive, cross-sectional study with a mixed focus. In order to reach the results, structured questionnaires were applied to one hundred students from the Master's and Doctorate courses in Educational Sciences and ten professors at the University. Two interviews were conducted with the authorities of the Universidad Autónoma de Asunción. As a result, the research shows that 97% of foreign students are Brazilians, among them the female gender predominates with a percentage of 67%. 57% of students indicated that cultural exchange is the main positive aspect of studying in another country. 40% of students say that the lack of command of the Spanish language is the main difficulty they encounter in carrying out their studies. In this way, it is clear that the search for another country is the result of the lack of structure and opportunities in the countries of origin of these students and that Paraguay is an alternative to complement the academic training of many foreign students.

**Keywords:** Internationalization of education; Student mobility; foreign student profile.

## RESUMEN

La internacionalización de la educación superior en el mundo es un fenómeno que revela las desigualdades en el acceso de los estudiantes a la educación superior. Está directamente relacionado con la movilidad estudiantil en diversas regiones del globo. De acuerdo con este problema, este trabajo reveló el perfil de los estudiantes extranjeros de posgrado de los cursos de maestría y doctorado en Ciencias de la Educación en la Universidad Autónoma de Asunción en Paraguay. También se describió la percepción que tienen los profesores universitarios de los estudiantes extranjeros y se registró la percepción de la educación superior en Paraguay, más específicamente a través de las experiencias vividas en la Universidad Autónoma de Asunción. El diseño de la investigación fue no experimental, de alcance descriptivo, de corte transversal y enfoque mixto. Para lograr los resultados, se aplicaron cuestionarios estructurados a cien estudiantes de cursos de maestría y doctorado en Ciencias de la Educación y diez profesores de la Universidad. Se realizaron dos entrevistas, una con las autoridades de la Universidad Autónoma de Asunción. Los resultados de la investigación mostraron que el 97% de los estudiantes extranjeros son brasileños, entre ellos predomina el género femenino con el porcentaje del 67%. El 57% de los estudiantes señaló que el intercambio cultural es el principal aspecto positivo de estudiar en otro país. El 40% de los estudiantes afirmó que la falta de dominio de la lengua española es la mayor dificultad encontrada para realizar sus estudios. La búsqueda de otro país es el resultado de la falta de estructura y oportunidades en los países de origen de estos estudios y que Paraguay es una alternativa para complementar la formación académica de muchos estudiantes extranjeros.

**Palabras claves:** Internacionalización de la educación; Movilidad estudiantil; perfil del estudiante extranjero.



## INTRODUÇÃO

A motivação da escolha do tema surgiu da relevância social para os alunos estrangeiros, para a Universidad Autónoma de Asunción e também por uma inquietação particular em investigar as motivações para que os alunos estrangeiros busquem o Paraguai como o país para seu crescimento acadêmico, social e cultural.

Historicamente, a educação superior vem se associando à ideia de internacionalização. Ultrapassando as fronteiras dos países tornando-se em educação internacional, com sua gênese na universidade moderna/colonial do século XVI, com um modelo pautado universalidade e neutralidade do conhecimento, chegando ao século XXI com vários conceitos e abordagens de internacionalização da educação superior. Esse movimento foi um movimento alicerçado a partir da ideia de internacionalização, e tendo como produto de estratégias e objetivos globalizantes no mercado capitalista. Nessa realidade da internacionalização da educação superior, despertando os interesses dos sistemas educacionais públicos e privados, além do comércio internacional.

Essa temática da internacionalização da educação toma corpo fundamentada na investigação nas últimas duas décadas, forjada em movimentos de mundialização do capital, onde a educação superior, de maneira mais específica passa a ser contemplada como um vasto mercado a ser explorado. A sociedade global atual trouxe esse tema sobre a educação superior para contexto da internacionalização e a partir de narrativas que citam de qualidade do ensino, expansão, formação profissional para uma melhor inserção no mercado de trabalho, entre outras. Os rankings internacionais de instituições de educação superior foram movimentos marcantes dentro dessa realidade, o que, dando origem classificando as universidades dentro de um ranking de classe mundial. Outro aspecto relevante foi a construção do espaço europeu da educação superior. Onde após a criação da zona do EURO, Processo de Bolonha, a Europa se recolocaria como centro hegemônico do conhecimento. Nesse cenário ocorreram diversas mudanças no cenário mundial referente a educação superior, inúmeros debates latino-americanos e conferencias sobre internacionalização da educação superior se intensificaram, impulsionados pelos movimentos internacionais.

Com o fenômeno da globalização, o mundo vem passando por diversas modificações, dentre elas podemos citar a velocidade das informações, a evolução na produção do conhecimento e a mudança no perfil dos cidadãos e profissionais em geral. Diante dessa realidade

a procura pelo conhecimento tem ultrapassado fronteiras, tornando o cidadão local em cidadão global. Em diversos países o acesso à educação superior não é satisfatório, esse problema é

Intensificado quando se trata do acesso aos cursos de pós-graduação como mestrado e doutorado, diante dessas e de outras dificuldades, muitos alunos impossibilitados de ingressarem nos programas de pós-graduação ofertados em sua localidade, encontram a possibilidade para a sua qualificação profissional em outros países.

De acordo com a UNESCO,

a transformação e expansão substancial da educação superior, a melhoria de sua qualidade e pertinência, e a maneira de resolver as principais dificuldades que a afligem exigem a firme participação não só de governos e instituições de educação superior, mas também de todas as partes interessadas, incluindo estudantes e suas famílias, professores, o mundo dos negócios e a indústria, os setores públicos e privados da economia, os parlamentos, os meios de comunicação, a comunidade, as associações profissionais e a sociedade, exigindo igualmente que as instituições de educação superior assumam maiores responsabilidades para com a sociedade e prestem contas sobre a utilização dos recursos públicos e privados, nacionais ou internacionais.( UNESCO,1998, p. 21).

Hoje existe uma notória interação entre a universidade e o mercado, com uma lógica que tende a direcionar a produção do conhecimento volta dada para as necessidades do mercado. Há tendência de que o conhecimento e a formação dos estudantes sigam as demandas do mercado e que os bens públicos, não sejam mais a referência primordial da universidade. Assim, o centro se se voltou para a função econômica ligadas as capacidades laborais, desenhando um cenário voltado para um aspecto individualista, pragmático e imediatista que tem sido demandado da universidade. A educação, juntamente com outros bens públicos, passa a ser vista como um produto oferecido e disputado no mundo dos negócios, aberta capital global. Além de que, no mundo globalizado a produção de conhecimento está é fortemente atrelada a inovação. Dessa forma, em um mercado de trabalho muito competitivo que se apresenta a atualidade se faz necessário que se utilize mecanismos que se adaptem as novas necessidades

não esquecendo da flexibilidade para essa adequação, dentro do mercado privado a educação necessita competitiva, eficiente e ágil, e nesse sentido, o mercado exige que a mesma se molde para satisfazer as tendências de suas demandas.

O Paraguai é um dos países da América Latina que recebe muitos alunos de diversos países vizinhos e de outros continentes. Estudantes do Brasil, Argentina, Uruguai, Angola, dentre outras nacionalidades enxergam no país uma oportunidade para desenvolver sua carreira acadêmica. Tornando-se uma alternativa muito atrativa, devido a diversos fatores como a proximidade em relação à distância geográfica. A boa relação com diversos países, tanto da América Latina como de outras regiões, a questão linguística, que além do guarani se fala o espanhol (castelhano), ambas línguas oficiais do país. Por conta do baixo custo de vida quando comparado a outros países, o Paraguai torna-se um destino atraente para muitos estudantes estrangeiros, pois sua moeda oficial o Guarani é muito estável e se comparada as moedas de países vizinhos, desvalorizada em relação ao euro e ao dólar americano, tornando o custo mais baixo para os que ingressam no país.

Com uma grande quantidade de universidades, em sua maior parte privadas, com um povo muito receptivo, rica cultura, pouca burocracia e baixo custo de vida, o Paraguai mostrou-se uma boa alternativa para qualificação profissional a nível superior aliado ao enriquecimento intelectual e cultural para aqueles que buscam as instituições de ensino do país.

De acordo com a legislação estabelecida na criação do MERCOSUL em 1991

los gobiernos que integran el pacto regional convinieron en atender una serie de temas colaterales al intercambio comercial, en particular los relativos al área de trabajo, justicia y educación. En efecto, el tema educativo fue puesto en relieve como un aspecto de importancia por los países miembros para llevar adelante el proceso de constitución comunitaria. En las reuniones previas al Tratado de Asunción y en la propia reunión fundacional, se fue definiendo una agenda de problemas y objetivos comunes que deberían atenderse por medio de la constitución de un proyecto específico para tal función: El Sector Educativo del MERCOSUR [...] Al mismo momento que el SEM intenta afianzarse como un instrumento para la construcción de nuevos espacios para el desarrollo económico, político y cultural fortalecedor de la identidad regional en un mundo globalizado, un importante debate en torno a la internacionalización de la

educación superior viene llevándose a cabo desde la década de los 90's en el seno de organismos internacionales - UNESCO/OMC (Fulquet, 2000, p. 5).

Assim, a inter-relação entre os países membros não contemplam apenas as questões econômicas, mas aspectos culturais e educacionais internacionais, permitindo a livre circulação de estudantes entre os países membros, o intercâmbio de docentes, no intuito de fortalecer a integração acadêmica intelectual, enriquecendo também o aspecto cultural. Proporcionado um espaço educacional comum. Os estudantes, professores e pesquisadores de diversos países que compõem o MERCOSUL, buscam um conjunto de experiências que extrapolam a qualificação profissional e o intercâmbio cultural, proporcionadas pelas experiências acadêmicas e culturais vivenciadas no país.

Na América Latina e conseqüentemente no Paraguai, existe um número cada vez maior de estudantes e investigadores que trabalham e vivem em um contexto internacional, abrindo novos horizontes relacionado a formação acadêmica, científica e na docência profissional.

A universidade sem fronteira foi construída como um impulso da educação terciária, para termos ideia, o constante ingresso da população ocupada com a educação primária concluída era de 434 dólares, já as pessoas que apresentam a educação secundária concluída apresentam uma renda média de 686 dólares, e os que concluíram o ensino superior completo alcançam uma renda média de 1,964 dólares, correspondendo a mais de 4 vezes se comparada com um rendimento salarial médio de 666 dólares. Os profissionais com nível superior tiveram um rendimento monetário três vezes superior.

Tradicionalmente na maioria dos países, a taxa de desemprego da pessoa com educação superior corresponde a metade daquela que não apresentam esse nível de escolaridade. O período que estão desempregados também é mais curto. Essas taxas além de demonstrar as limitações de postos de trabalho e de renda familiar, é um fato determinante na demanda educacional, sobre o setor privado na medida em que o valor que as pessoas pagam nas mensalidades estão diretamente atreladas ao retorno esperado em sua vida profissional futura. Baixos níveis de retorno impulsionam a demanda educacional e ao mesmo tempo isso também intensificou os processos subsequentes de emigração profissional.

Os prêmios, as bonificações e aditivos nos salários associados a formação profissional facilitam o aumento constante da oferta profissional. Historicamente o salário dos profissionais com formação tem sido superior aos salários das pessoas que não apresenta formação. Isso reflete que a os retornos financeiros da educação terciária são maiores em países em desenvolvimento devido à escassez de material humano especializado. Assim salários e empregos são componentes

que retroalimentam um ciclo de aumento contínuo de matrículas universitárias e da intenção de se gastar com a educação superior. Esses fatores são apoiados na teoria de que o capital humano reafirma que a educação é um investimento que gera benefícios. Salários associados a produtividade da competência profissional. O impacto não se produz apenas nos mercados educacionais através de promoção das reformas universitárias, as também nas transformações nos mercados de trabalho.

Os movimentos migratórios ocasionados por diversos motivos têm se intensificado em diferentes partes do mundo, no campo educacional esse fenômeno também vem ocorrendo. De acordo com a UNESCO na Conferência Mundial sobre Ensino Superior (2009), o aumento no acesso ao ensino superior é uma tendência global, instituições de ensino e governos devem incentivar o acesso dos estudantes para reduzir as desigualdades.

Expandir o acesso traz desafios à qualidade do ensino superior. Garantia de qualidade é uma função fundamental na educação superior contemporânea e deve envolver investidores. Qualidade requer estabelecer sistemas que garantam a qualidade e padrões de avaliação assim como promover a qualidade cultural dentro das instituições. (UNESCO, 2009, p. 3)

No que se refere ao conceito de cooperação internacional, temos mudanças consideráveis, tendo dentro desse contexto como por exemplo que as fontes de financiamento externos, assumiram uma característica mais ampliada, em que a cooperação deve se converter em mais um mecanismo para a internacionalização do complexo sistema da educação superior, com políticas mais efetivas, incluindo as necessidades prioritárias de cada região. Esses fatores são meios para o desenvolvimento institucional a nível de intercâmbio estudantil, envolvendo atividades conjuntas entre as instituições de ensino superior, configurando-se com uma integração com objetivos diversos.

A internacionalização, ainda se encontra em desenvolvimento, no campo educacional, é um processo complexo, pois, está inserido dentro do contexto das políticas públicas e, portanto, ainda falta uma definição clara dos seus propósitos. No atual cenário atual da globalização, a internacionalização da educação surge também com uma nova perspectiva, ou seja, o entendimento de que a educação é um serviço, podendo ser enxergada como uma mercadoria, devendo ser regulada pelo mercado, o que pode levar a educação a perder ou ter sua dimensão de direito universal, e das responsabilidades do Estado, afetadas, ocasionado uma omissão dos

governos e até um a substituição dessas responsabilidades do setor público para o setor privado.

Existem alguns aspectos que podem exemplificar como procede a internacionalização dos serviços educacionais. Como primeiro podemos citar a questão principalmente na região da fronteira entre os países, onde o estudante cruza a fronteira para buscar esse serviço educacional em um país vizinho, sendo essa situação gerada por uma desigualdade na oferta em seu país de origem ou por uma melhor opção no país fronteiriço. Nessa categoria, estariam programas de formação ou capacitação estruturados, na forma presencial ou a distância, com a implantação de sistemas de avaliação. O consumo no exterior também é uma situação onde ocorre um comércio na área educacional, incentivando a migração de estudantes, professores, pesquisadores, interessados em participar de cursos seja na forma de ampliar sua formação profissional, caso dos estudantes ou prestar serviços educacionais, no caso dos professores e educadores. Dentro desse contexto ocorre uma troca comercial em ambos os lados, gerando desenvolvimento mútuo, circulação de capital econômico e intelectual. Isso ocorre quando as universidades criam cursos ou parcerias, convênios com instituições em países estrangeiros. Migrações pendulares ou sazonais de estudantes e professores, dentre outros profissionais das áreas da educação, com grande deslocamento dessas populações, palestrantes, pesquisadores e consultores também fazem parte desse público. Promovendo também o intercâmbio cultural entre diversos países.

Como antecedentes da investigação podemos citar alguns estudos relacionados ao tema desta pesquisa. No artigo “Reflexões (ainda) necessárias acerca da mobilidade estudantil”. (Albuquerque & Correia, 2008). A pesquisa apontou que a mobilidade estudantil é um fenômeno mundial, ocorrendo em diversas regiões do globo. As motivações das instituições e países coincidem com as motivações dos acadêmicos que buscam um país estrangeiro para estudar. A busca em estudar em países estrangeiros no intuito de ampliar o capital cultural e acadêmico, estão cedendo espaço para motivações econômicas e profissionais pautadas em financiamentos estudantis e na empregabilidade dos estudantes.

O deslocamento estudantil em diversas regiões do mundo e em especial na América Latina é estudado no artigo “O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina”. (Araújo & Cabral. 2012). Nesta pesquisa os autores verificaram que a internacionalização na América Latina encontra-se em fase inicial, que a capacidade de captação desses alunos é tímida, porém o Brasil é o país da América Latina que mais envia alunos para outros países, isso devido a uma série de esforços e estratégias de financiamento estudantil público e privado para melhoria dessa mobilidade estudantil.

Existe um grande fluxo de estudantes em diversas regiões do mundo, no artigo “Migrações Internacionais motivadas por estudo: uma análise sociodemográfica dos estudantes estrangeiros radicados no Brasil”. (Ojima et al., 2014). Os autores observaram que a principal motivação para a migração era o trabalho, que os intercâmbios bilaterais favoreciam essa movimentação de estudantes de outros países de faixa etária entre 20 e 31 anos vindos da América Latina e África, buscam o Brasil com a intenção de obter suas graduações.

De acordo com o estudo intitulado “Prospectiva para la internacionalización de los estudiantes de la educación superior como factor de integración regional en el Paraguay”. (Lusardi et al., 2016). Os autores concluíram que 70% dos alunos recebem menos que um salário mínimo, 70% dos estudantes conhecem alguma oportunidade de intercâmbio estudantil 40% dos estudantes justificam a busca por um intercâmbio devido a possibilidade de se integrar a novos programas de estudo, 10% dos entrevistados justificam que seria a oportunidade de estudar e outros 10% a possibilidade de melhorar suas atividades laborais.

Em relação ao ensino superior nos países do Mercosul, o artigo “ Internacionalização da educação superior no Mercosul: uma análise comparada de universidades públicas de Argentina e Brasil”. (Bezerra, 2017). Constatou que, mesmo com grande esforço de muitas instituições de ensino superior da América Latina, não são todas que conseguem se adequar ou participar dos acordos internacionais. A mobilidade de pessoas e o fluxo de conhecimento devem ser facilitados, flexibilizados, respeitando a diversidade sócio cultural dos atores envolvidos no processo de educação.

Seguindo a temática sobre o intercâmbio acadêmico entre países no artigo “ Estudantes estrangeiros em Santa Fe. O caso das cortes brasileiras no Doutorado de Educação da UCSF” (Anabel, 2020). Identificou as principais dificuldades dos alunos de doutorado de educação da Universidade Católica de Santa Fé, que se refere ao domínio do idioma, questões financeiras com os custos com alojamento e alimentação, além da adaptação cultural. Porém os entrevistados afirmaram que a experiência de estudar em outro país foi de grande valia.

No artigo intitulado “Perfil e trajetórias de estudantes em cursos de pós-graduação stricto sensu no Mercosul: “É presencial, né? ”. (Castro & Lopes, 2021). Os autores constataram que a maior parte dos estudantes brasileiros que buscam curso de Pós-graduação em países do Mercosul, são oriundos de famílias pobres, onde os mesmos não tiveram oportunidades de obter sua qualificação profissional no Brasil, muitos são funcionários públicos que enxergam em países

estrangeiros sua oportunidade de melhorar seu capital intelectual, acadêmico e cultural e por consequência também o seu nível econômico.

De acordo com essa óptica, o Paraguai é uma alternativa no campo acadêmico de diversos estudantes estrangeiros, que por diversos motivos buscam uma oportunidade de realizar uma pós-graduação, qualificar-se para o mercado de trabalho, desenvolver e realizar pesquisas científicas. Esses estudantes vivenciam trocas culturais e novas experiências em diversos aspectos. Obtendo um crescimento do seu capital intelectual, em uma perspectiva intercultural, enriquecendo seus hábitos, valores e crenças. Percebe-se uma grande procura de estudantes estrangeiros em busca de qualificação a nível superior no Paraguai, muitos deles por enfrentarem diversas dificuldades em ingressar em cursos de pós-graduação em seu país de origem, escassez de vagas, problemas em conciliar carga horária com o trabalho, alto custo monetário, falta de incentivo financeiro, dentre outros. Por que estudantes estrangeiros buscam o ensino superior no Paraguai?

Como objetivo geral, a presente pesquisa buscou determinar o perfil do aluno estrangeiro na Universidad Autónoma de Asunción, com o intuito de listar as motivações para os estudantes estrangeiros buscarem o ensino superior no Paraguai, como objetivos específicos temos os seguintes questionamentos: Qual é a percepção que professores e autoridades da Universidad Autónoma de Asunción sobre os alunos estrangeiros? Onde será descrita a percepção que professores e autoridades têm sobre os estudantes estrangeiros, como segundo objetivo específico foi perguntado: Quais são os aspectos positivos e negativos de estudar na Universidad Autónoma de Asunción? Onde buscaremos constatar as experiências positivas e negativas dos alunos estrangeiros na Universidad Autónoma de Asunción, e como terceiro objetivo específico: Qual é a percepção do estudante estrangeiro sobre o ensino na Universidad Autónoma de Asunción? Onde iremos identificar as percepções dos estudantes estrangeiros sobre o ensino superior na Universidad Autónoma de Asunción.

A pesquisa se justifica pela necessidade de se investigar os reais motivos da busca de estudantes estrangeiros de diversos países pelo ensino superior no Paraguai, seus aspectos positivos e negativos, pois, existe uma grande demanda de alunos oriundos de diversos países que buscam o ensino superior, cursos de pós-graduação em território paraguaio. Devido a essa procura, se faz necessário investigar como ocorre esse fenômeno, quais são suas principais características e os atores envolvidos no âmbito do ensino superior frequentado por alunos estrangeiros no Paraguai.



De acordo com o Protocolo de integração educacional para a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação entre os países membros do MERCOSUL, assinado em 26 de março de 1991 em Asunción, capital do Paraguay, considera que a educação tem uma função primordial no processo de integração regional, destacando a importância relevante do intercâmbio e cooperação entre as instituições de ensino superior, visando a melhoria na formação e capacitação científica, tecnológica e cultural entre os países membros. Defende o desenvolvimento harmônico regional na intenção melhorar as questões sociais e econômicas enfrentadas pelos países membros, incentivando a pesquisa multilateral a nível de pós-graduação, sendo esse um aspecto estratégico regional.

Definir como objetivos do presente Protocolo: A formação e o aperfeiçoamento de docentes universitários e pesquisadores com o objetivo de consolidar e ampliar os programas de pós-graduação na Região. A criação de um sistema de intercâmbio entre as instituições, pelo qual os docentes e pesquisadores, trabalhando em áreas comuns de pesquisa, propiciem a formação de recursos humanos, no âmbito de projetos específicos. A troca de informações científicas e tecnológicas, de documentação especializada e de publicações. O estabelecimento de critérios e padrões comuns de avaliação da pós-graduação. (Artigo 1, Protocolo de integração educacional para a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação entre os países membros do MERCOSUL. (MERCOSUL,1996).

No desenvolvimento deste processo, mostraremos as principais motivações que fazem com que os alunos estrangeiros busquem realizar suas pós-graduações no Paraguay, descrevendo as impressões de docentes, coordenadores e diretores dos cursos de pós-graduação da Universidad Autónoma de Asunción possuem sobre os alunos estrangeiros, constatando as experiências positivas e negativas dos alunos estrangeiros e identificando as percepções desses alunos sobre o ensino superior no Paraguay.

Para fundamentar a pesquisa, foram utilizados diversos autores que abordam as temáticas relacionadas ao ensino superior no MERCOSUL, como Fulquet (2006), Cunha (2011), Fernandes (2020), Gomes (2012), dentre outros. Consultas foram feitas em documentos oficiais a exemplo da Conferência Mundial sobre Ensino Superior- UNESCO (2009), Protocolo de integração educacional para a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação entre os países

membros do MERCOSUL (1991), Ministerio de Educación y Ciencias (MEC), Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES), Consejo Nacional de Educación Superior (CONES).

A capital, Asunción apresenta diversas universidades e instituições de ensino superior, dentre elas a Universidad Autónoma de Asunción.

A Universidad Autónoma de Asunción oferta diversos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de ciências econômicas e empresariais, ciências políticas, jurídicas e sociais, educação e comunicação, da saúde e das tecnologias. Recebendo alunos paraguaios e estrangeiros.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram aplicados questionários estruturados como estudantes e professores dos cursos de mestrado e doutorado em ciências da educação na Universidad Autónoma de Asunción. Foram realizadas entrevistas com professores e alunos, realização de entrevistas com as autoridades da Universidad Autónoma de Asunción. Os resultados da coleta de dados foram expostos, tanto de forma quantitativa como qualitativa, através de registros, gráficos e relatórios.

Para responder aos questionamentos provenientes desta pesquisa o trabalho foi estruturado em quatro capítulos, a saber: O capítulo 1, composto pela apresentação de informações documentais e bibliográficas sobre o ensino superior no Paraguay , tomando como base a fundamentação na legislação e dados vigente oficial e em autores que versam sobre o assunto, mostrando, como se deu o processo internacionalização do ensino superior , os tratados internacionais e a política educacional entre os países membros do MERCOSUL.

No capítulo 2, foram abordadas as informações referentes a Universidad Autónoma de Asunción, seus cursos de pós-graduação e as turmas de alunos estrangeiros, informações obtidas através da análise de documentos norteadores da instituição.

O capítulo 3 desta pesquisa, explicita os procedimentos metodológicos como base no estudo descritivo, pois segundo Barros e Lehfeld (2007). Para a realização do trabalho de investigação científica cunho não experimental, descritiva, de corte transversal, com enfoque misto. (Creswell, 2007, p. 34-35).

Como capítulo final, o capítulo 4, aborda o estudo descritivo sobre o perfil dos alunos

estrangeiros de pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción, apresentando os resultados obtidos durante a pesquisa, revelando as percepções dos alunos sobre o ensino superior na Universidad Autónoma de Asunción , apresentando as dificuldades e os aspectos positivos encontrados pelos alunos, suas experiências culturais, a percepção dos docentes, coordenadores e diretores sobre os alunos estrangeiros dos cursos de pós-graduação .

## 1. O ENSINO SUPERIOR NO MUNDO

As primeiras universidades do mundo surgiram no final do século XI, na idade média onde se entendia que a concepção do homem o tornava um ser divino e a igreja fazia o papel de proteção e guarda desse ser. De acordo com essa ótica em muitas igrejas, abadias, nas residências de professores e também nas ruas as aulas eram ministradas. Na Itália, mais especificamente na cidade de Bolonha, surge a primeira universidade, pois na região já havia escolas religiosas e particulares, onde se ensinava direito canônico. Para Minogue

Os homens medievais parecem ter concebido a universidade da mesma maneira que um artesão pobre considera uma criança brilhante, para cuja educação ele faz sacrifícios, e eles legaram recursos para as universidades com a mesma generosidade aberta com que faziam doações para as imensas catedrais góticas da Europa. (Minogue, 1981,p.17)

Neste contexto surge a universidade de Bolonha no ano 1088, atraindo muitos alunos de todo o continente europeu. Segundo alguns historiadores, em 1096, ocorreu o surgimento da universidade de Oxford, sendo a segunda após a universidade de Bolonha e no século seguinte, surge a universidade de Paris na França. Ainda no século XII surgiu a Universidade Moderna (1175) na Itália. No século XIII, surgem inúmeras universidades no continente europeu a exemplo das universidades de Cambridge na Inglaterra em 1209, a de Salamanca na Espanha no ano de 1218, a universidade de Montpellier (França) em 1220, a de Pádua 1222 e a de Nápoles em 1224, ambas na Itália, a universidade de Toulouse, na França em 1229, no Iraque a universidade de Al Mustansiriya em 1233, a de Siena, na Itália no ano de 1240, na Espanha a universidad de Valladoid no ano de 1241, a universidade de Roma em 1244, e a de Piacenza na Itália no ano de 1247, a de Sorbonne em Paris em 1253, a de Murcia no ano de 1272 na Espanha, a universidade de Coimbra em 1290 em Lisboa - Portugal, e a de Madri no ano 1293 na Espanha. No século XIV, ocorreu uma grande expansão de universidades no continente europeu. De acordo com (Simões, 2031,p,138) Com as universidades de Lerida em 1300 na Espanha, depois a de Roma em 1303, a de Avignon e de Orléans em 1303 e 1305 na França, a de Perugia no ano de 1308, em Portugal, a de Cambridge em 1318 na Inglaterra, a universidade de Florença no ano 1321 na Itália, a de Grenoble na França em 1339, a de Pisa em 1343, na Itália, a de Praga no ano 1348, na República Tcheca, a de Pávia em 1361, na Itália, a de Jagiellonian em 1364, na

Cracóvia na Polônia, a de Viena, ambas no ano de 1365 na Áustria, a de Heideleberg em 1367, na Alemanha, a de Ferrara em 1391, na Itália.

As universidades tinham como atribuição a preparação dos quadros superiores, tramites burocráticos do Estado, além de assegurar a socialização dos estudantes para que pudessem assumir as suas funções na sociedade, promover a mobilidade social dos estudantes mais aptos. A universidade também é um espaço de livre debate e sobre as questões críticas da sociedade. As instituições de ensino superior deviam proporcionar como função central a criação de um espaço voltado a uma identidade política nacional, desenvolvendo e preservando a cultura nacional. Essas metas eram percebidas como sendo coerentes e parte do mesmo projeto amplo e geral de consolidação do Estado-Nação, com resultados visíveis, tanto como aparelho estatal como na universidade. A incorporação da Universidade no espaço coordenação do Estado ocorreu de forma paralela com o desenvolvimento do Estado-Nação na Europa, que seja como símbolo da identidade nacional, quer como mecanismo para conservação da cultura nacional e, através da unificação da cultura como forma de manifestação da exigência de um país a um lugar entre as nações no âmbito cultural e também com a competitividade económica. Com o controle da administração no mundo universitário O Estado-Nação sofreu diversas consequências. Pois, ao colocar a Universidade como primeira das instituições que definem a identidade nacional, também colocava o ensino superior na liderança do domínio público enquanto responsabilidade nacional. Ficando assim a universidade em destaque dentro da administração pública. Passando a universidade a obrigação de prestar serviço à comunidade nacional. Traduzindo o princípio da homogeneidade legal, nas quais os respectivos diplomas, deviam ser homogêneos, como forma de garantir a igualdade dos cidadãos na busca por seu lugar no mercado de trabalho. Tendo mais possibilidades aqueles que tinham seus títulos universitários. O estado atuava como regulador do sistema do ensino superior, utilizando mecanismos na regulação pública, embasados na legislação vigente como decretos, portarias, despachos e outros regulamentos. Os que regem os financiamentos para estudos dos estudantes e da nomeação dos docentes. Apesar da importância das universidades para a formação dos quadros de profissionais a nível superior, estas não eram vistas como fábricas de mão-de-obra qualificada.

Também era incumbência da universidade, o importante papel na formação da cidadania, na transmissão de valores e na defesa dos aspectos culturais da nação. A universidade deveria garantir o cumprimento integral a exemplo da função do Estado que devia defender a liberdade académica não permitindo interferências ou censura indesejada, protegendo seu público de

interesses que não fossem da esfera acadêmica, a exemplo de interferências, políticas, religiosas ou conflitos de outros interesses. No século XV, as universidades continuaram sua expansão, surgindo as universidades de Wurzburg em 1402 e a de Leipzig em 1409, ambas na Alemanha, a de St. Andrews em 1411, na Escócia, a de Turin em 1412, na Itália; a de Rostock em 1419, na Alemanha, a de Louvain em 1426, na Bélgica; a de Poitiers em 1431, a de Caen em 1437 e a de Bordeaux em 1441, todas três na França, a de Glasgow em 1451, na Escócia, a de Copenhague em 1479, na Dinamarca, a de Santiago de Compostela em 1495, na Espanha, e outras na sequência dos séculos seguintes. (Simões, 2013, p.137 e 138).

## 1.1 AS MIGRAÇÕES

O fenômeno da migração ocorre devido a diversos fatores, tendo muitas causas, como buscar por postos de trabalho, refúgio, turismo, a questão estudantil, dentre outras motivações. Para compreendermos esse fenômeno, precisamos analisar toda a conjuntura que envolve o migrante.

Migrar é, em última instância, dizer não à situação em que se vive, é pegar o destino com as próprias mãos, resgatar sonhos e esperanças de vida melhor ou mesmo diferente. O problema está no fato de que numa vasta produção discursiva, retirou-se do migrante a sua condição de sujeito, como se migrar não fosse uma escolha, como se ele não tivesse vontade própria. Migrar pode ser entendido como estratégia não só para minimizar as penúrias do cotidiano. (Guillen, 2001).

O fenômeno migratório vem passando por diversas modificações durante a história. São inúmeros os motivos que levam o indivíduo a migrar, como os desastres ambientais, perseguições políticas, conflitos civis, guerras, como a segunda guerra mundial que forçou a saída de um grande contingente populacional de sua terra natal. Existem também as migrações por motivos profissionais, as migrações laborais, onde o migrante deixa sua região ou país de origem em busca de melhores condições de trabalho, aumento da sua renda, capacitação profissional. Com a globalização o fenômeno das migrações vem passando por modificações mais constantes e radicais, alterando drasticamente os diversos perfis migratórios que são motivados por interesses diversos. Dessa forma a tradicional migração sul-norte, tornou-se bem mais complexa em relação a circulação de pessoas, tendo como pano de fundo a migração econômica, de conhecimentos, tecnologias e de consumo.

Com a globalização de mercados, uma grande quantidade de jovens busca trabalho em empresas multinacionais em outros países, visando uma carreira profissional mais promissora. Com a expansão das empresas multinacionais ocorre a circulação dos seus quadros de funcionários proporcionando o crescimento interno e valorização dos seus profissionais.

Ao mesmo tempo, a globalização aumenta o fluxo de informações a respeito das oportunidades ou dos padrões de vida existentes ou imaginados nos países industrializados. Dessa forma, suscita uma vontade cada vez maior de migrar e de aproveitar as oportunidades e as comodidades que aparentemente estão sendo criadas em outros países (Martine, 2005, p. 08).

Além das questões profissionais, outros fatores estão intrinsecamente relacionados ao contexto dos fluxos migratórios, que são os aspectos multiculturais, relacionados aos costumes de cada localidade, como o idioma, a culinária, dentre outros que influenciam positivamente ou de forma negativa, dependendo da forma que o imigrante seja acolhido, ou de acordo com sua capacidade de adaptação.

## **1.2 A MOBILIDADE ESTUDANTIL**

O deslocamento estudantil é uma realidade cada vez mais frequente na atualidade, sendo caracterizada pelo intercâmbio estudantil contendo características migratórias distintas, revelando uma nova mobilidade populacional que afeta a economia, o turismo, a produção de capital intelectual e acadêmico, onde trabalho, renda e estudos se fundem. Inserido nesse contexto esses indivíduos desenvolvem valores e práticas a partir das relações existentes no local de origem e de chegada, trazendo sua cultura, seus hábitos, influenciando na cultura local da nova região ou país onde habita e também recebendo influência cultural do atual lugar onde vive.

De acordo com Simmel

o estrangeiro ocupa uma posição única no grupo ou país onde habita, estando nem totalmente incluído, nem completamente excluído da sociedade onde se encontra, que apesar de não pertencer àquele grupo através de laços de parentesco, pertence ao aspecto da proximidade geográfica. Dessa forma “os estrangeiros não são realmente concebidos como indivíduos, mas como estranhos de um tipo particular: o elemento de distância não é menos geral em relação a eles que o elemento de proximidade”. (Simmel, 1983, p. 187).

Esses estudantes promovem uma grande construção subjetiva, tornando-se sujeitos globais, circulando e fazendo parte da indústria do turismo, mesmo não estando diretamente ligados a esse setor da economia. Mesmo sendo parte da paisagem o aluno ou estudante estrangeiro não consegue se integrar totalmente ao novo lugar, muitos chegam ao lugar de destino já com a data certa para retorno, sendo facilmente diferenciado por outro tipo de migrante. Vivenciando inúmeras dificuldades, o migrante estudantil enfrenta os obstáculos na intenção de alcançar seus objetivos que por muitas vezes por falta de oportunidades em seu país não conseguiu concluir o que almejava. Enxerga em outra região ou país a oportunidade tão sonhada. Ao chegar em um outro país se depara com uma realidade muitas vezes distinta do seu lugar de origem. A socialização também é um fator importante para que esse estudante possa sobreviver em um novo ambiente e muitas vezes ela é prejudicada por diferenças culturais, sociais e linguísticas. Se torna necessária essa inclusão do estrangeiro para que ele não se sinta um indivíduo à margem daquele grupo.

A educação não é apenas um direito de quem estuda, mas um bem comum de toda a população de um país. A instituição de ensino superior tem o dever de difundir, priorizar e incentivar políticas voltadas à inovação e aos anseios da sociedade, com políticas mais justas, solidárias e equitativas, promovendo a ciência, democratizando pensamento crítico, tendo também uma relação humanizada com os atores que com ela interagem, pois sem liberdade de pensamento não há justiça social. O acesso ao ensino superior de qualidade é um símbolo de desenvolvimento de uma nação, demonstrando a preocupação com o presente e com o futuro dos seus cidadãos, bem como a construção de um estado soberano, produtor, sendo exportador de ciência, tecnologia e de conhecimento. Essa autonomia é propiciada pela educação de qualidade. Estudantes móveis adquirem conhecimento e socializam tanto no país em que estudam como em seu país de origem, regressando ao seu país levará consigo uma gama de novos conhecimentos, a mobilidade estudantil contribui para a cooperação científica a nível internacional e global.

Em 2020, instituições de ensino superior em todo o mundo fecharam para controlar a propagação da pandemia de COVID-19 afetando potencialmente mais de 3,9 milhões de estudantes internacionais e estrangeiros que estudam em países da OCDE (UNESCO, 2020[1]). O bloqueio imposto afetou a continuidade do aprendizado e a entrega do material do curso, bem como percepções dos alunos sobre o valor de seu diploma e a capacidade do país anfitrião de cuidar de sua



segurança e bem-estar. Essas mudanças podem ter consequências terríveis na mobilidade internacional de estudantes nos próximos anos. (OCDE, 2020)

Percebe-se a importância do fluxo migratório estudantil, a geração de renda, a circulação do capital relacionada a esse segmento e as preocupações futuras, causadas pelo impacto da pandemia, que até o presente momento são imprevisíveis. De acordo com dados da OCDE (UNESCO, 2020), os Estados Unidos é o principal destino de estudantes internacionais, com 18% de participação no mercado global da educação, seguido da Austrália e Reino Unido, 8% cada e 6% referente à Alemanha. Entre estudantes internacionais de ensino superior em todos os níveis, os asiáticos correspondem a 57% dos países da OCDE. (UNESCO, 2018). China e Índia são responsáveis por 30% das matrículas de estudantes de países membros da OCDE. Dentre as áreas do conhecimento onde ocorrem o maior número de matrículas relacionados aos países da OCDE, destacam-se, negócios, administração e direito, seguido por engenharia, fabricação e construção.

O número de estudantes universitários internacionais e estrangeiros cresceu em média 4,8% ao ano entre 1998 e 2018. Embora os países da OCDE recebam a grande maioria dos estudantes internacionais e estrangeiros, o número de estudantes estrangeiros matriculados em países não membros da OCDE tem aumentado mais rapidamente: seus números cresceram 6,2% ao ano em média em comparação com 4,3% para estudantes internacionais e estrangeiros em países da OCDE. Em 2018, estudantes estrangeiros matriculados em países não pertencentes à OCDE representou cerca de 30% do conjunto global de estudantes com mobilidade internacional, em comparação com 23% em 1998. (OCDE, 2020)

O fluxo de estudantes moves tem se concentrado nos mesmos países há muitos anos. A migração de estudantes é fortemente impulsionada pelas desigualdades e diferenças na capacidade educacional dos países como, Infraestrutura, investimentos, condições para o estudante. Fatores econômicos dos países anfitriões, também são fatores que atraem estudantes de outros países e regiões, financiamentos com juros baixos, facilidades para o pagamento, bolsa de estudos, subsídios e um bom acolhimento, tornam os países atrativos para o recebimento desse público.

A maioria dos países implementou reformas com o objetivo de reduzir as barreiras à migração de indivíduos altamente qualificados, além dos fins da educação, e a maioria dos países opera programas de financiamento para apoiar a mobilidade interna, externa ou de retorno. Enquanto as condições de migração diferem (por exemplo, liquidação de curto prazo versus longo prazo), o alvo mais comum para esses programas são estudantes de pré-doutorado e pesquisadores em estágio inicial (doutorado e pós-doutorando). (OCDE, 2020)

Em alguns países, estudantes internacionais de universidades públicas chegam a pagar o dobro do valor pago por estudantes nacionais, são muitas vezes atraídos pela alta qualidade do ensino, por boas perspectivas para o mercado de trabalho. Em outras regiões, como em países da União Europeia, estudantes internacionais pagam os mesmos valores de estudantes nacionais nas instituições de ensino. Fortalecendo a mobilidade internacional estudantil. De acordo com a (OCDE ,2018), entre os países membros da OCDE, para cada estudante nacional, existiam três internacionais. No caso da Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos, esse quantitativo passa para dez estudantes. Existem também os casos de países “exportadores” líquidos de estudantes, como Chile, Colômbia, Luxemburgo e México, que entre os países membros da OCDE apresentam os menores percentuais de estudantes estrangeiros.

### **1.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

As redes de mobilidade e as universidades sempre estabeleceram relações há muitas décadas. Essa mobilidade iniciou nos primeiros anos das instituições acadêmicas no continente europeu e perdura até a atualidade. Com iniciativas estruturais entre países em torno da internacionalização da educação superior. Atualmente diversas universidades no globo criaram uma zona de cooperação e compartilhamento do conhecimento. A Internacionalização da educação tem se configurado como um esforço direcionado para tornar a educação superior mais ajustável às exigências e aos desafios relacionados às exigências de um mundo globalizado, essa influência é percebida em diversos setores, sejam eles, no setor econômico, político e cultural. De acordo com (Lima; Contel, 2007,p.172)

A chamada “internacionalização do ensino superior” não é um tema novo, mas as características que o fenômeno tomou nestes últimos dez ou quinze anos pedem

que alguns novos balizamentos teóricos e empíricos sejam estabelecidos. Novos tipos de fluxos, políticas de caráter global para o setor, investimentos externos diretos de Universidades, são exemplos desta nova realidade.

O fenômeno da globalização ocorre em escala espacial e temporal, dessa forma a interconexão econômica, acadêmica e cultural vem integrando povos e culturas. O movimento de internacionalização da educação ganhou mais velocidade a partir da década de 1990. Atualmente esse processo está mais fortalecido em diversos países do mundo, trazendo um desafio para as Instituições de ensino superior (IES). A influência dos países do centro a exemplo dos Estados Unidos no âmbito educacional a nível superior vem demonstrando uma grande expansão se comparado aos países periféricos. Demonstrando assim uma desigualdade entre diversas regiões do mundo. Grandes instituições de ensino investem altas quantias financeiras para o desenvolvimento de suas nações. Temos como exemplo o Erasmus, programa europeu de apoio à educação, à formação, à juventude e ao desporto. Que dispõem de um orçamento estimado de 26,2 mil milhões de euros, quase o dobro do valor do orçamento de 2014 a 2020. Atuando como uma rede de pesquisa, facilitando o deslocamento de alunos e professores através da interação entre diversas culturas.

No que se refere ao fluxo de pessoas, recursos e informações a nível académico, existem aspectos positivos e negativos. Como aspectos positivos podemos destacar a maior troca cultural entre estudantes e pesquisadores devido ao aumento da mobilidade estudantil no mundo, crescimento na colaboração internacional no campo da pesquisa e a melhoria no padrão de qualidade académico. Em relação aos aspectos negativos, percebe-se uma grande concentração de estudantes e docentes em instituições de países ricos, como Estados Unidos e em países europeus que recebem um grande fluxo de estudantes oriundos de diversas partes do globo. de acordo com (Lima; Maranhão, 2009, p.590 )

Quando os fatores econômicos prevalecem, observa-se expressiva mobilidade na direção de países em que a educação permanece predominantemente pública (França, Finlândia, Alemanha, Cuba etc.) ou países que oferecem infraestrutura de acolhimento e ainda permite ao estudante trabalhar 20 horas semanais (EUA, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia etc.). Observa-se ainda a influência exercida pelos critérios de contratação/promoção adotados por empresas multinacionais: pleno domínio da língua, capacidade de compreender a cultura do

país de origem da organização, e facilidade de trabalhar em ambientes multiculturais são fatores crescentemente valorizados..

Neste cenário, as desigualdades regionais se tornam mais evidentes, explicitando a grande diferença no nível de investimento voltado à educação de países centrais se comparado com países periféricos. Devido a ineficiência do Estado nos países periféricos aliado a falta de investimentos satisfatório em educação, os estudantes desses países sofrem as consequências de não dispor de um acesso e de uma educação de qualidade, buscando outros países para realizar, concluir ou aprimorar sua carreira acadêmica. Neste fluxo, países periféricos perdem grande parte da sua mão de obra qualificada, ocorrendo uma verdadeira fuga de cérebros. Para (Lima; Maranhão,2009, p.596)

Não seria um despropósito afirmar a influência exercida por tais sistemas de educação superior sobre a organização e desenvolvimento do sistema mundial de educação. Isto é particularmente perceptível entre os países que integraram o referido sistema pela lógica da internacionalização passiva, à medida que as respectivas lideranças acadêmicas e políticas são influenciadas pelo modelo de educação que se revela hegemônico e tendem a reproduzir ou adaptá-lo às realidades regionais.

De acordo com esse contexto, percebe-se um grande interesse, esforço econômico, político e estrutural dos países desenvolvidos em receberem essa população de estudantes e docentes, no intuito de garantir uma vantagem intelectual, de produção de conhecimento e tecnologia sobre os demais países do globo. Segundo dados da UNESCO (2015), a quantidade de alunos de nível superior dentro do fenômeno de mobilidade estudantil internacional entre os anos de 2005 a 2013, saltou de 2,8 para 4,1 milhões de estudantes. Apenas dez países concentravam 90% da mobilidade internacional de estudantes de doutorado na área de ciências e engenharia, os 50% desse total conectam-se nos Estados Unidos. Quando falamos de América Latina, o cenário é o posto da Europa e Estados Unidos, em todos os países sul americanos o saldo de alunos estrangeiros que ingressam é inferior aos que saem para estudar fora. Apresentando assim um saldo negativo. (CINDA, 2016).

Demonstrando mais uma vez a falta de investimentos no setor educacional. Acentuando as diferenças em relação aos países desenvolvidos. Percebe-se uma grande desigualdade em relação ao acesso de estudantes estrangeiros oriundos da Europa e América do Norte se comparado aos

estudantes da América Latina, evidenciando que em países com índices sociais mais baixos a qualidade e acesso à educação de qualidade é afetada de maneira sensível.

O programa Sócrates, iniciado pela União Europeia em 1987, cujo o objetivo principal é desenvolver e aprimorar o ensino entre os países membros. Essa iniciativa estabelece a cooperação entre os vinte e sete Estados-membros da União Europeia (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, França, Finlândia, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, Reino Unido, República checa, Romênia e Suécia), um país candidato (Turquia) e três países associados (Islândia, Liechtenstein e Noruega). E deu origem ao programa ERASMUS (European Community Action Scheme for the Mobility of University Students), considerada como a maior iniciativa de intercâmbio estudantil do mundo, incentiva o deslocamento de estudantes e docentes entre diversas instituições de ensino da União Europeia, onde mais de dois milhões de estudantes já foram beneficiados.

O programa ERASMUS é considerado a maior iniciativa de intercâmbio estudantil do mundo, contando com a participação de cerca de 90% das instituições europeias que se dedicam ao ensino superior. Consiste em um grande leque de medidas criadas para apoiar as atividades das instituições de ensino, com particular ênfase na promoção do conhecimento e compreensão de outras culturas, idiomas e métodos de ensino/aprendizagem, através da mobilidade de estudantes e docentes. (Cruz, 2011,p.126)

Percebe-se a importância de um olhar mais atencioso dos governos e de uma política pública voltada ao desenvolvimento social, fundamentada na educação, o programa ERASMUS abrange dois mil estabelecimentos de ensino em 31 países propiciando a inter-relação cultural, intelectual e educacional entre diversas localidades. Através do programa ERASMUS as universidades europeias são incentivadas a promover o intercâmbio entre professores e alunos, favorecendo a cooperação mútua entre as instituições de ensino, oportunizando condições para que os estudantes possam ampliar seu horizonte acadêmico e profissional. Tendo os períodos de estudo reconhecidos nas instituições de origem dos estudantes.

Em 2020 houve 25.651 participantes em 469 projetos portugueses a beneficiar do programa, atingindo um valor de 50,49 milhões de euros em bolsas de estudo.

Estes números registam um aumento face aos 24.454 participantes registados em 2019, vindos de 419 projetos, e com bolsas no valor de 49 milhões de euros. As áreas que mais beneficiaram deste apoio dizem respeito ao ensino superior. (Comissão europeia, 2020)

Atualmente o programa ERASMUS + tem desenvolvido ações muito importantes no campo da expansão do conhecimento, capacitação profissional e inovação, com disponibilidade de recursos para a educação provenientes da cooperação externa europeia de aproximadamente 26 milhões de euros, entre os anos de 2014 a 2020, demonstrando assim o compromisso com a expansão dos programas educacionais. De acordo com a direção geral de educação, juventude, Desporto e Cultura, Erasmus+ 2021-2027

A mobilidade Erasmus+ tem efeitos positivos no desenvolvimento educacional, social, pessoal e profissional, na medida em que aumenta os conhecimentos, as competências e as atitudes, melhora a empregabilidade, contribui para a criação de confiança e independência, estimula a curiosidade e a inovação, fomenta a compreensão de outras pessoas e constrói um sentimento de pertença europeia. 30% do orçamento será investido em cooperação projetos e atividades de desenvolvimento de políticas onde as organizações ganham experiência em cooperação internacional, fortalecem suas capacidades, produzem abordagens inovadoras, trocam boas práticas e criam redes. Através destas ações, o Erasmus+ desempenhará um papel importante no reforço da resiliência e no apoio à recuperação e inovação nos domínios da educação, formação, juventude e desporto. (Comissão europeia, 2021).

Percebe-se que a ERASMUS é um programa educacional, que serve de exemplo para diversos países. Que a União Europeia se preocupa e busca, financiar programas que garantiram a expansão do conhecimento, o intercâmbio cultural, desenvolvendo toda a região que se encontra em sua abrangência. Separando uma significativa fatia do seu orçamento para a educação. Garantindo aos beneficiados um leque de oportunidades no campo profissional, priorizando o desenvolvimento social, oportunizando a mobilidade estudantil, respeitando as diversidades. A internacionalização do ensino se materializa em programas e ações como essas anteriormente citadas.

É relevante considerar que, no atual cenário, a internacionalização emerge, mais uma vez, das instâncias econômicas e políticas e não do espaço universitário. A formação de blocos econômicos passou a exigir, também, um espaço comum de educação, onde fosse possível a livre circulação de serviços e capitais educacionais, criando, por conseguinte, a necessidade de compatibilizar as qualificações, os sistemas educativos e de desenvolver padrões educacionais equivalentes. (Castro & Neto, 2012.p,69).

Na atualidade, a educação cumpre o papel de produção e propagação do conhecimento, sendo de extrema importância para países desenvolvidos como para países emergentes. A gestão educacional de cada país reflete o nível de comprometimento dos governos e da sociedade com sua população. Para o incentivo e desenvolvimento da mobilidade estudantil, os governos, instituições de ensino e iniciativa privadas necessitam trabalhar de forma harmônica e empenhadas no financiamento desses intercâmbios onde os frutos desse empenho trarão resultados na forma de profissionais mais capacitados, cientistas, pesquisadores, trazendo aos países envolvidos muitos ganhos na seara da ciência, no desenvolvimento humano, cultural e econômico.

A Educação Superior como bem público social enfrenta correntes que promovem sua mercantilização e privatização, assim como a redução do apoio e financiamento do Estado. É fundamental reverter esta tendência, de tal forma que os governos da América Latina e do Caribe garantam o financiamento adequadas instituições de Educação Superior pública e que estas respondam com uma gestão transparente. Afirmamos, ainda, nosso propósito de agir para que a Educação, em geral, e a Educação Superior, em particular, não sejam consideradas como serviço comercial. (UNESCO, 2009d, p.3-4)

O ensino superior necessita ser priorizado pelos governos, não sendo apenas uma política governamental, mas uma política de estado, pois através de investimentos a médio e longo prazo é que os países poderão melhorar seus índices educacionais. A educação superior não pode ser um mecanismo de exclusão, pelo contrário, através dela que se pode combater as desigualdades

principalmente em países em desenvolvimento. É urgente a implementação de políticas públicas que valorizem a educação superior para que assim se diminua a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Investir na educação pública de qualidade é propiciar desenvolvimento de tecnologia e bem-estar social.

#### **1.4 MOBILIDADE ESTUDANTIL NA AMÉRICA LATINA**

A mobilidade estudantil entre os países da América Latina, se comparada a outras regiões do mundo ainda ocorre de maneira tímida, tendo mais ênfase entre os países membros do MERCOSUL, pois o bloco econômico tem como, como propósito não só aspectos econômicos, a integração no campo da educação está prevista no acordo entre os países membros.

O Conselho do Mercado Comum (CMC), criado em 1991, estabeleceu através da Decisão N° 07/91, a Reunião de Ministros de Educação do MERCOSUL (RME). Como resultado dessas reuniões podemos destacar o programa voltado para a cooperação internacional universitária: o Mecanismo Experimental de Credenciamento – MEXA, criado, em 2003. Esse programa refere-se a política de validação dos títulos e graus universitários entre os países membros do MERCOSUL, tendo caráter exclusivamente acadêmico, não conferindo o direito ao exercício profissional. Foi desenvolvido com cunho experimental tendo sua aplicação a poucos cursos e áreas, se restringindo aos cursos de medicina, engenharia e agronomia. O programa busca promover o conhecimento mútuo e incentivar a melhoria da qualidade da educação superior. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai foram os países que aderiram ao programa. Em 2005 após reunião entre os ministros da educação (RME), foi criado o Comitê Assessor do Fundo Educacional do MERCOSUL, no ano seguinte foi criada a criada a Rede de Agências Nacionais de Acreditação e o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Credenciados -MARCA, implementado em 2006. Em 2011 foi criada a Comissão Regional Coordenadora de Formação Docente. Além destas anteriormente citadas, há outras instâncias, temporais e permanentes, que administram ações específicas voltadas à questão educacional nos países do MERCOSUL. Visando discutir diversas pautas relacionadas às políticas públicas para que sejam elaborados, desenvolvidos programas e projetos de forma conjunta e ordenada para o desenvolvimento em toda a região e dos países associados. Em 2014 foi implementado o Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL (SIMERCOSUL), que em conjunto com a Reunião de Ministros da Educação (RME), com o objetivo de ampliar a mobilidade acadêmica na área de abrangência do bloco.



Essas propostas políticas, marcos legais e regulatórios têm ocasionado a expansão da oferta de cursos de pós-graduação na América Latina, redesenhando a relação entre estado e universidades. Essas estratégias de gestão são pautadas em diversos aspectos: instituições, professores, pesquisadores, currículos, cursos de graduação e pós-graduação. De acordo com o Relatório de Monitoramento global da educação 2020

Os gastos com educação como porcentagem do PIB na América Latina e no Caribe aumentaram de 3,9% em 2000 para 5,6% em 2017, o maior valor entre todas as regiões. A região priorizou a educação nos gastos públicos mais do que qualquer outra região: a participação passou de 13,1% em 2002 para 16,5% em 2017. (UNESCO, 2020)

Percebe-se que o desenvolvimento da educação está diretamente atrelado aos investimentos e que mesmo com o incremento realizado na receita dos países da América Latina, ainda se tem muito o que avançar, na estrutura física, qualificação e remuneração dos docentes. Quando falamos em qualificação profissional dos professores e pesquisadores os acordos do MERCOSUL nas esferas educacionais são de grande relevância, pois muitos docentes não encontram oportunidades em seu país de origem passando a buscar uma graduação, ou pós-graduação em outros países, seja em universidades públicas ou privadas. Essa movimentação de cérebros é representada na dinâmica de deslocamento demográfico desses atores. Muitos buscam no ensino em outras instituições a oportunidade de melhorar seu currículo, para que assim possa galgar um melhor lugar no mercado de trabalho em seu país. Muitos desses migrantes enfrentam diversos obstáculos, financeiros, linguísticos e culturais.

Às vezes, os migrantes e os refugiados são julgados com base em percepções sobre seu grupo identitário, e não em suas qualidades pessoais. Sobretudo quando eles são visivelmente diferentes das populações das comunidades de acolhimento, eles podem ser vistos como o “outro”; com isso, estereótipos e preconceito podem levar à discriminação, o que inclui a exclusão de uma educação de boa qualidade. (UNESCO, p.30. 2019),

Uma política educacional voltada para acolher o estudante estrangeiro diminuiria bastante esse choque cultural, além de programas de bolsas estudantis, alojamento e boas condições para

que esse estudante possa desenvolver suas atividades acadêmicas de maneira satisfatória. Cada país apresenta uma abordagem específica para esse público dentro dos sistemas educacionais, passando pela assimilação, multiculturalismo e integração. Se faz necessário o estudante migrante sentir-se incluído na sociedade que passa a fazer parte. O fato dela está incluso não retira dele seus traços culturais trazidos de seu país de origem, mas permite essa interação entre costumes e crenças diferentes, tornando assim a experiência de estudar, de se qualificar em outro país em uma experiência rica não só no ponto de vista acadêmico, mas também no aspecto social. Muitos desses docentes que buscam qualificação em outros países, observam também nessa experiência uma nova oportunidade profissional. De acordo com o relatório de monitoramento global da educação de 2019

Os docentes que se movem internacionalmente podem ser acadêmicos visados por universidades de elite, acadêmicos contratados para compensar lacunas locais ou “acadêmicos temporários”, que continuam sua carreira nos países onde obtiveram seu doutoramento. A mobilidade institucional pode ocasionar a redução da mobilidade tradicional de estudantes, mas atende a mais estudantes com necessidades educacionais diversas. (UNESCO, p 34,2019)

Comprovando a importância acadêmica e profissional do intercâmbio estudantil, pois muitos dos docentes que buscam sua qualificação a nível de pós-graduação no exterior passam a contribuir com as instituições estrangeiras, tornando-se, mão - de- obra qualificada no país que lhe oportunizou a melhoria em sua qualificação profissional. Nota-se a relevância do ensino superior a nível internacional, inclusive esse docente estrangeiro possui uma certa facilidade na relação entre os demais alunos estrangeiros, pois o mesmo foi parte desse fenômeno da internacionalização da educação tornando - se prova viva que sua capacitação está surtindo efeitos positivos em nível intelectual, acadêmico, profissional e econômico. Na realidade da América Latina, essa situação ocorre de forma habitual. Para que esse cenário possa ocorrer é imprescindível o apoio logístico e financeiro dos governos juntamente com as instituições públicas e privadas de ensino.

En este contexto, la articulación de la educación superior con los otros niveles del sistema educativo se hace imprescindible. Sin embargo, la educación superior, aunque critica la formación de los estudiantes que recibe, no asume cabalmente su

compromiso, sobre todo en lo que se refiere a la calidad de la formación de docentes. Este es un aspecto crítico que es preciso abordar, tanto desde el punto de vista de las instituciones de educación superior como desde el correspondiente a las políticas públicas: para las primeras, es necesario priorizar una formación de calidad, centrada en las necesidades vigentes de los niños y jóvenes. Las autoridades públicas, por su parte, deben hacerse cargo del diseño e implementación de políticas que revaloricen la profesión docente, reconozcan su centralidad y recompensen adecuadamente el desempeño educativo. (CRES, 2018).

A articulação entre universidades iniciativa públicas e privadas unidas para fortalecer a educação superior nos países da América Latina, focadas na capacitação de docentes, ampliando o financiamento de curso, oferta de bolsas de estudo para os estudantes estrangeiros, professores e pesquisadores, irá propiciar o desenvolvimento do nível educacional de cada país envolvido neste processo que deve estar baseado na colaboração e solidariedade, não apenas de instituições, mas de povos. Essas atitudes se convertem em estratégias importantes para promover a democratização do ensino superior entre aqueles países que estão empenhados no processo. A internacionalização do ensino superior se compreende também no desenvolvimento sustentável de políticas públicas educativas eficientes, que venham a minimizar as grandes diferenças ao acesso e qualidade da educação superior nos países da América Latina, mais especificamente entre os países membros do MERCOSUL. De acordo com CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE / CRES 2018

En este contexto, la internacionalización se constituye en una herramienta clave para transformar la educación superior, fortalecer sus comunidades y promover la calidad y pertinencia de la docencia, la investigación y la extensión. Favorece la formación de ciudadanos y profesionales, respetuosos de la diversidad cultural, comprometidos con el entendimiento intercultural, la cultura de paz y con capacidad para convivir y trabajar en una comunidad local y mundial.

Para que ocorra um bom intercâmbio estudantil e cultural, se faz necessário uma convivência harmônica entre os diversos indivíduos, nativos e estrangeiros, havendo a promoção da interculturalidade, do respeito mútuo e incentivo constante à cooperação entre alunos, professores

e instituições. Também a garantia de direitos básicos aos estrangeiros, que possam assegurá-los no país em que estuda, assim dando as condições básicas para o desenvolvimento das suas atividades acadêmicas. Dessa forma o imigrante passa a ser um aliado no desenvolvimento do país em que reside, contribuindo também para o seu desenvolvimento, não apenas absorvendo o que as instituições de ensino têm a oferecer, mas deixando seu legado, seus costumes e conhecimentos nesse país onde atualmente habita.

## **2. O ENSINO SUPERIOR NO PARAGUAY**

Este capítulo abordará a educação a nível superior no Paraguay, destacando o surgimento das primeiras universidades públicas e privadas, seu desenvolvimento e expansão, explicitando seus aspectos positivos e negativos dentro do contexto da educação superior.

### **2.1 Histórico da Educação Superior no Paraguay**

O Paraguay, que tem como nome oficial República del Paraguay, é um país localizado no centro-sul da América do Sul, que faz fronteira com noroeste e leste com o Brasil, ao norte e oeste com a Bolívia, ao sul e oeste com a Argentina. Apresenta uma área de 406.752 Km<sup>2</sup>, população de aproximadamente 7.191.695 habitantes de ascendência guarani e europeia. O Paraguay está dividido em 17 departamentos mais o distrito capital onde se localiza sua capital, Asunción. Constitui-se em um estado soberano, único país da América Latina que reconhece o bilinguismo tendo duas línguas oficiais, o guarani e o espanhol. Apresenta um IDH, índice de desenvolvimento humano de 0,728(ONU,2019), índice de GINI de 0,461(PNUD,2018), PIB per capita de 4.949,75 USD e Taxa de analfabetismo de 6% (Banco mundial, 2020). O Paraguay é um Estado soberano e democrático, membro fundador do MERCOSUL que juntamente com o Brasil, Argentina e Uruguay integra este bloco econômico.

Na época da colonização espanhola na América, as universidades espanholas já tinham mais de um século de existência, como podemos exemplificar a universidade de Salamanca, criada no ano de 1243, onde a mesma serviu de modelo para a criação de universidades na América. Neste período as universidades eram primordialmente de viés religioso, clerical, ofereciam cursos como medicina e direito.

En América, la principal razón de las autoridades civiles y eclesiásticas para erigir aulas de estudios superiores fue la formación de sacerdotes, aun que hubo casos en los que también se formaban jóvenes que no necesariamente aspiraban llegar al sacerdocio. (Morales, 2020, p.56)

Na América o principal objetivo das autoridades eclesiásticas e civis era a formação de sacerdotes a nível superior, formação de jovens que aspiravam a vida clerical e ao sacerdócio, pois muitos

desses jovens viviam em internatos. A história da educação superior no Paraguai inicia com a criação do seminário em 1750, destinado à formação de sacerdotes da religião católica. A mentoria intelectual da época colonial eram os religiosos, de diversas ordens religiosas, como mercedários, jesuítas, franciscanos, jerônimos e dominicanos.

Um de seus objetivos era a inserção das populações nativas na civilização através da catequização, da organização familiar, da educação, esse processo ocorreu. Nesse processo apenas os homens tinham acesso à educação. Era grande a escassez de professores, recursos financeiros e materiais escolares. Para os historiadores, cada vez que um bispo responsável pela diocese do rio prata assumia a igreja, onde sua sede se localizava na cidade de Asunción, ocorria o fortalecimento da instituição religiosa. Outro fato que antecedeu a criação da educação superior no Paraguai, foi a obtenção de títulos de licenciatura e doutorado pelos franciscanos certificados pelo rei da Espanha, após a expulsão dos jesuítas em 1779. Neste contexto, o país conta apenas com um seminário de San Carlos no final do século XVIII.

continuaron las “Cátedras Libres” centradas en Retóricas, Gramática y Filosofía, que por lo común eran desarrolladas por religiosos dominicos y franciscanos; aunque funcionaban en forma irregular, según la disponibilidad de docentes idóneos. En forma sustitutivas, surgieron otras actividades para paliar la formación intelectual y educativa que se presentaba en la Provincia a finales de dicho siglo (Rivarola, 2002, p. 2-5).

Em 1889 ocorre a criação da universidade nacional, que juntamente surge o colégio nacional em Villarrica, Concepción e Pilar. Com a data de fundação sendo registrada em 24 de setembro de 1889. O Paraguai foi o último país da América Hispânica a criar sua universidade. Universidad Nacional de Asunción (UNA).

En este contexto y por Decreto del 31 de diciembre de 1889 se declara inaugurada oficialmente la Universidad Nacional de Asunción, iniciándose así la nueva historia de la cultura paraguaya, la cual había sido despojada por mucho tiempo del privilegio de la educación superior. A partir de allí abrieron sus puertas varias entidades educativas reviviendo el aire de libertad de expresión y creación de conocimiento. (Riart, 2004,p.85)

A Universidad Nacional surge com uma grande responsabilidade na contribuição acadêmica e cultural para o Paraguai, tendo como missão e identidade compromisso com o desenvolvimento da comunidade acadêmica a nível nacional e internacional.

Con la fundación de estas dos universidades y demás institutos de educación, se establece en la Carta Magna de la Nación los objetivos que orientaran por ley las universidades en el Paraguay, las cuales son: la formación profesional, la investigación científica, la extensión universitaria. Dice textualmente: Art. 23°. Son Fines de la Universidad: el cultivo, la enseñanza y la difusión, de las ciencias, las letras, las artes y la educación universitaria. (Riart, 2004,p.86)

Neste contexto, a universidade exercia um papel muito importante para a sociedade, na produção do conhecimento, promovendo o crescimento a nível superior, fortalecendo o sistema educativo do Paraguai. Contando com as faculdades de direito e ciências sociais, medicina e matemática.

En poco más de una década, ya a finales de siglo, y de los años noventa, la tradicional configuración institucional del sistema universitario paraguayo experimentó un proceso de transformación de una envergadura nunca antes registrada en su historia. Durante casi un siglo, la Universidad Nacional de Asunción, fundada hacia fines del siglo XIX, funcionó como único centro de educación superior universitaria, hasta que, en el año 1960, bajo severas restricciones impuestas por el régimen autoritario, se autorizó la apertura y el funcionamiento de una nueva universidad bajo la responsabilidad de la Iglesia Católica. (Rivarola, 2008, p. 558).

Em 22 de março de 1960, através de um decreto do poder executivo paraguaio, foi criada a Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción (UC). Durante o ano de 1989 o Paraguai passou por uma transição democrática, ocorrendo a criação de inúmeras instituições de ensino superior em sua maioria do setor privado. Essas instituições vêm contribuindo no ensino e formação de profissionais em diversas áreas, desenvolvendo o Paraguai, investigando os problemas nacionais orientando uma ação educativa onde projeta para frente a sociedade.

La Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción” establece en sus estatutos los fines clásicos ligados a acrecentar y transmitir el conocimiento humano por la investigación científica y la enseñanza, y capacitar para el correcto ejercicio de las profesiones liberales y técnicas. La nueva universidad plantea la relación permanente entre las ciencias humanas y la fe, fomentar el diálogo institucional con la sociedad a la que sirve y con las entidades educacionales del nivel superior. (Riart. 2004,p.90)

Assim, a Universidad Católica, uma instituição educativa que desenvolve seus trabalhos pautados nos direitos da igreja católica e em conformidade com a constituição do Paraguay. Em 13 de fevereiro de 1960 a conferência Epsicopal Paraguaya, certificou a Universidad Católica com o selo de trabalhos religioso e laico, onde a missão da universidade seria contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas e culturais do Paraguai.

## **2.2 A legislação do ensino superior no Paraguay**

O sistema educativo do Paraguai está estruturado a nível superior com a universidades, institutos superiores e institutos de formação profissional de terceiro nível. Segundo a Constituição Nacional da República do Paraguai de 1992, com a regulamentação da lei geral da educação N°1264/98 e da lei de educação superior N°4995/13. A Constituição Nacional estabelece as finalidades e regulamenta o funcionamento das instituições de ensino a nível superior no país, determinando as finalidades relacionadas à formação profissional superior, a extensão e pesquisa. Estabelece que as instituições a nível superior, sejam públicas ou privadas só serão criadas através de leis, onde os profissionais estejam com sua formação profissional e titulação sejam condizentes com a exigência para o pleno exercício da função. De acordo com o artigo 74 da constituição do Paraguay

Se garantizan el derecho de aprender y la igualdad de oportunidades al acceso a los beneficios de la cultura humanística, de la ciencia y de la tecnología, sin discriminación alguna. Se garantiza igualmente la libertad de enseñar, sin más requisitos que la idoneidad y la integridad ética, así como el derecho a la educación religiosa y al pluralismo ideológico. (PARAGUAY, 1992).



As universidades têm autonomia para estabelecer suas normas internas e garantir a liberdade no processo de ensino. A lei geral da educação determina em seu artigo 19

El Estado definirá y fijará la política educativa, en consulta permanente con la sociedad a través de sus instituciones y organizaciones involucradas en la educación, respetando los derechos, obligaciones, fines y principios establecidos en esta ley. La política educativa buscará la equidad, la calidad, la eficacia y la eficiencia del sistema, evaluando rendimientos e incentivando la innovación. Las autoridades educativas no estarán autorizadas a privilegiar uno de estos criterios en desmedro de los otros en planes a largo plazo. (PARAGUAY, 1998).

Dessa forma, a legislação apresenta as normativas a serem seguidas para a implementação do sistema educativo no Paraguay, cabendo a autoridades educativas estabelecer os critérios amparados na legislação educacional a fim de garantir o desenvolvimento da educação no país. Tendo como missão que as instituições a nível superior promovam a capacitação profissional e estejam à disposição das demandas da sociedade.

A nível nacional a lei N° 4758 do Fondo Nacional de Inversión Pública y Desarrollo (FONACIDE), foi promulgada em 2012, que orienta fundos de excelência para pesquisas e bolsas administradas pelo Consejo Nacional de Ciencias y Tecnologías (CONACYT), concedidos para o financiamento através de convocatórias a centros de pesquisa e universidades, além do Programa de Incentivos para Investigadores (PRONI).

A criação de agencias nacionais de avaliação e acreditação na região foi o início para uma nova visão e missão com autonomia universitária e liberdade de mercado para instituições privadas no Paraguay. Nesse sentido a acreditação universitária caracteriza se como um dos aspectos para o desenvolvimento dos sistemas educacionais no mundo globalizado. A educação transacional representa um novo campo de ação para legislação e para os sistemas nacionais de avaliação e credenciamento, bem como induz a questão do credenciamento da qualidade daqueles que prestam serviços educacionais. Em 2013 foi criada a lei da educação superior N°4995/13, nesta resolução as instituições de ensino superior devem ter a missão de desenvolver, de instigar a investigação, a formação e capacitação profissional e o ensino de extensão. Conforme o artigo 22 e 23

Son universidades las instituciones de educación superior que abarcan una multiplicidad de áreas específicas del saber en el cumplimiento de su misión de investigación, enseñanza, formación y capacitación profesional, extensión y servicio a la comunidad. (Ley N°4995, p.7)

A Agência Nacional de Avaliação y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES), foi criada através da lei N°2. 072 de 13 de fevereiro de 2003, constando no orçamento do MEC como programa 8, acreditação e avaliação do ensino superior. A lei foi promulgada e ao mesmo tempo foi realizada a primeira avaliação externa no âmbito do mecanismo experimental de credenciamento de carreiras universitárias do MERCOSUL, denominado MEXA. Em agosto de 2013 foi promulgada a lei 4.995, a mesma em seu artigo 8 conforma o Consejo Nacional de Educación Superior (CONES), para a aplicação de uma nova legislação, além de propor, coordenar as políticas e programas para a educação superior no Paraguay. Com essa lei articulam-se MEC, ANEAES, Consejo de Rectores, y el Consejo Nacional de Ciencias y Tecnología CONACYT.

Após a promulgação da lei da educação superior N°4995/13, o Consejo Nacional de Educación Superior (CONES), passa a propor e acompanhar os programas educacionais voltados ao desenvolvimento do ensino superior no Paraguay. Assegurando a autonomia das instituições de ensino superior o cumprimento da Constituição Nacional do Paraguay. O CONES também tem como atribuição regulamentar a criação e a interdição de universidades e institutos a nível superior, com decisões vinculadas diretamente com o congresso nacional e fundamentadas em relatórios técnicos da Agência Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior ( ANEAES).

Artículo 30.- Durante el período de funcionamiento inicial establecido en el artículo anterior, las universidades deberán someterse a los procesos de evaluación, establecidos por la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES). (Ley N°4995, p.9)

Esses órgãos governamentais como CONES e ANEAES, exercem uma função muito relevante para a manutenção, acompanhamento e desenvolvimentos do ensino a nível superior no Paraguay. Pois essas autarquias através de seus regimentos e resoluções regulamentam e

monitoram a qualidade do ensino superior no país. A mesma lei da educação superior N°4995/13, defende pontos fundamentais para o desenvolvimento da educação superior, resguardando valores e consolidando o fortalecimento de uma sociedade forjada na democracia, na garantia e respeito aos direitos humanos, onde a soberania nacional é defendida, o meio ambiente em busca de um bem-estar geral e de uma sociedade mais igual.

El sistema de educación superior en el Paraguay está regulado por la Ley 4995/2013 de Educación Superior, siendo las instituciones de educación superior las universidades, los institutos superiores y los institutos de formación profesional del tercer nivel; estos últimos comprenden los institutos de formación docente y los institutos técnicos profesionales (Art. 3. Ley 4995/2013).

Defende uma educação voltada para uma sociedade multicultural, diversa, multilíngue e plural. Cabendo ao Estado garantir o funcionamento, a organização e o acesso dos cidadãos ao sistema nacional de educação. Conforme a lei N°4995/13 determina o Artigo 4°

Como bien público, la responsabilidad del Estado, en cuanto a su organización, administración, a educativo nacional. El Estado reconoce y garantiza el derecho a la educación superior como un derecho humano fundamental para todos aquellos que quieran y están en condiciones legales y académicas para cursarla. (Ley N°4995/13).

O Paraguay se une a um esforço regional de acreditação de carreiras para facilitar o reconhecimento de graduações e pós-graduações, desta forma começa o processo de desenvolvimento da cultura de avaliação sobre acreditação no país, sensibilizando os autores sobre a utilidade e adequações desse processo de garantia de qualidade educacional.

Ley 4994/2014 “De la Educación Superior. Art. 82, establece lo siguiente:

(...) Verificar y certificar sistemáticamente la calidad de las instituciones de educación superior, sus filiales, programas y las carreras que ofrecen, y elevar el informe al Consejo Nacional de Educación Superior (CONES) para su tratamiento conforme a esta Ley.

O Estado tem como função de prover as condições mínimas para que ocorra a educação

superior, sendo a mesma um direito fundamental, como defende a UNESCO. Uma educação que seja acessível a todas as camadas da sociedade, oportunizando a qualificação profissional o desenvolvimento social e econômico dos cidadãos. Sendo necessário investimentos no setor com projetos sustentáveis que fundamentam o alicerce tanto econômico das instituições de ensino como na manutenção da oferta de vagas, remunerando e profissionalizando os docentes que irão desenvolver o trabalho acadêmico, incentivando pesquisas e o ensino de extensão. O artigo da lei N°4995/13, estabelece que

El objeto de la presente Ley es regular la educación superior como parte del sistema educativo nacional, definir los tipos de instituciones que lo integran, establecer sus normativas y los mecanismos que aseguren la calidad y la pertinencia de los servicios que prestan las instituciones. que lo conforman, incluyendo la investigación. (Ley N°4995/13)

Dessa forma, essa legislação tem como principal função garantir os direitos ao acesso ao ensino superior, o incentivo à investigação científica e manutenção de uma educação superior de qualidade.

la educación superior es una responsabilidad social territorial, una responsabilidad de la universidad que debe velar por establecer los consensos culturales, sociales, dar respuesta a los retos que emergen en la sociedad. (Duarte.2019 ,p.95).

A universidade não pode estar dissociada das questões culturais, pois a universidade é parte viva da sociedade, recebe suas demandas, suas necessidades, problemáticas e questionamentos e tem como missão buscar soluções para os problemas sociais, sendo a pesquisa, a investigação a busca por soluções de demandas oriundas da sociedade na intenção de minimizar os problemas enfrentados por todo esse coletivo.

### **2.3 A UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**

A Universidad Autónoma de Asunción (UAA), tornou-se universidade através do Decreto Ejecutivo nº 11.615 que autorizou o seu funcionamento em 14 de novembro de 1991. Anteriormente funcionava como Escola Superior de Administração de Empresas (ESAE),

fundada em 1978. A UAA é uma universidade privada que oferece diversos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de ciências econômicas e empresariais, ciências políticas, jurídicas e sociais, educação e comunicação, da saúde e das tecnologias. Recebendo alunos paraguaios e estrangeiros. Tendo como pilares que se fundamentam nos aspectos acadêmicos, econômicos e administrativos, sendo administrado pela reitora Dra, Kitty Gaona Franco e pelo Conselho Universitário Superior, que é composto por diversos representantes como professores, alunos, ex-alunos, funcionários do setor administrativo, autoridades acadêmicas e um representante do conselho administrativo. No setor administrativo a universidade é gerida pelo conselho administrativo e seus diretores.

A Universidad Autónoma de Asunción tem como missão, ser uma universidade inclusiva, comprometida com a inovação e com o ensino de excelência, difundindo o conhecimento para o benefício da sociedade. Sendo uma instituição de ensino superior reconhecida nacional e internacionalmente. Segundo a página oficial da Universidad Autónoma de Asunción, no ano de 2022 a UAA foi reconhecida como a melhor universidade privada do Paraguay, pelo Ranking QS Latin America University, no mesmo ano os cursos a nível de pós-graduação, mestrado e doutorado em ciências da educação receberam o prêmio da Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado (AUIP), referente a qualidade do ensino de pós-graduação. A Universidad Autónoma de Asunción, tem como valores a autonomia, sendo administrada de acordo com suas normas, a excelência no ensino sendo marcado pela laicidade, o respeito às diferenças, garantindo a inclusão e a diversidade, a responsabilidade social tendo como compromisso que a educação propicie benefícios para a sociedade.

A inovação através de processos de ensino e aprendizagem onde seja favorecida a criatividade e a condução de todas as ações da instituição pautadas em princípios éticos, de serviços e na solidariedade.

Como objetivos gerais, a Universidad Autónoma de Asunción se propõe a acreditar na qualidade das instituições e das carreiras acadêmicas, certificar as titulações por competência, buscando desenvolver as práticas pedagógicas com a utilização de tecnologias e incrementar uma gestão eficiente. Como Objetivos específicos a Universidad se propõe a melhorar a qualidade do seu corpo docente, atualizar os planos e programas de estudos dos cursos de graduação e pós-graduação de acordo com as exigências dos órgãos normativos, promover o credenciamento das carreiras a nível de graduação e pós-graduação, aumentar o número de matriculados e reduzir a

evasão de estudantes, amplia a oferta de vagas ,incrementar a utilização de novas tecnologias como instrumentos básicos na prática pedagógica, fortalecer a cultura , incentivar a participação dos estudantes nas atividades acadêmicas da universidade, difundindo as atividades desenvolvidas na universidade ,reduzir a burocracia administrativa e desenvolver a pesquisa em todos os níveis. (Universidad Autónoma de Asunción, em <https://www.uaa.edu.py/organizacion>)

### **3. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO**

#### **3.1 Tipos de pesquisa**

##### **3.1.1 Investigação não experimental**

Esta pesquisa caracteriza-se por ser uma investigação não experimental, onde as variáveis não são manipuladas, independe dos resultados as variáveis não são intencionalmente alteradas ou manuseadas. Nenhuma situação é gerada para que se chegue a um resultado específico, apenas são expostos os fatos identificados na pesquisa.

En un experimento, el investigador prepara deliberadamente una situación a la que son expuestos varios casos o individuos. Esta situación consiste en recibir un tratamiento, una condición o un estímulo en determinadas circunstancias, para después evaluar los efectos de la exposición o aplicación de dicho tratamiento o tal condición. Por decirlo de alguna manera, en un experimento se “construye” una realidad. En cambio, en un estudio no experimental no se genera ninguna situación, sino que se observan situaciones ya existentes, no provocadas intencionalmente en la investigación por quien la realiza. En la investigación no experimental las variables independientes ocurren y no es posible manipularlas, no se tiene control directo sobre dichas variables ni se puede influir en ellas, porque ya sucedieron, al igual que sus efectos. (Hernández Sampieri. et all, 2014, p.125)

##### **3.1.2 Estudo descritivo de corte transversal**

Essa pesquisa trata-se de um estudo descritivo de corte transversal, pois nessa situação o investigador descreve com detalhes o fenômeno que se propõem a pesquisar. Busca especificar as mais diversas variáveis do seu objeto de estudo.

Con frecuencia, la meta del investigador consiste en describir fenómenos, situaciones, contextos y sucesos; esto es, detallar cómo son y se manifiestan. Con los estudios descriptivos se busca especificar las propiedades, las características y los perfiles de personas, grupos, comunidades, procesos, objetos o cualquier otro fenómeno que se someta a un análisis. Es decir, únicamente pretenden medir o

recoger información sobre los conceptos o las variables a las que se refieren, esto es su objetivo, no es indicar cómo se relacionan éstas. (Hernández Sampieri. 2014 ,p.92).

A pesquisa se trata de um estudo descritivo de corte transversal, pois a mesma analisa um período de tempo específico, realizando um recorte temporal e analisando as circunstâncias desse período.

Los diseños de investigación transeccional o transversal recolectan datos en un solo momento, en un tiempo único (Liu, 2008 y Tucker, 2004). Su propósito es describir variables y analizar su incidencia e interrelación en un momento dado. Es como “tomar una fotografía” de algo que sucede. (Hernández Sampieri. 2014, p.154)

### **3.1.3 Enfoque misto**

A pesquisa apresenta um enfoque misto, pois se utiliza de dados quantitativos e qualitativos a exemplo da coleta de dados feita a partir de questionários estruturados contendo perguntas fechadas, também com a utilização de entrevistas gerando dados quantitativos e qualitativos.

De acuerdo con Hernández-Sampieri y Mendoza, 2008 (apud, Hernández Sampieri. 2014, p. 534) Los métodos mixtos representan un conjunto de procesos sistemáticos, empíricos y críticos de investigación e implican la recolección y el análisis de datos cuantitativos y cualitativos, así como su integración y discusión conjunta, para realizar inferencias producto de toda la información recabada (metainferencias) y lograr un mayor entendimiento del fenómeno bajo estudio.

O principal propósito de uma investigação científica é conhecer a realidade na intenção de colaborar com a construção do conhecimento, pois, através da pesquisa, se torna possível questionar, afirmar ou negar um determinado fenômeno, não existindo verdade absoluta, onde toda pesquisa é única e pertence a um determinado padrão de acordo com suas características próprias. De acordo com Prodanov (2013, p. 48),



A pesquisa científica é uma atividade humana, cujo objetivo é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo respostas às questões significativas para a compreensão da natureza. Para essa tarefa, o pesquisador utiliza o conhecimento anterior acumulado e manipula cuidadosamente os diferentes métodos e técnicas para obter resultado pertinente às suas indagações.

### **3.2 O Problema da Investigação**

Devido as desigualdades regionais relacionada a oferta de curso de pós-graduação, aliada a dificuldade em conciliar trabalho e estudo, fatores econômicos referentes ao alto custo para cursar as carreiras em seus países de origem, muitos estudantes estrangeiros buscam alternativas em outros países a exemplo do Paraguay. Pois, como sabemos o Paraguay faz parte do MERCOSUL, e que esse bloco também engloba acordos educacionais voltados aos seus países membros. Aliados a esses aspectos se soma também a proximidade geográfica do Paraguay a muitos países da América Latina, além do país apresentar uma moeda estável. Dentro deste contexto, surge a seguinte pergunta: Por que estudantes estrangeiros buscam o ensino superior no Paraguay? Quais os motivos para ingressar no ensino superior em outro país? Qual é a percepção que professores e autoridades da Universidad Autónoma de Asunción têm sobre os alunos estrangeiros? Quais são os aspectos positivos e negativos de estudar na Universidad Autónoma de Asunción? Qual é a percepção do aluno estrangeiro sobre o ensino superior na Universidad Autónoma de Asunción?

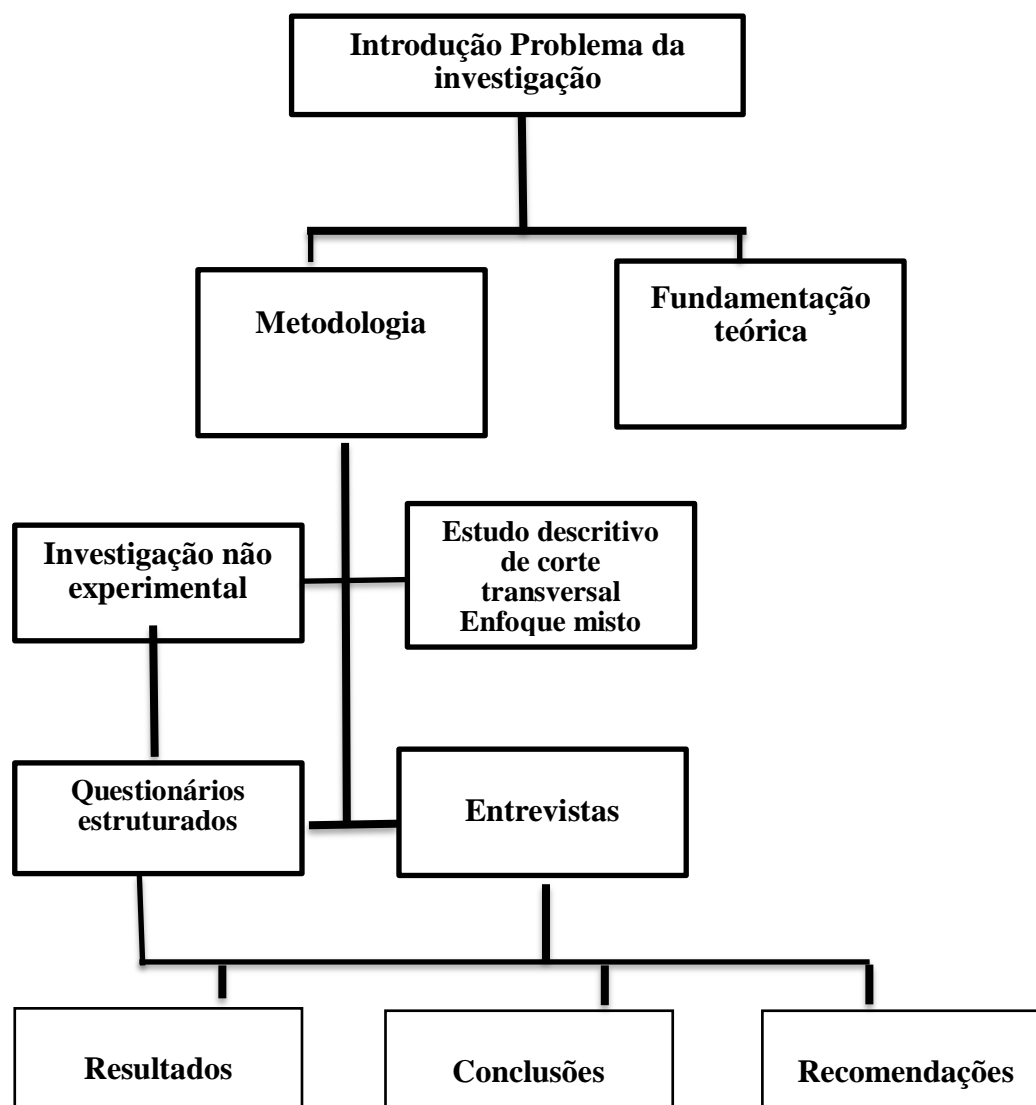
#### **3.2.1 Objetivo Geral**

Determinar o perfil do aluno estrangeiro de pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción.

#### **3.2.2 Objetivos Específicos**

- Descrever a percepção que professores e autoridades têm sobre os alunos estrangeiros de pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción.
- Constatar as experiências positivas e negativas dos alunos estrangeiros na Universidad Autónoma de Asunción.
- Identificar as percepções dos alunos estrangeiros sobre o ensino nas pós-graduações em educação na Universidad Autónoma de Asunción.

Figura 02: Desenho do processo de Investigação



### 3.3 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

Foram aplicados questionários estruturados com cem alunos estrangeiros de pós-graduação e com dez professores dos cursos de mestrado e doutorado em Ciências da Educação. Esses dados, após sua coleta, foram transformados em gráficos com respectivas porcentagens. Para Richardson (2008, p. 70), o método quantitativo é:

Amplamente utilizado na condução da pesquisa, o método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análises e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às interferências. É frequentemente aplicado nos estudos

descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos.

A análise qualitativa é bastante complexa, pois se debruça diante situações muito particulares, analisando de que forma um determinado grupo se expressa e como interagem e se relaciona com os fatos. Nesse método o pesquisador precisa ter bastante sensibilidade, atenção e ser fiel ao que se obtém dos atores objeto da pesquisa desenvolvida. Todas as etapas do processo são importantes, desde a observação, elaboração das perguntas dos questionários e ou entrevistas, como o tratamento das informações obtidas, devendo ter cuidado na forma correta de abordar o problema e descrevendo as respostas colhidas. Referente aos procedimentos técnicos, esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa mista, de acordo com a definição de Richardson (2008), visto que não se buscou meramente dados estatísticos, mas uma leitura e reflexão do perfil dos alunos estrangeiros de pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción. Para tanto, fizemos das informações contidas na documentação oficial de diversos órgãos nacionais e internacionais como o ministério da educação do Paraguay, de órgãos reguladores como o CONES e ANEAS, Relatórios da UNESCO, do MERCOSUL e OCDE. Assim, essa pesquisa é uma pesquisa fundamentada no método quantitativo e qualitativo, pois apresenta em seus resultados ambos os métodos, um complementando o outro para que se obtenha um resultado satisfatório.

**Tabela 01:** Instrumentos de coleta de dados por objetivo da pesquisa.

OBJETIVOS DA PESQUISA	TÉCNICA DE COLETA	FONTE DE INFORMAÇÃO
Descrever a percepção que professores e autoridades têm sobre os alunos estrangeiros de pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción.	Questionário Entrevistas Observação	Professores Autoridades
Constatar as experiências positivas e negativas dos alunos estrangeiros na Universidad Autónoma de Asunción.	Questionário Observação	Alunos
Identificar as percepções dos alunos estrangeiros sobre o ensino nas pós-graduações em educação na Universidad Autónoma de Asunción.	Questionário Observação	Alunos

### 3.3.1 Processo de validação instrumental

Durante o processo de validação dos instrumentos, cinco doutores, dois doutores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), uma doutora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), um doutor da Universidad de Granada - Espanha, e uma doutora da Escola Municipal Cônego Joaquim de Assis Ferreira – Paraíba. Validaram os questionários foram sugeridas algumas modificações nos questionários relacionadas a alterações de alguns termos como por exemplo a inclusão de uma alternativa para outro gênero além de masculino e feminino. As sugestões foram acatadas.

### 3.4 Questionários

Para que assim pudessem ser aplicados junto aos professores e alunos objetos da pesquisa, utilizou-se dos atuais recursos tecnológicos com a plataforma digital Google Forms e enviados pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, facilitando a análise dos dados estatísticos que foram convertidos em gráficos através da plataforma Google. Para Mercado (2002, p. 32),

A internet é um inovador meio de comunicação, já que possibilita uma comunicação mais horizontal e interativa. Na internet, todos podem, dentro de certos espaços, ser sujeitos do processo comunicativo. As listas de discussão permitem trocas de ideias em que os participantes na lista elaboram livremente seus textos, relacionando a um tema central, e o retorno é medido pelas respostas provocadas por suas colocações.

Utilizando a mesma ferramenta tecnológica, através de uma plataforma e envio através de aplicativo de mensagens, foram aplicados em fevereiro de 2022 os questionários estruturados contendo seis questões e aplicadas com dez professores da Universidad Autónoma de Asunción. Entre os quais, todos os dez docentes responderam prontamente às questões sobre as dificuldades encontradas pelos alunos estrangeiros, os aspectos positivos e negativos na aprendizagem dos alunos, dentre outros questionamentos.

Esse procedimento dinamizou o processo de coleta das respostas, sendo conveniente ao aplicador dos questionários e aos alunos e professores participantes da pesquisa. Foi estabelecido um período de uma semana para que os entrevistados respondessem aos questionários: 70% dos alunos e professores responderam após três dias, os demais concluíram o processo até o final do período estipulado. Dessa maneira, a obtenção das respostas dos participantes da pesquisa

ocorreu de forma satisfatória, com a participação efetiva de todos, tornando procedimento de coleta dessas informações vital para a realização desse trabalho de investigação científica. Nessa fase da pesquisa, nos meses de junho e julho de 2022, foram analisados os questionários que foram aplicados com os alunos, as perguntas de cunho quantitativo foram convertidas em gráficos, mostrando os respectivos percentuais encontrados após a aplicação dos questionários. Paralelamente, foram observados os aspectos qualitativos, fenomenológicos e subjetivos, relacionados à pesquisa, como o grau de satisfação dos alunos e as perspectivas dos alunos ao concluírem o curso. De acordo com Richardson (2008, p. 233),

Geralmente a análise de conteúdo visa um tratamento quantitativo que não exclui a interpretação quantitativa. Na atualidade, os procedimentos para esse tipo de tratamento são numerosos. O mais simples consiste no cálculo de frequências e porcentagens que permitem estabelecer a importância dos elementos analisados, por exemplo, as palavras.

A análise está voltada para uma análise detalhada de documentação e dados coletados a fim de traçar o perfil do aluno estrangeiro de pós-graduação da Universidad Autónoma de Asunción.

### **3.4.1 Entrevista**

Foi realizada mais uma etapa da coleta de dados, através da entrevista semiestruturada com as autoridades. A entrevista ocorreu nas dependências da Universidad Autónoma de Asunción, a entrevista era composta por seis perguntas, indagando questões relacionadas ao histórico da universidade na oferta de cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Ciências da Educação com alunos estrangeiros. Foi perguntado sobre as dificuldades encontradas em relação ao ingresso desses alunos na universidade, sobre a importância para universidade em oferecer essas vagas para alunos de outras nacionalidades e a respeito da produção acadêmica dos alunos estrangeiros durante a realização dos cursos de pós-graduação ofertados pela Universidad Autónoma de Asunción. Foi realizada uma entrevista com as duas autoridades, onde as mesmas responderam a seis perguntas relacionadas ao ingresso dos alunos estrangeiros nos cursos de pós-graduação em Ciências da Educação, sobre a importância da interação desses alunos na Universidade e a respeito de sua contribuição na produção acadêmica.

Para os cientistas sociais, a entrevista tem-se restringido a circunstâncias nas quais uma pessoa – o entrevistador – com um conjunto de perguntas preestabelecidas,

leva a outra a responder a tais perguntas. A pessoa que responde recebe o nome de entrevistado ou respondente. Na pesquisa quantitativa, o ato de entrevistar tem se reduzido a forçar uma escolha entre alternativas de respostas predeterminadas a perguntas rigidamente formuladas (Richardson 2008, p. 208)

As entrevistas foram realizadas pessoalmente com gravação em mídia digital das respostas.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. Nesse sentido, a entrevista, um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos. (Minayo 2001, p. 57)

A entrevista se alicerça em teorias e hipóteses relacionadas ao tema da pesquisa em questão, observadas pelo investigador-entrevistador, na intenção de obter as respostas para a problemática que originou a investigação, facilitando a compreensão daquele que pesquisa e coleta as informações. Todos os questionários e a entrevista encontram-se nos apêndices desse trabalho.

#### **4. Unidade de análise**

##### **4.1 Universidad Autónoma de Asunción.**

A Universidad Autónoma de Asunción oferece diversos cursos de graduação como os da Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais (FACEYE), que foi a única faculdade paraguaia a ser reconhecida pela Accreditation Council for Business Schools and Programs (ACBSP), organismo americano de certificação de qualidade. A FACEYE oferece cursos a nível de graduação como administração de empresas, comércio internacional, contabilidade, engenharia comercial, marketing e publicidade. Na Faculdade de Ciências Jurídicas, políticas e sociais, a universidade oferece o curso de direito. Na Faculdade de Ciências da Educação e Comunicação, são oferecidos os cursos de comunicação audiovisual e periodismo. A Faculdade de Ciências da Saúde conta com os cursos de graduação em ciências do esporte, fonoaudiologia, nutrição, odontologia e psicologia clínica. Na faculdade de Ciências e Tecnologia são ofertados

os cursos a nível de graduação em engenharia da informática com ênfase em ciências da computação ,engenharia em informática com ênfase em sistemas informáticos, licenciatura em ciências informáticas com ênfase em bases de dados, licenciatura em ciências da computação com ênfase em redes e internet sistemas informáticos.

Com relação a pós-graduação A Universidad Autónoma de Asunción oferece uma série de cursos no intuito de ampliar a qualificação profissional e desenvolver o ensino a pesquisa e a extensão, com um corpo docente de excelência de professores nacionais e internacionais, com mais de trinta programas de estudos diferentes, atendendo alunos de todo o MERCOSUL e de outras regiões do globo a exemplo de alunos africanos. São ofertados cursos de especialização em didática universitária, mestrado em administração de empresas, sendo esse internacional, administração e direção financeira, mestrado em ciências jurídicas, mestrado internacional em ciências da educação, contabilidade e auditoria, mestrado internacional em direito internacional, mestrado em avaliação da qualidade educativa, gestão de empresas, gestão em sistemas informáticos, marketing e direção empresarial e mestrado em neuropsicologia infantil.

A nível de doutorado a Universidad Autónoma de Asunción oferta o doutorado em Administração de Empresas e o doutorado internacional em Ciências da Educação.

A nível de pós-doutorado a UAA oferece o pós-doutorado em Liderança para Gestão Educacional e inovação em uma sociedade inclusiva.

Quanto à mobilidade estudantil, a UAA conta com uma unidade de relações internacionais que se dedica dar o suporte adequado através de diversos programas de graduação e pós-graduação, além de disponibilizar bolsas de estudos (becas), para alunos. A universidade também oferece suporte relacionado aos trâmites burocráticos auxiliando alunos e docentes estrangeiros, informando sobre os requisitos legais e documentação exigida para o ingresso na universidade. De acordo com a página oficial Universidad Autónoma de Asunción há anos a UAA vem fomentando convênios e acordos com universidades de diversos países de diversos continentes, a exemplo da Alemanha, Áustria, Espanha, Lituânia, França, Letônia e Polônia na Europa. Turquia (Eurásia), Coreia (Ásia). No continente americano, países como Estados Unidos, Canadá e México (América do Norte), República Dominicana, Panamá, Costa Rica e Cuba (América Central). Na América do Sul, Brasil, Bolívia, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Equador e Peru, com o intuito de promover o intercâmbio de alunos e professores

em cursos de graduação e pós-graduação, incentivando a participação de seus docentes e discentes em congressos, seminários, projetos de pesquisas e simpósios internacionais, promovendo a produção e disseminação de conhecimento entre docentes e estudantes de diversos países.

No que se refere a Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) a Universidad Autónoma de Asunción foi a primeira universidade paraguaia a criar, implementar e desenvolver cursos na modalidade remota. Desde o ano de 2000 a UAA tem participado de congressos, seminários e conferências nacionais e internacionais voltadas para a formação a distância nas aulas universitárias. A UAA possui um departamento de E-learning, responsável em investigar de maneira permanente novas políticas educacionais e novas tecnologias voltadas ao ensino, no intuito de fortalecer o aprendizado dos alunos da universidade e também oferecendo essas ferramentas tecnológicas para os docentes da instituição.

## 5. Participantes

Participaram da pesquisa 100 estudantes estrangeiros dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Ciências da Educação, escolhidos de maneira aleatória. Dez professores, e duas autoridades da Universidad Autónoma de Asunción.

### 5.1 Processo de seleção dos participantes

**Tabela 02:** Seleção dos participantes.

Autoridades	Não probabilística e intencional
Docentes	Não probabilística e intencional
Alunos	Aleatória, em forma de bola de neve

A amostra utilizada na pesquisa caracteriza-se como não probabilística e intencional, pois foi definida de acordo com os critérios do pesquisador. Todos os docentes dos cursos de mestrado e doutorado em Ciências da educação da Universidad Autónoma de Asunción foram convidados a participarem da pesquisa juntamente com as autoridades.



O tipo mais comum de amostra não probabilista é a denominada intencional. Nesta, o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela. Seria, por exemplo, o caso de se desejar saber como pensam os líderes de opinião de determinada comunidade. O pesquisador não se dirige, portanto, à “massa”, isto é, a elementos representativos da população em geral, mas àqueles que, segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líderes de opinião na comunidade. Pressupõe que estas pessoas, por palavras, atos ou atuações, têm a propriedade de influenciar a opinião dos demais. (Lakatos e Marconi 2002, p.52)

A amostragem em bola de neve, utilizado como os estudantes, se faz necessário que exista um intermediário inicial, que é considerado uma semente, podendo o mesmo ser participante da pesquisa e assim apontar e localizar outros participantes para que assim a pesquisa seja realizada.

A snowball sampling ou “Bola de Neve” prevê que o passo subsequente às indicações dos primeiros participantes no estudo é solicitar, a esses indicados, informações acerca de outros membros da população de interesse para a pesquisa (e agora indicados por eles), para, só então sair a campo para também recrutá-los. (Baldin e Munhoz 2011, p. 5)

Onde foram consultados com alunos dos cursos de mestrado e doutorado participar da pesquisa.

## **5.2 Considerações éticas da investigação**

Os seguintes aspectos éticos foram levados em consideração nesta pesquisa: direito à informação sobre a pesquisa onde os participantes foram devidamente informados sobre as etapas da pesquisa. Direito a confidencialidade e segurança para a preservação das identidades dos participantes, trabalhamos com códigos de identificação que foram distribuídos após o tratamento dos dados. De acordo com os objetivos do trabalho, foram considerados os seguintes dados: idade, dados escolares, e outros dados relevantes para a investigação. Direito de participar ou não da pesquisa (consentimento voluntário), segundo Polit e Hungler (1977), a participação deve ser estritamente voluntária e, caso alguém deseje se retirar do estudo a qualquer momento, pode fazê-lo livremente. Direito ao tratamento justo: os participantes da pesquisa foram tratados com respeito e gentileza durante a entrevista clínica e a avaliação com os instrumentos utilizados. Segundo a APA estas são as considerações éticas da investigação.

## CAPÍTULO 4 – ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

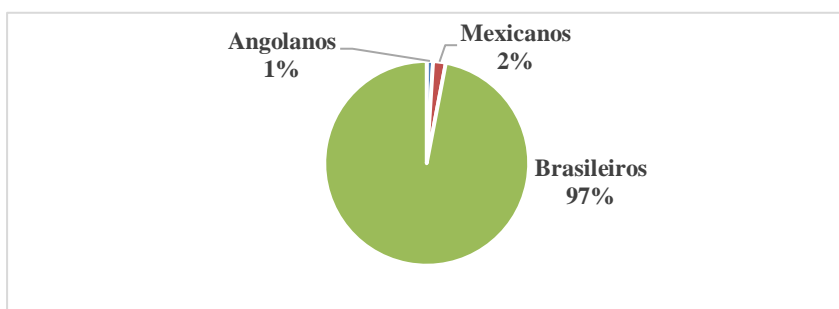
Este capítulo apresenta a análise e a discussão dos resultados obtidos na pesquisa de campo, através de questionários estruturados aplicados com 100 estudantes e com 10 docentes dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado da Universidad Autónoma de Asunción. Também foram realizadas duas entrevistas com as autoridades da Universidad Autónoma de Asunción. O trabalho de coleta de dados ocorreu durante os meses de janeiro e fevereiro de 2022.

Os dados apresentados nesta pesquisa são resultado dos questionários, estruturados e das entrevistas realizadas com as autoridades anteriormente citadas.

### 4.1 Respostas dos estudantes

Dos 100 estudantes dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado da Universidad Autónoma de Asunción, todos responderam. Quando perguntados sobre qual seria sua nacionalidade, 97% estudantes responderam serem brasileiros, 2% responderam ser de nacionalidade angolana, e 1% respondeu ser de nacionalidade mexicana, como podemos observar no Gráfico 01.

**Gráfico 01:** Nacionalidade.

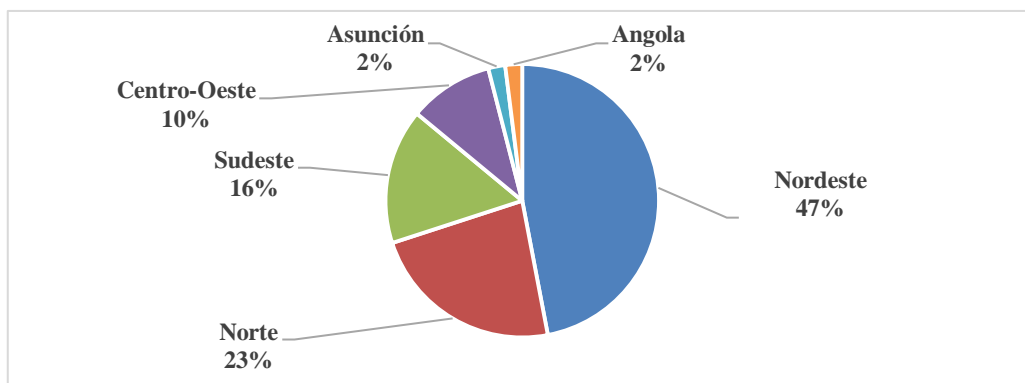


Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Percebe-se que a maior parte de estudantes estrangeiros de pós-graduação no curso de mestrado e ou doutorado na Universidad Autónoma de Asunción é composta de brasileiros. Quando perguntados sobre em que região vive, 47% estudantes responderam região Nordeste,

23% estudantes responderam região Norte, 16 % estudantes responderam região Sudeste, 10% estudantes responderam Centro – Oeste, 2% estudantes responderam Angola e 2% Asunción.

**Gráfico 02:** Região onde vive.

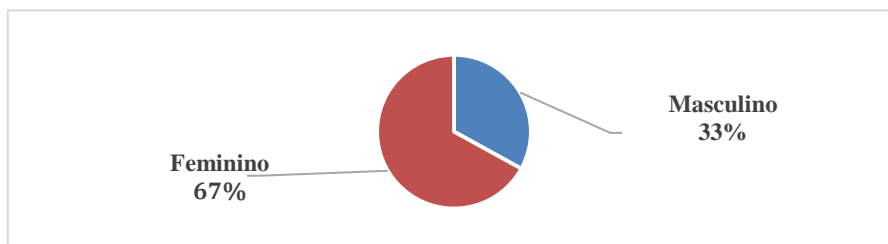


Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Percebemos que a maior parte dos estudantes vivem na região nordeste, seguida da região Norte do Brasil.

No terceiro questionamento, foi perguntado aos estudantes qual seria seu gênero, 33% estudantes responderam ser do gênero masculino e 67% responderam serem do gênero feminino. Como esta apresentado nos percentuais do gráfico abaixo.

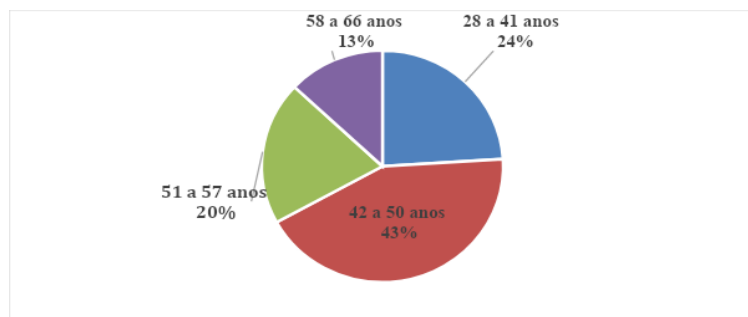
**Gráfico 03:** Gênero



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Percebemos que o número de estudantes do gênero feminino nos cursos de mestrado e ou doutorado chegam a ser mais que o dobro da quantidade de alunos do gênero masculino. Como quarto questionamento, foi perguntado aos estudantes sobre suas idades. Conforme podemos observar os dados no gráfico 04.

#### Gráfico 04: Idade

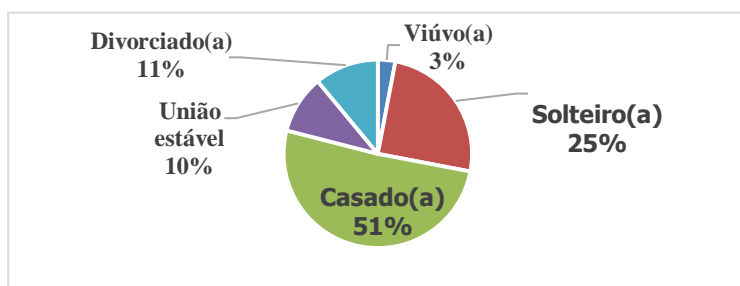


Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Na questão etária 43% dos estudantes estão na faixa de 42 a 50 anos, 24% dos estudantes estão na faixa etária de 28 a 41 anos, 20% dos estudantes estão na faixa etária de 51 a 57 anos e 13% dos estudantes estão na faixa etária de 58 a 66 anos. Percebe-se que a maior parcela de estudantes apresenta idade superior aos 40 anos.

Na quinta pergunta, os estudantes foram indagados sobre seu estado civil. 51% dos alunos responderam estarem casados, 25% solteiros, 11% estão divorciados, 10% estão em união estável e 3% são viúvos. Conforme as informações contidas no gráfico 05.

#### Gráfico 05: Estado civil



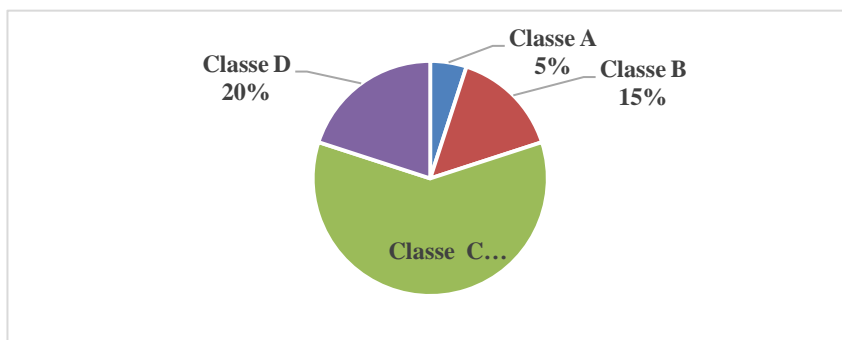
Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Mais de 50% dos estudantes se declararam como estado civil estarem casados, seguido de 25% dos estudantes que estão solteiros.

Sobre o nível socioeconômico 60% dos estudantes questionados responderam estão inseridos na classe C (de 4 a 10 salários mínimos), 20% responderam está na classe D (de 2 a 4 salários mínimos), 15% afirmaram estar na classe B (de 10 a 20 salários mínimos) e 5% dos estudantes questionados responderam que estão inseridos na classe A (mais de 20 salários

mínimos). Conforme podemos observar nas informações contidas no gráfico 06.

**Gráfico 06:** Nível socioeconômico

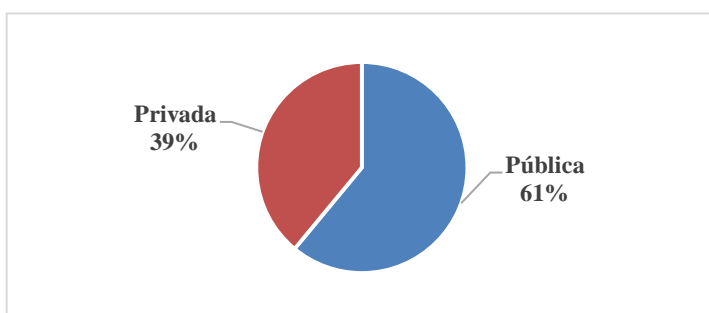


Fonte: (Dados da Pesquisa, 2021).

Desta forma percebemos que mais da metade dos estudantes estrangeiros fazem parte da classe C e apenas 5% dos estudantes estão inseridos na classe A.

Como sétimo questionamento, indagou-se onde o estudante realizou a sua formação acadêmica 61% dos estudantes responderam que realizaram sua graduação em universidades públicas e 39% dos estudantes responderam que realizaram seus cursos a nível de graduação em universidades privadas. Podemos observar as informações no gráfico 07.

**Gráfico 07:** Sobre em que instituição realizou sua formação acadêmica.



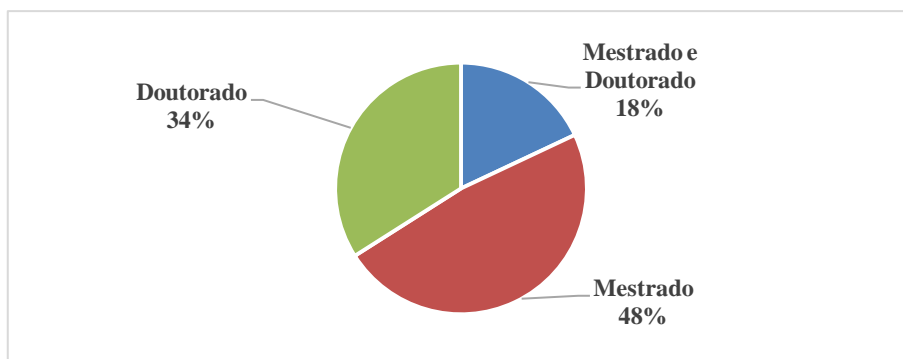
Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Interessante destacar que mais da metade dos estudantes são oriundos de universidades públicas e por falta de oportunidades em seu país buscam o sua pós-graduação em uma instituição privada no Paraguai.

Na oitava pergunta, os alunos foram questionados em Qual pós-graduação realizou ou está realizando na Universidad Autónoma de Asunción. 48% dos estudantes responderam que

estão responderam cursando mestrado, 34% dos estudantes responderam que estão cursando doutorado e 18% dos estudantes cursaram mestrado e estão cursando doutorado. Como podemos observa no gráfico 08.

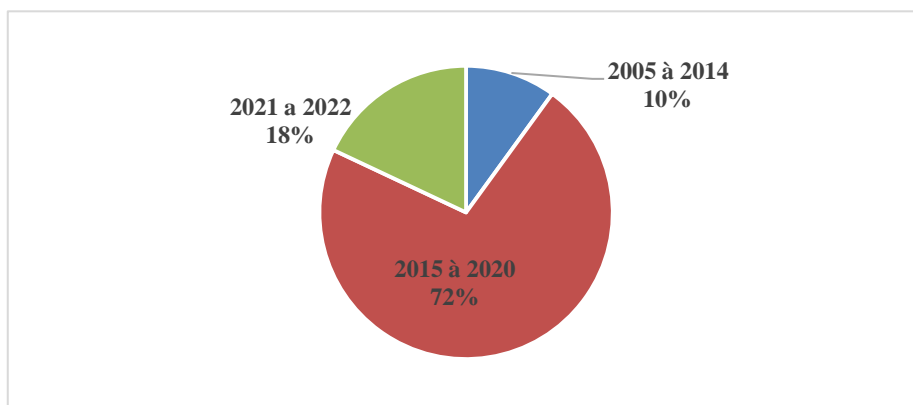
**Gráfico 08:** Qual pós-graduação realizou ou está realizando na Universidad Autónoma de Asunción.



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

A maior parte dos alunos afirmaram ter cursado ou estar cursando mestrado na Universidad Autónoma de Asunción. Demonstrando a grande procura por esse curso de pós-graduação.

**Gráfico 09:** Em que ano iniciou sua pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción?



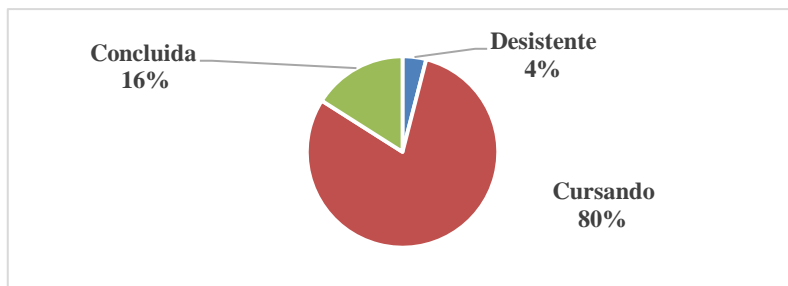
Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Percebe-se uma alta procura pelos cursos de pós-graduação mestrado e ou doutorado em ciências da educação no período de 2015 a 2020, chegando ao percentual de 72%.

Na décima pergunta os alunos foram questionados sobre em que situação se encontra

sua pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción. 80% dos estudantes responderam que estão cursando, 16 % dos estudantes afirmaram que concluíram e 4% dos estudantes desistiram. Conforme dados expostos no gráfico 10.

**Gráfico 10:** Situação em que se encontra a pós-graduação.

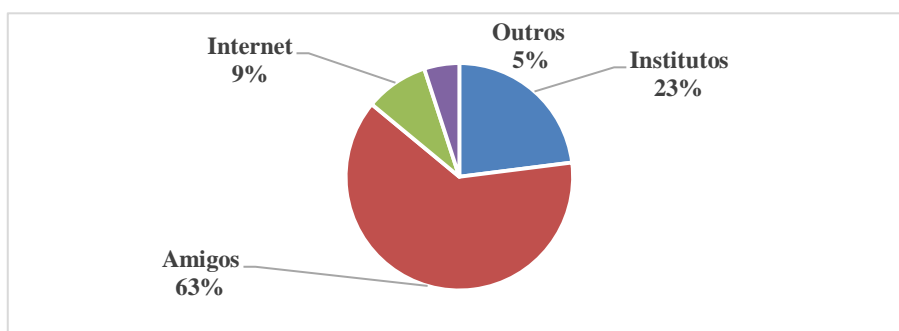


Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Do total de alunos, 80% encontram-se cursando, mestrado ou doutorado, também podemos constatar uma pequena quantidade de desistentes, em torno de 4% dos estudantes desistiram de concluir os cursos.

No décimo primeiro questionamento, foi perguntado aos estudantes de que forma tiveram conhecimento sobre o ensino de pós-graduação no Paraguay. Dos 100 estudantes perguntados, 63% responderam que foi através de amigos, 23% dos estudantes afirmaram terem conhecimento dos cursos de pós-graduação no Paraguay por meio de institutos, 9% dos estudantes conheceram através da internet e 5% dos estudantes por outros meios. Conforme podemos visualizar as informações contidas no gráfico 11.

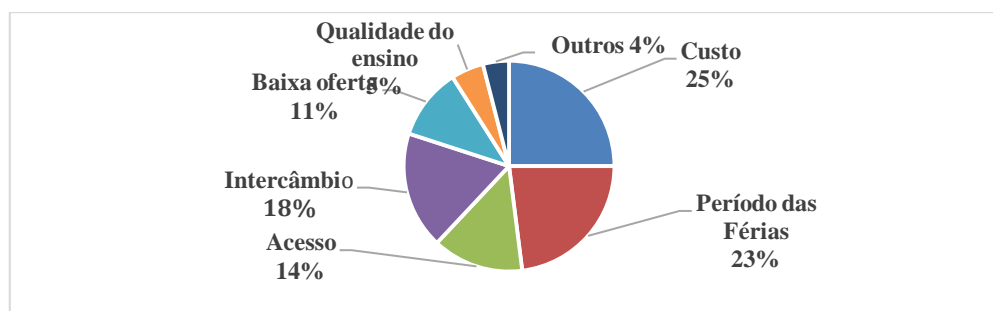
**Gráfico 11:** De que forma teve conhecimento sobre o ensino superior de pós-graduação no Paraguay.



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Nota-se que a forma mais declarada pelos estudantes de como conheceram os cursos de pós-graduação no Paraguay foi através de amigos.

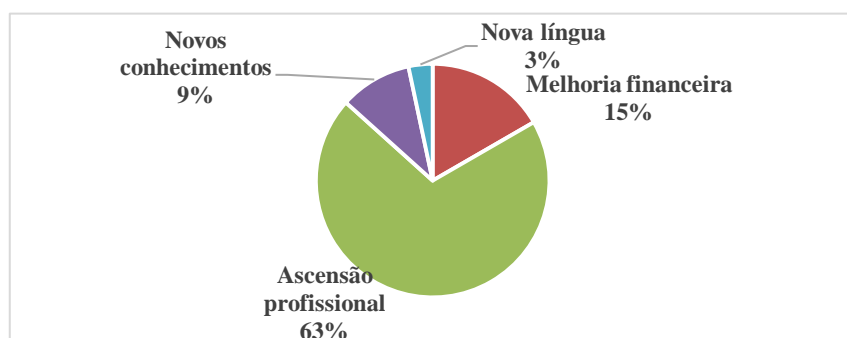
**Gráfico 12:** Quais motivos te incitaram a estudar em outro país?



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Neste questionamento, 25% dos estudantes relataram que o baixo custo do ensino no Paraguay e 23% dos respondentes afirmaram que o período de realização das aulas que coincidem como o período de férias é uma aspecto que estimulou a ingressar a pós-graduação, o intercâmbio é outro incentivador para estudar no Paraguay , com 18% das respostas, a facilidade ao acesso dos cursos de mestrado e doutorado foi citado por 14% dos estudantes perguntados, a baixa oferta desses cursos no Brasil foi citado por 11% dos estudantes participantes desta pesquisa, 5% afirmaram que a qualidade de ensino os atraiu a buscar qualificação no exterior e 2% citaram outros motivos, mas não especificaram.

**Gráfico 13:** Quais suas expectativas ao iniciar os estudos no exterior?

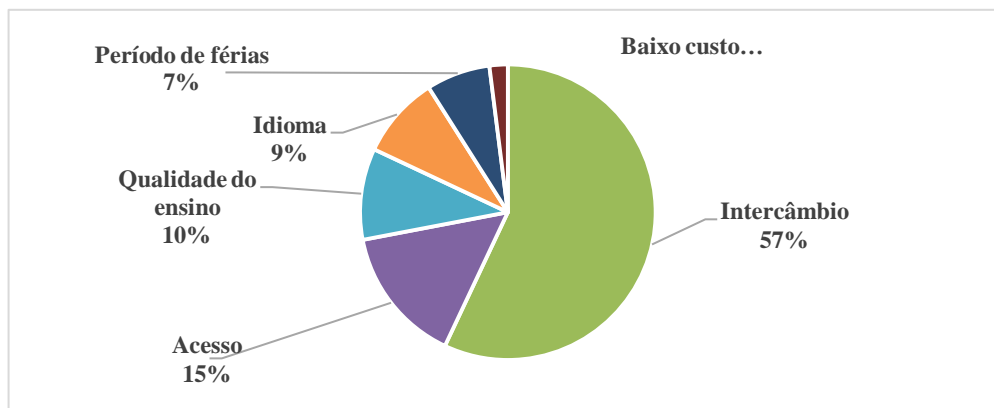


Fonte: (Dados da Pesquisa, 2021).

Nesta pergunta 63% dos estudantes afirmaram que sua maior expectativa ao iniciar os cursos de pós-graduação mestrado e ou doutorado estão relacionadas a ascensão profissional, 15% afirmaram que tem como expectativa a melhoria financeira, 9% relataram que seria adquirir novos conhecimentos e 3% dos perguntados afirmaram que suas expectativas estariam relacionadas a aprender uma nova língua.



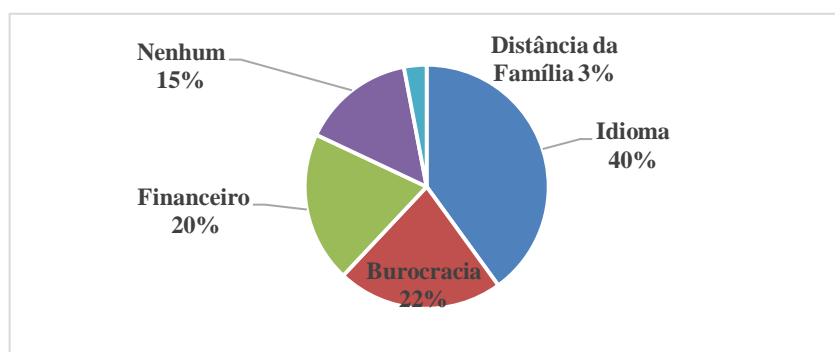
**Gráfico 14:** Quais aspectos positivos você destaca na experiência de estudar em uma instituição estrangeira?



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2021).

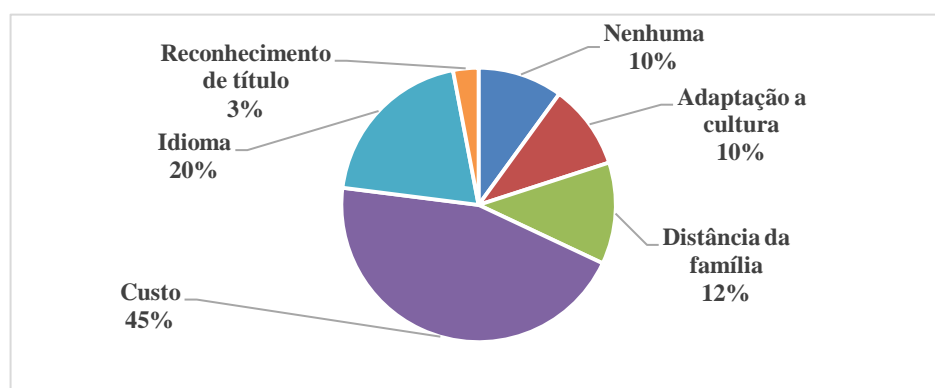
Como resposta mais frequente, 57% dos estudantes afirmaram que realizar intercâmbio é o aspecto positivo mais citado, seguido de 15% dos estudantes que citaram o acesso aos cursos de pós-graduação é um aspecto positivo, 10% destacam como positivo a qualidade do ensino, 9% citam como aspecto positivo seria aprender outro idioma 7% dos estudantes afirmam que o período das aulas coincidirem as férias em seu país de origem é um ponto positivo para estudar no Paraguai e 2% dos estudantes citam o baixo custo como aspecto positivo para estudar no exterior.

**Gráfico 15:** Que aspectos negativos você encontrou durante o período em que estudou em uma instituição estrangeira?



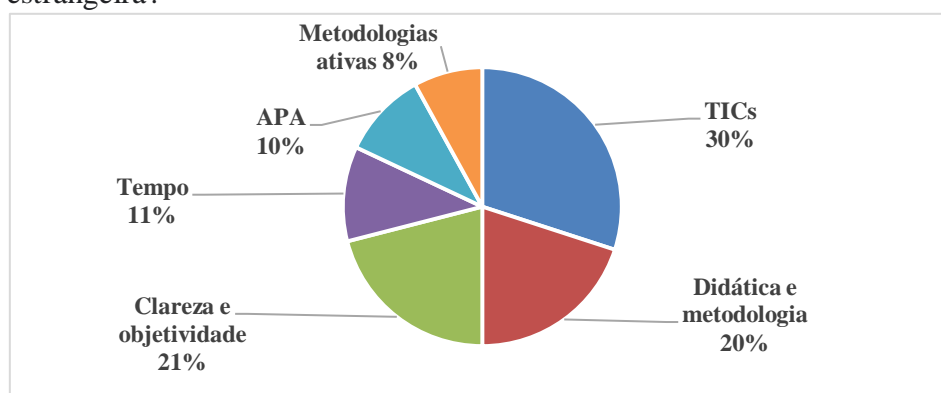
Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Sobre os aspectos negativos, 40% dos estudantes afirmaram que o idioma é um fator que traz dificuldades para a realização dos estudos, 22% afirmam que a burocracia é outro obstáculo, 20% apontam os gastos financeiros como ponto negativo, 15% dos estudantes afirmam não observarem aspectos negativos em estudar no exterior e 3% apontam que a distância da família como um aspecto negativo.

**Gráfico 16:** Quais as dificuldades de estudar no exterior?

Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Dos 100 estudantes que participaram da pesquisa, 45% afirmaram que a maior dificuldade são as despesas financeiras, 20% afirmam que tem muita dificuldade com o idioma, 12% relatam que a distância da família é uma dificuldade presente, 10% citam que não observam dificuldade em estudar no exterior, outros 10% afirmam que a adaptação a cultura do Paraguai é um ponto de dificuldade e 3% relatam que a maior dificuldade se refere ao reconhecimento do seu título estrangeiro em seu país de origem.

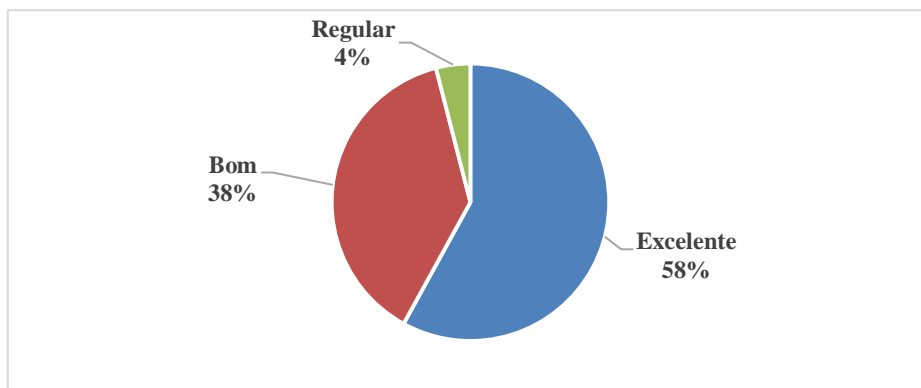
**Gráfico 17:** Quais as diferenças didáticas e metodológicas você percebeu na instituição estrangeira?

Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Em relação as diferenças didáticas e metodológicas, 30% dos estudantes afirmaram que os docentes utilizam muito as tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas aulas, 21% citam que os assuntos são tratados com clareza e objetividade, 20% dos estudantes não percebem diferenças didático metodológicas nas aulas, 11% citam outras diferenças como grande quantidade de conteúdo ministrados em um pequeno espaço de tempo e alto volume de atividades

extra classe, 10% dos estudantes referem-se as diferenças em relação as normas técnicas da American Psychological Association ( APA) e 8% dos estudantes citam as metodologias ativas como a maior diferença na prática docente nos cursos de mestrado e doutorado em Ciências de la Educación na Universidad Autónoma de Asunción.

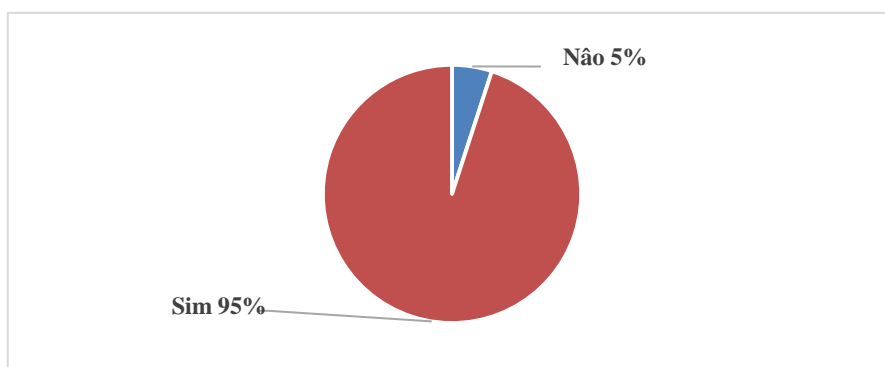
**Gráfico 18:** Como você avalia o nível acadêmico da Universidade Autónoma de Asunción?



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Nessa pergunta 58% dos estudantes avaliam o nível acadêmico da Universidade Autónoma de Asunción com excelente, 38% dos perguntados responderam que o nível acadêmico da universidade é bom e 4% responderam que o nível acadêmico da Universidade Autónoma de Asunción é regular.

**Gráfico 19:** Suas expectativas estão sendo alcançadas durante ou ao termino da sua pós-graduação?

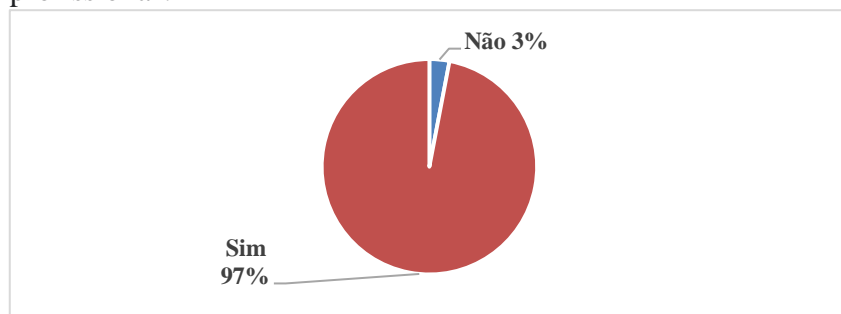


Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Quando perguntados sobre como suas expectativas estavam sendo alcançadas durante e ou ao termino dos cursos de mestrado e ou doutorado na Universidade Autónoma de Asunción, 95% dos estudantes afirmaram que sim e 5% dos estudantes afirmaram que não. Percebemos o

alto grau de satisfação com as carreiras de mestrado e doutorado na Universidade Autónoma de Asunción.

**Gráfico 20:** Sua formação, a nível de pós-graduação, está agregando valor a sua carreira profissional?



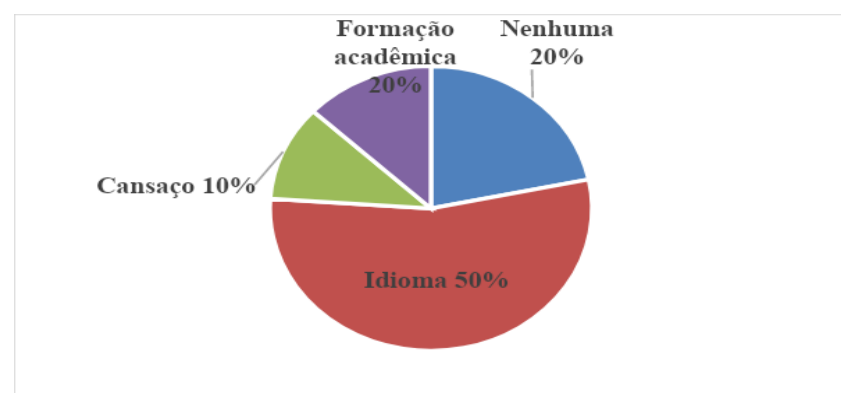
Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Como última pergunta, foi questionado aos estudantes se sua formação a nível de pós-graduação estaria agregando valor a sua carreira profissional, 97% dos estudantes afirmaram que sim e 3% afirmaram que não. Confirmando uma alta porcentagem de estudantes que sua formação está sendo positiva em relação a sua atuação profissional.

#### 4.2 Respostas dos professores

Os questionários foram aplicados com 10 doutores / professores da Universidad Autónoma de Asunción, onde todos os entrevistados colaboraram com a pesquisa.

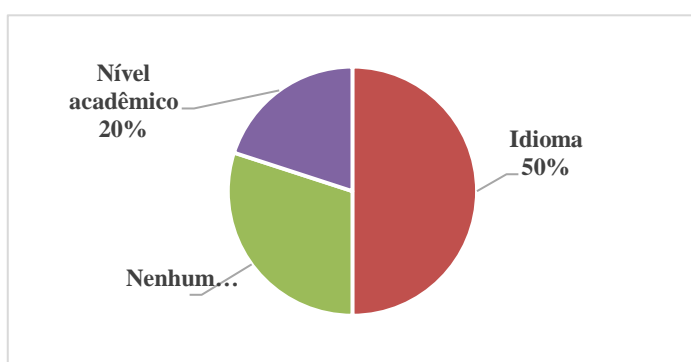
**Gráfico 21:** Quais as dificuldades encontradas em relação ao entendimento dos estudantes estrangeiros?



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Quando perguntados sobre quais eram as dificuldades encontradas em relação ao entendimento dos estudantes estrangeiros, 5 dos professores responderam ser o idioma, 2 responderam que não haviam dificuldades no entendimento dos estudantes, outros 2 afirmaram ser a formação acadêmica dos estudantes e 1 aponta o cansaço relacionado a alta carga horária diária durante o curso como um aspecto de dificuldade para o entendimento dos alunos. Percebe-se que o idioma corresponde a 50% das dificuldades encontradas pelos estudantes no que se refere a compreensão em sala de aula.

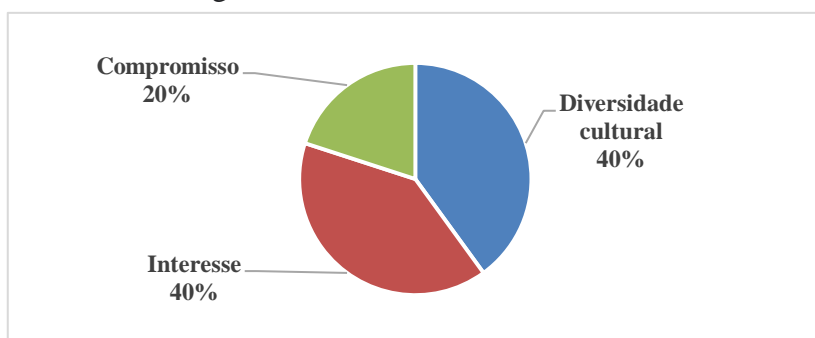
**Gráfico 22:** Que aspecto você considera como um obstáculo para o desenvolvimento do estudante estrangeiro?



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Sobre os aspectos que os docentes consideram como obstáculos para o desenvolvimento do estudante estrangeiro, 5 professores apontaram o idioma como o principal obstáculo, 3 dos docentes afirmam não observar nenhum obstáculo e 2 apontam o nível acadêmico como um obstáculo. Novamente percebemos o idioma como um aspecto de dificuldade para o estudante estrangeiro de pós-graduação.

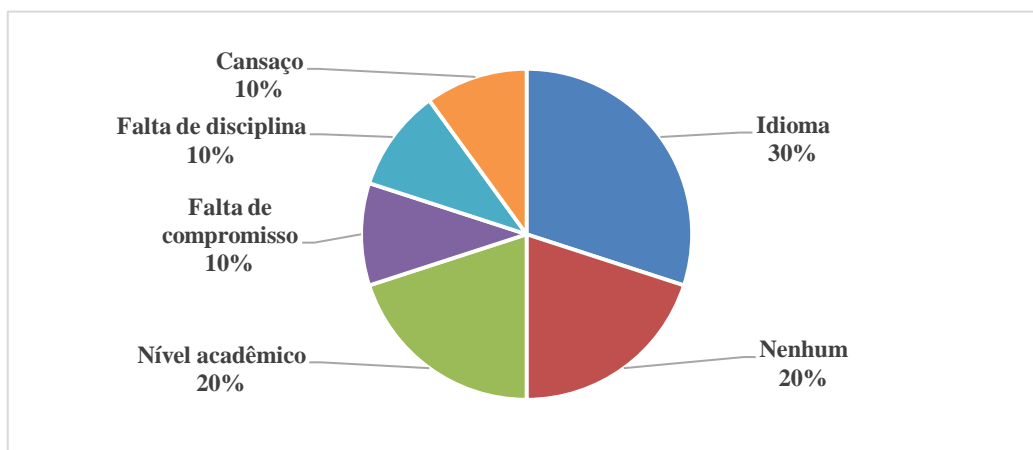
**Gráfico 23:** Quais aspectos positivos você destaca na relação de ensino aprendizagem com o estudante estrangeiro?



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Relacionado aos aspectos positivos que os professores destacariam em relação ao ensino aprendizagem dos estudantes estrangeiros de pós-graduação, 4 dos docentes afirmam ser a diversidade cultural, outros 4 dos professores questionados apontam como aspecto positivo o interesse dos estudantes e 2 dos docentes responderam ser o compromisso dos estudantes como um aspecto positivo no ensino e aprendizagem dos mesmos.

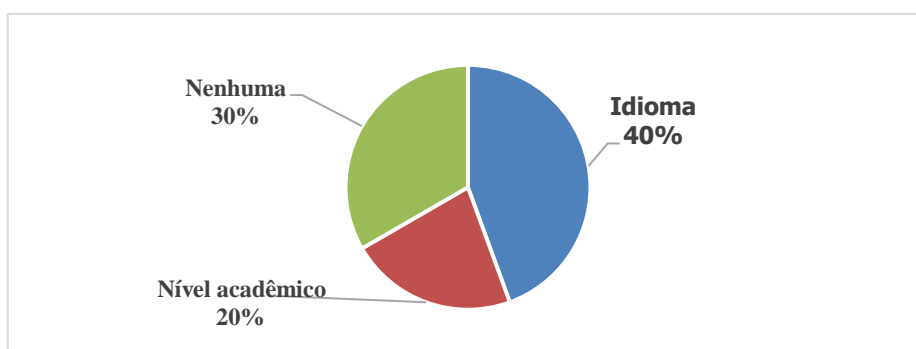
**Gráfico 24:** Quais aspectos negativos você descreveria neste ambiente da sala de aula?



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Sobre quais seriam os aspectos negativos que os docentes descreveriam no ambiente da sala de aula, 3 professores apontaram a falta de domínio do idioma espanhol como um aspecto negativo, outros 2 dos docentes afirmam ser o nível acadêmico dos alunos, 2 afirmam não existir aspecto negativo 1 dos professores perguntados relatam que a falta de disciplina por parte dos estudantes é um aspecto negativo em sala de aula, outro 1 cita o cansaço dos estudantes devido à alta carga horária diária e 1 dos docentes cita a falta de compromisso dos estudantes como um aspecto negativo.

**Gráfico 25:** Quais as dificuldades e os desafios de se trabalhar com o estudante estrangeiro?



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2022).

Neste questionamento foi perguntado aos estudantes quais eram as dificuldades e desafios de se trabalhar com os estudantes estrangeiros. 4 dos docentes afirma ser a falta de domínio da língua espanhola, 3 dos professores não observam nenhuma dificuldade ou desafio no trabalho com os estudantes estrangeiros de pós-graduação, 2 dos professores apontam o nível acadêmico como dificuldade e desafio para trabalhar com os estudantes estrangeiros e 1 dos docentes afirma que os aspectos culturais são as principais dificuldades e desafios no trabalho com os alunos estrangeiros.

### **4.3 Respostas da primeira autoridade**

Foi realizada uma entrevista contendo seis perguntas com a uma autoridade da Universidad Autónoma de Asunción, perguntada sobre há quantos anos a Universidad Autónoma de Asunción oferta cursos de pós-graduação a alunos estrangeiros, ela informou que no ano de 2002 iniciou a abertura de mestrados para estrangeiros onde o primeiro curso foi o de mestrado em gestão de empresas.

Como segundo questionamento foi perguntado quais são as nacionalidades dos alunos de estrangeiros no ensino de pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción. A autoridade entrevistada respondeu que a maior parte dos estudantes são oriundos do Brasil, que também existem alunos de Angola, Equador, Argentina, Colômbia e Peru.

Como terceira pergunta foi questionado quais eram as dificuldades encontradas em relação ao ingresso dos alunos estrangeiros. Foi respondido que para os estudantes se matricularem nos cursos de doutorados se exige que os mestrados realizados pelos alunos tenham como carga horária mínima cumprida 700 horas e que para os alunos oriundos de países que não são membros do MERCOSUL dificulta o trâmite para reconhecimento dos seus títulos perante o CONES.

Na quarta pergunta foi indagado que aspectos são identificados como obstáculos relacionado ao ensino de alunos estrangeiros no Paraguai. A reitora respondeu que o uso das plataformas digitais da Universidad Autónoma de Asunción é um obstáculo para os estudantes que vem geralmente com poucas competências digitais e que também os alunos devem conhecer melhor e cumprir os regulamentos e procedimentos da Universidad Autónoma de Asunción que são baseadas nas leis do Ministério da Educação (MEC) e do Consejo Nacional de Educación Superior( CONES) e entender que as regulamentações não são iguais as regulamentações do seus países de origem.

Como quinto questionamento foi perguntado qual a importância de se oferecer ensino superior para alunos estrangeiros. Como resposta a entrevistada afirmou que a oferta de vagas para estrangeiros proporciona a internacionalização de diferentes culturas, dando visibilidade a educação superior a nível regional e internacional.

Como sexta e última pergunta, foi perguntado a reitora sobre qual seria a sua avaliação em relação a produção acadêmica dos alunos estrangeiros de pós-graduação em Ciencias de la Educación. Foi respondido que os alunos estrangeiros se sobressaem publicando diversos artigos em revistas de diversos países, bem como nas revistas científicas da Universidad Autónoma de Asunción, além de participarem de congressos internacionais, com lançamentos de livros, sendo reconhecidos por suas produções acadêmicas.

#### **4.4 Respostas da segunda autoridade**

Em entrevista realizada com outra autoridade da Universidad Autónoma de Asunción. Indagada sobre há quantos anos a Universidad Autónoma de Asunción oferta cursos de pós-graduação a alunos estrangeiros, a mesma respondeu que em primeiro lugar no ano de 1991 por decreto foi criada e se inicia como uma escola de negócio, funcionado como uma entidade privada sem fins lucrativos. Que os pais dos atuais donos, Miguel Martim Medina, já falecido é o fundador de todo isso.

A biblioteca recebeu seu nome em comemoração e como homenagem instalou-se um busto (escultura) de Miguel Martim Medina na entrada da biblioteca. O espanhol foi um visionário, começou com a escola de negócio no mesmo ano e em 1994, já abriram os primeiros cursos de pós-graduação, porém as pós-graduações de nível internacional, começaram no ano de 1998. Estabelecendo uma relação com a Universidad Antofagasta. Como te digo, tantos os pais e filhos seguiram a mesma linha, são três irmãos, junto com a mãe a senhora Luisa Puerta. Martin dá continuidade a esse empreendimento tão interessante, crescendo enormemente com tudo que ofereciam, brindando aos alunos com bem-estar e qualidade em educação.

Em 1998 realizou-se o primeiro mestrado em educação internacional, ou seja, de duas titulações, com a Universidad Antofagasta - Chile. Terminada essa fase, em 2002, chegaram um grupo de espanhóis e se estabelece uma relação com a Universidade de Israel. E se efetiva os convênios de pós-graduações internacionais, como uma forte presença de estudantes brasileiros. Na realidade em minha experiência de quatro anos (2004 a 2008), nesse momento tínhamos cerca



de mil estudantes estrangeiros, brasileiros e argentinos. Com esses grupos se inicia fortemente as pós-graduações em mestrado e doutorado em educação. O convênio com JAÉN era de dupla titulação, com título UAA /JAÉN. Essa sociedade nos tornou muito forte, já que também tínhamos aliança com a AUIP (Asociación de Universitaria Iberoamericanas de Postgrado).

Os primeiros grupos tiveram a oportunidade de fazer uma estadia (uma fase intermediária) na Espanha. De acordo com as regulamentações espanholas, faziam o diploma de estudos avançados que era como uma defesa de tese de mestrado. Aqui igualmente, por nossas regulamentações teriam que ter o mestrado para cursar o doutorado. Porém, na Espanha não.

Alguns estudantes foram à Espanha defender seus trabalhos e outros defendiam aqui no Paraguai. E isso também servia como uma fase intermediária para realizar uma estância curta, pois recebiam uma bolsa integral da AUIP. Também era uma maneira de vivenciar outras realidades e crescer profissionalmente. Como dizia, no ano de 2004, quando comecei havia aproximadamente mil alunos em sua maioria brasileiros, tínhamos habitadas os mestrados e doutorados na área de educação, informática, administração empresarial, mestrado em direito, em biologia, e um tempo também tivemos mestrado e doutora na área de esportes, por um período curto, porém prosperaram. Como já sabes estamos atualmente na trigésima turma de mestrado e doutorado em educação que prosperaram enormemente, e estão fortalecidos em todas as pós-graduações.

Surgiram outras ofertas educativas. Sabemos bem, que cada um se adapta a suas condições financeiras, porém nossa qualidade sempre foi voltada ao melhor, sempre respeitando as normativas, porque paramos durante esse período de pandemia e tivemos uma descontinuidade das aulas presenciais, pois para cumprir com os requisitos e oferecer qualidade aos alunos estrangeiros mantendo sempre os princípios como os alunos brasileiros. Entre todas as universidades do Paraguai, públicas e privadas a Universidad Autónoma de Asunción está na terceira posição e entre as privadas figura em primeiro lugar.

Como segundo questionamento, foi perguntado quais são as nacionalidades dos alunos de estrangeiros no ensino de pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción. A autoridade entrevistada respondeu que basicamente em uma primeira etapa tivemos muitos alunos angolanos e argentinos, porém atualmente a maioria dos estudantes são brasileiros, chegando a cerca de 80%.

Na terceira pergunta foi perguntado quais eram as dificuldades encontradas em relação ao ingresso dos alunos estrangeiros. Foi respondido que primeiramente se deve cumprir com as normativas, tanto as do Paraguai como com as dos países de origem dos estudantes. O primeiro que sempre temos são os cuidados e respeito as normativas, não queremos oferecer algo em qual os alunos não tenham um respaldo depois. O idioma seria uma dificuldade, porém, é minimizada com cursos preparatórios para a recepção dos alunos estrangeiros para uma melhor comunicação, incluindo a defesa de tese que se permite utilizar o idioma do país de origem do estudante, e também os que integram a banca tem que realizar uma leitura prévia e conhecer a linguagem para a interpretação da tese. Existe um respeito absoluto pela banca. Em relação a questão metodológica com os alunos, tivemos inconvenientes ao princípio por conta das normas APA (American Psychological Association) e muitos em seu país utilizam as normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). No início utilizávamos ABNT, porque tínhamos professores metodólogos brasileiros, porém temos que respeitar as normas do Paraguai, onde para todas as ciências sociais se utiliza as normas APA. A partir da lei 4995 que foi criada em 2013 para estruturar a educação superior que é regida pela Lei Geral de Educação Superior. E o CONES (Consejo Nacional de Educación Superior) que rege a estrutura vigente do ensino superior no Paraguai, e que a autoridade que respondeu essa entrevista foi membro do CONES, também foi membro do conselho superior dos reitores. Atualmente é membro da AUIP, então temos uma grande internacionalização da educação superior.

ANAEAS (Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior) é outro organismo que trabalha de forma paralela com o CONES, avaliando as creditações. Nós temos todas as carreiras de pós-graduação acreditadas. Em 2021 tivemos a visita dos avaliadores da AUIP onde obtivemos uma boa pontuação. E sabemos que estamos muito bem valorizados.

No quarto questionamento, foi perguntado a entrevistada que aspectos são identificados como obstáculos relacionado ao ensino de alunos estrangeiros no Paraguai. A Autoridade respondeu que antes de tudo o social, o bem-estar e a questão cultural. A vida fora do seu país de origem, deixar suas comodidades, penso que é mais o entorno, porque a universidade o oferece todo o respaldo que um aluno estrangeiro pode precisar para sua formação profissional, como também ter acesso a todas as autoridades da universidade para os possíveis esclarecimentos de todas suas dúvidas. Os professores selecionados são, os melhores e de alta qualidade, para a direção de trabalhos artigos e teses. Acredito que as dificuldades são mais sociais que acadêmicas, porque o acompanhamento oferecido pela universidade é próximo e harmonioso para que se tenha êxito em seu país de origem.

Como quinta pergunta, foi perguntado qual a importância de se oferecer ensino superior para alunos estrangeiros. A entrevistada respondeu que para a universidade é muito importante, já que crescemos com a riqueza dos alunos estrangeiros e que a produção científica ocorre a nível internacional, estando relacionados este tipo de aliança e de serviço na universidade que nos dá visibilidade de forma intelectual e se considera de alto nível. O estudante segue crescendo até o pós-doutorado. Porque os estudantes seguem publicando e formando grupos de investigação internacional.

Se percebe a integração com doutores professores. Para a igualdade de trabalhos científicos qualificados que são interessantes já que com eles se cumprirem as normas das políticas do MERCOSUL que é o nosso público. Também a possibilidade de fazer relacionamentos que fazem crescer a visibilidade internacional e sempre essa será a ideia. É um requisito apresentar um artigo científico enquanto está cursando e vão produzindo. Existe a revista científica a RICS (Revista de Investigación en Ciencias Sociales), a Revista da Iniciação a Investigación e assim aprendem a investigar e a valorizar a investigação.

Como última pergunta, foi perguntado a reitora sobre qual seria a sua avaliação em relação a produção acadêmica dos alunos estrangeiros de pós-graduação em Ciencias de la Educación. Foi respondido que se instalou como uma cultura a necessidade de se produzir, a necessidade de investigar e também ter visibilidade para sua própria profissão futuramente. Que é muito importante e que de acordo com a sua tese que aborda a relação da universidade com a sociedade diz que a universidade nasce com a sociedade, e que a universidade se deve a sociedade e a sociedade é a que brinda todos os elementos para poder investigar.

Aqui temos o CONACYT (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología) uma entidade que potencializa a investigação dentro do país, promove a investigação e fortalece a investigação. Temos dois programas financiados pela CONACYT, um mestrado em metodologia da investigação científica e outro em periodismo científico, e logo quando as convocatórias se apresentam grupos de investigação se torna mais interessante quando os grupos são compostos por investigadores estrangeiros, tendo outra visão e inclusive mais abrangente, então crescemos a nível de MERCOSUL. A universidade promove o crescimento profissional do estudante estrangeiro. Temos livros lançados pelo programa CONACYT, que são espaços para a promoção e desenvolvimento da pesquisa científica.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A internacionalização do ensino superior é uma realidade atual em diversos países do mundo e esse fenômeno vem ocorrendo a décadas em diversos continentes a exemplo da Europa. Na América Latina não é diferente. A globalização tem intensificado as migrações no mundo e dentro desse prisma as migrações estudantis. Assim, a busca por conhecimento ultrapassa fronteiras e limites entre os países.

Gerada por diversas dificuldades, por uma desigualdade na oferta de capacitação a nível superior inúmeros países no globo observam uma fuga de estudantes para outras regiões em busca de cursos a nível superior como forma de sanar suas necessidades acadêmicas e profissionais. Já outros países recebem grandes quantidades de estudantes oriundos de diversas partes mundo.

De acordo com esse cenário, o Paraguay é um país da América do Sul que recebe muitos estudantes vindos de países vizinhos e de outros continentes como por exemplo os angolanos, argentinos e brasileiros, dentre outros. Devido à grande oferta de vagas a boa relação com essas nações atrelada ao baixo custo além de ter como segundo idioma o espanhol (castelhano) onde em diversos países vizinhos como Uruguay, Bolívia, Argentina também terem como idioma o espanhol. Com grande quantidade de universidades privadas o Paraguay torna-se uma alternativa interessante para que ocorra a mobilidade estudantil entre estudantes dessa região. Com uma moeda estável e um povo acolhedor, o país é uma oportunidade para a qualificação profissional a nível superior para diversos estudantes estrangeiros.

Devido a essa problemática surgiu o questionamento por que estudantes estrangeiros buscam o ensino superior no Paraguay e como objetivo geral, a presente pesquisa analisou o perfil do aluno estrangeiro na Universidad Autónoma de Asunción, identificando seu país de origem, gênero dos estudantes, a idade, o estado civil, e nível socioeconômico.

A pesquisa identificou que 97% dos estudantes estrangeiros de pós-graduação matriculados na Universidad Autónoma de Asunción são brasileiros. 67% dos estudantes estrangeiros são do gênero feminino. Na questão etária 43% dos estudantes estão na faixa de 42 a 50 anos, 24% dos estudantes estão na faixa etária de 28 a 41 anos. Sobre o estado civil. 51% dos estudantes responderam estarem casados, 25% solteiros. No que se refere a renda média dos estudantes, 60% estão inseridos na classe C apresentando uma renda de 4 a 10 salários mínimos.

Verificando as motivações para os estudantes estrangeiros buscarem o ensino superior no Paraguay. 25% dos estudantes relataram que o baixo custo do ensino no Paraguay e 23% dos

respondentes afirmaram que os períodos de realização das aulas foram motivos determinantes iniciar seus estudos no Paraguay.

A pesquisa abordou três objetivos específicos, o primeiro foi: Descrever a percepção que professores, reitora e decana têm sobre os alunos estrangeiros no Paraguay. Em questionários aplicados com os professores, 5 dos docentes apontam a falta de domínio do idioma espanhol por parte dos estudantes como principal dificuldade encontradas em relação ao entendimento dos estudantes em sala de aula. Como aspectos positivos relatados pelos docentes a pesquisa revelou que 4 dos docentes perguntados afirmam ser o interesse dos estudantes e outros 4 dos professores apontam que a diversidade cultural é um aspecto positivo relevante. Os resultados relacionados as entrevistas revelaram que a Universidad Autónoma de Asunción tem um controle muito rígido relacionado ao cumprimento de seu regulamento interno e das leis que regem a educação superior no Paraguay. Tanto a reitora como a decana afirmam que é importante para a visibilidade da Universidad Autónoma de Asunción no cenário educacional nacional e internacional oferecer os cursos de pós-graduação para estudantes estrangeiros e que a participação e contribuição acadêmica desses estudantes é satisfatória pois grande parte participam de eventos acadêmicos com publicações relevantes em congressos e em revistas científicas. Como segundo objetivo específico foi: Constatar as experiências positivas e negativas dos alunos estrangeiros na Universidad Autónoma de Asunción. Constatou-se que 57% dos estudantes estrangeiros afirmam que o principal aspecto positivo de estudar em outro país é a possibilidade de realizar intercâmbio cultural. Sobre qual seria o principal aspecto negativo, 40% dos estudantes participantes da pesquisa afirmaram ser a questão da falta de domínio do idioma espanhol, e sobre qual seria a maior dificuldade, foi respondido por 45% dos estudantes estrangeiros que eram as despesas financeiras. Como terceiro objetivo específico foi: Identificar a percepção do estudante estrangeiro sobre o ensino superior no Paraguay. A pesquisa revelou que 58% dos estudantes avaliam o nível acadêmico da Universidad Autónoma de Asunción com excelente e que para 97% dos estudantes a formação a nível de pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción agregaram em suas carreiras profissionais.

Desta forma os objetivos dessa investigação foram alcançados. Podemos perceber após todo o trabalho que o intercâmbio de estudantes pelo mundo é uma realidade gerada por uma carência de vagas e também por falta de oportunidades iguais para muitos estudantes em seus países de origem. Percebe-se também que a Universidad Autónoma de Asunción oferta vagas e acolhe o estudante estrangeiro afim de possibilitar seu crescimento acadêmico e social tendo uma boa avaliação no que diz respeito a sua qualidade de ensino e excelência do seu corpo docente

. Assim a internacionalização da educação superior na América Latina, em especial no Paraguai e com os estudantes de mestrado e doutorado em ciências da educação nos, mostra que as fronteiras não são mais empecilhos na busca do conhecimento da busca pela qualificação profissional a nível acadêmico.

## **RECOMENDAÇÕES**

De acordo com os resultados da pesquisa, uma considerável parcela os estudantes participantes da investigação apontaram a dificuldades com o domínio da língua espanhola durante o período de estudos. Diante dessa realidade recomenda-se que a Universidade possa oferecer cursos de nivelamento relacionados a uma melhor compreensão da língua espanhola, para que desta forma o processo ensino –aprendizagem ocorra de maneira mais efetiva. Também o resultado desse trabalho nos mostrou um obstáculo citado pelos professores relacionados ao nível acadêmico dos estudantes que ingressam nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), havendo em um percentual considerável um déficit ou dificuldades de adaptação no que tange ao nível acadêmico dos estudantes. Dentro deste contexto a universidade poderia oferecer um período de nivelamento acadêmico como o idioma espanhol para os alunos estrangeiros, com o objetivo de minimizar as carências desse público.

Relacionado aos tramites burocráticos muitos estudantes afirmaram que seria importante um suporte e orientação para que assim torne mais simples o processo inerente ao cumprimento das normativas necessárias aos estudantes estrangeiros da Universidad Autónoma de Asunción.

## Referências

- Baldin, N., & Munhoz, E. M. B. (2011, November). Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In *Congresso Nacional de Educação* (Vol. 10, p,5). Disponível em : [snowball \(bola de neve\): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária - PDF Free Download \(docplayer.com.br\)](#).
- Barros, A. J. S.; Lehfel, N. A. S. *Fundamentos da metodologia científica*. 3. Editora: Pearson Prentice Hall, 2007.
- Bezerra, A. F. D. (2017). *Internacionalização da Educação Superior no MERCOSUL: Uma Análise Comparada de Universidades Públicas de Argentina e Brasil*.
- Calderón, A. I., Pedro, R. F., & Vargas, M. C. (2011). Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação, 15*, 1185-1198.
- Castro, A. A., & Neto, A. C. (2012). O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação, 21*(21), 69.
- CINDA. Informe de Educação Superior em Ibero-américa. 2016. Disponível em: [educacion-superior-en-iberoamerica-informe-2016.pdf \(cinda.cl\)](#)
- Contel, F. B., & Lima, M. C. (2007). Aspectos da internacionalização do ensino superior: origem e destino dos estudantes estrangeiros no mundo atual. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais: Internext, 2*(2), 167-193.
- CRES, U. (2018). Declaración de la III Conferencia Regional de Educación Superior para América Latina y el Caribe. *Integración y Conocimiento: Revista del Núcleo de Estudios e Investigaciones en Educación Superior de Mercosur, 7*(2), 96-105.
- Creswell, JW, & Tashakkori, A. (2007). Perspectivas divergentes sobre a pesquisa de métodos mistos. *Jornal de pesquisa de métodos mistos, 1* (4), 303-308.
- Cruz, Pecorari. A. (2011) Programa Erasmus: paradigma para o Mercosul. In: VIII Congresso. de Castro, P. C., & Lopes, C. Perfil e trajetórias de estudantes em cursos de pós-graduação stricto sensu no Mercosul: “é presencial, né?”. *Comunicações, 28*(1), 125-151.

- de Souza Minayo, M. C., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2011). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Editora Vozes Limitada.
- Duarte Sánchez, E., & Muñoz, M. D. (2014). La Internacionalización de la Educación Superior: Experiencias de la Universidad Nacional de Pilar- Paraguay (p. 13). Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires.
- Fulquet, G. A. (2000). *El proyecto educativo del MERCOSUR y los debates en torno a internacionalización de la educación superior* (Doctoral dissertation, Universidad del Salvador).
- Fulquet, G. A. El Proyecto Educativo para el MERCOSUR y los Debates en torno a la Internacionalización de la Educación Superior. Buenos Aires, Ar.: CAEI, 2006, p.5.
- Gaitan, A., & Pauli, M. G. (2020). Estudiantes extranjeros en Santa Fe. El caso de las cohortes brasileñas del Doctorado de Educación de la UCSF. *Paideia Surcolombiana*, (25), 206-218.
- Guillen, A. Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica. Fundação Joaquim Nabuco - *Trabalhos para discussão* n. 111/2001. Agosto · 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/tpd/111.html>
- Hernández-Sampieri, R., Fernández, C., & Baptista, M. (2014). *Metodología de la investigación* MGH Education. *Sexta edição*.
- Lima, M. C., & Maranhão, C. M. S. D. A. (2008). *Reflexões (ainda) necessárias acerca da mobilidade estudantil*. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/63997>
- Lima, M. C., & Maranhão, C. M. S. D. A. (2009). O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 14, 583-610.
- Lusardi, M. S. W. Y. C., Barboza, M. H. R. J., Aquino, M. J. C. M., & Recalde, H. A. (2016). Prospectiva para la internacionalización de los estudiantes de la educación superior como factor de integración regional en el Paraguay. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 9(Esp. 4), 206-227.
- Marco de acción prioritaria para el cambio y el desarrollo de la educación superior. Paris: Unesco, 1998b. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113760\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113760_spa)



- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. p.52.
- Martine, G. (2005). A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em perspectiva*, 19, 3-22.
- Mecanismo de Evaluación y Acreditación Institucional. Disponível em: <http://www.aneaes.gov.py/v2/modelo-nacional-de-grado/mecanismo-de-evaluacion-y-acreditacion-institucional>
- Mercado, L. P. L., & Marques, A. C. (2002). *Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática*. UFAL.
- MERCOSUL. Setor Educacional do Mercosul. Plano de Ação 2006-2010. .Mercosul: SEM, 2006.
- MERCOSUL. Setor Educacional. Protocolo de Intenções. Brasília: MERCOSUL. SEM, 1991.
- MERCOSUR (1996) MERCOSUR 2000. *Metas y Desafíos para el sector educación*.
- Minogue, Kenneth R. O (1981) *Conceito de universidade*. Trad. de Jorge Eira G. Vieira. Editora Universidade de Brasília,
- OCDE. Remote online exams in higher education during the COVID -19 crisis. OCDE education policy perspectives. Paris: OCDE Publishing, 2020b. n. 6. DOI: [doi.org/10.1787/f53e2177-en](https://doi.org/10.1787/f53e2177-en) [https://www.oecd-ilibrary.org/education/remote-online-exams-in-higher-education-during-the-covid-19-crisis\\_f53e2177](https://www.oecd-ilibrary.org/education/remote-online-exams-in-higher-education-during-the-covid-19-crisis_f53e2177)
- Ojima, R., Aguirre, M. A. C., da Silva, B. L., & de Mendonça Lima, W. (2014). Migrações internacionais motivadas por estudo: uma análise sociodemográfica dos estudantes estrangeiros radicados no Brasil. *PerCursos*, 15(28), 166-189.
- Paraguay. Constitución de la República de Paraguay, 1992. Disponível em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/py\\_3054.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/py_3054.pdf).
- Paraguay Lei nº 4995, de 02 de agosto de 2013. Del marco y las instituciones de la Educacion Superior. Ley de Educacion Superior (LES) N. 4.995, de 2013. Asunción, Disponível em: <http://www.cones.gov.py/ley-4995-de-educacion-superior/>.

Paraguay. Ley nº 1264, de 26 de maio de 1998. Ley General de Educación, N. 1264/1998.

Disponível em: [https://www.mec.gov.py/documentos/documentos\\_resoluciones/43](https://www.mec.gov.py/documentos/documentos_resoluciones/43).

Prodanov, C. C., & De Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição*. Editora Feevale.

Prospectiva para la Internacionalización de los Estudiantes de la Educación Superior como Factor de Integración Regional en el Paraguay.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3193/319349825011/html/index.html>

Riart, M. C. J. G. (2004). Editorial: Universidad Católica Sede Asunción.

Richardson, R. J., & Social, P. (2008). Métodos e Técnicas–3ª edição. *Editora: Atlas*.

Rivarola, D. (2008). La Universidad Paraguaya, Hoy. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 13, 533-578.

Santos, B. D. S., & Almeida Filho, N. D. (2008). *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Almedina.

Simmel, G. (1983). O estrangeiro. *Sociologia*. *Editora: Ática*, 182-188.

Simões, M. L. (2013). O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. *Universidade Federal da Paraíba. Revista Temas em Educação*, 22(2), 136.

UNESCO. Instituto de Estatística. Crescimento de longo prazo dos estudantes internacionais de terceiro nível 1975-2013. 2015. Disponível em: [https://en.unesco.org/sites/default/files/1-4\\_growth\\_international\\_students.pdf](https://en.unesco.org/sites/default/files/1-4_growth_international_students.pdf) >. Acesso em: 12 dez. 2021.

Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris: Unesco, 2009b. Disponível em: <http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/31442.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

## APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS ESTUDANTES ESTRANGEIROS



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**

**FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN**

**DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN**

**DOCTORADO EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Este questionário visa à obtenção de informações para identificar o perfil do aluno estrangeiro de postgrado en Ciencias de la Educación na Universidad Autónoma de Asunción - PY.

A identidade do respondente estará em sigilo. Agradecemos sua colaboração. Faruk Maracajá.

### **INSTRUMENTO I QUESTIONÁRIO COM OS ESTUDANTES**

#### **Informações socioeconômicas**

##### **1 – Qual a sua nacionalidade?**

- a) Brasileira
- b) Angolana
- c) Paraguaia
- d) Mexicana
- e) Outra

##### **2- Em qual região vive?**

- a) Nordeste
- b) Sudeste
- c) Norte
- d) Centro Oeste
- e) Sul
- f) Angola
- g) Asunción

**3- Gênero:**

- a) Masculino
- b) Feminino
- c) Outro

**4- Idade:**

- a) 25 a 35 anos
- b) 36 a 45 anos
- c) 46 a 55 anos
- d) 56 a 66 anos
- e) Outra

**5- Estado civil:**

- a) Solteiro (a)
- b) Casado (a)
- c) Divorciado (a)
- d) União estável
- e) Viúvo (a)

**6- Qual seu nível socioeconômico?**

- a) Classe A (mais de 20 salários mínimos)
- b) Classe B (10 a 20 salários mínimos)
- c) Classe C (4 a 10 salários mínimos)
- d) Classe D (2 a 4 salários mínimos)

**6 – Sua formação acadêmica foi realizada em que instituição?**

- a) Pública
- b) Privada

**8- Qual pós-graduação realizou ou está realizando na Universidad Autónoma de Asunción?**

- a) Mestrado
- b) Doutorado
- c) Mestrado e Doutorado

**9- Em que ano iniciou sua pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción?**

- a) 2005 a 2010
- b) 2011 a 2014
- c) 2015 a 2020
- d) 2021 a 2022

**10- Em que situação se encontra sua pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción?**

- a) Cursando
- b) Concluído
- c) Desistente

**11 – De que forma teve conhecimento sobre o ensino de pós-graduação no Paraguay?**

- a) Institutos
- b) Amigos
- c) Internet
- d) Outros

**12 – Quais motivos te incitaram a estudar em outro país?**

- a) Período de férias
- b) Intercâmbio
- c) Baixo custo
- d) Qualidade do ensino
- e) Acesso
- f) Baixa oferta
- g) Outros

**13 – Quais suas expectativas ao iniciar os estudos no exterior?**

- a) Novos conhecimentos
- b) Nova língua
- c) Ascensão profissional
- d) Melhoria financeira
- e) Outros

**14 - Quais aspectos positivos você destaca na experiência de estudar em uma instituição estrangeira?**

- a) Intercâmbio
- b) Baixo custo
- c) Estudar no período das férias
- d) Aprender um idioma
- e) Qualidade do ensino
- f) Acesso a cursos de pós-graduação

**15 - Que aspectos negativos você encontrou durante o período em que estudou em uma instituição estrangeira?**

- a) Idioma
- b) Financeiro
- c) Distância da família
- d) Nenhum

**16 - Quais as dificuldades de estudar no exterior?**

- a) Reconhecimento do título
- b) Idioma
- c) Custo
- d) Adaptação a cultura
- e) Distância da família
- f) Nenhum

**17. Quais as diferenças didáticas e metodológicas você percebeu na instituição estrangeira?**

- a) Uso das TICs
- b) Metodologias ativas
- c) Uso da APA
- d) Tempo
- e) Clareza e objetividade
- f) Didática e Metodologia

**18. Como você avalia o nível acadêmico da Universidade Autónoma de Asunción?**

- a) Excelente
- b) Bom
- c) Regular
- d) Ruim
- e) Péssimo

**19. Suas expectativas estão sendo alcançadas durante ou ao término da sua pós-graduação?**

- a) Sim
- b) Não

**20- Sua formação acadêmica a nível de pós-graduação está agregando valor a sua carreira profissional?**

- a) Sim
- b) Não

## APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFESSORES



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN**  
**DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN**  
**DOCTORADO EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Doctorado en Ciencias de la Educación

Este questionário visa à obtenção de informações para identificar o perfil do aluno estrangeiro de postgrado na Universidad Autónoma de Asunción - PY. A identidade do respondente estará em sigilo. Agradecemos sua colaboração.

Faruk Maracajá.

### **INSTRUMENTO II** **QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES**

**1 – Quais as dificuldades encontradas em relação ao entendimento dos alunos estrangeiros?**

- a) Formação acadêmica
- b) Cansaço
- c) Nenhuma
- d) Idioma
- e) Outro

**2 – Que aspecto você considera como um obstáculo para o desenvolvimento do aluno estrangeiro?**

- a) Nível acadêmico
- b) Idioma
- c) Nenhum obstáculo
- d) Outro

**3 - Quais aspectos positivos você destaca na relação de ensino aprendizagem com o aluno estrangeiro?**

- a) Compromisso
- b) Interesse
- c) Diversidade cultural
- d) Outro

**4 - Que aspectos negativos você descreveria neste ambiente da sala de aula?**

- a) Cansaço
- b) Falta de disciplina
- c) Idioma
- d) Falta de compromisso
- e) Nível acadêmico
- f) Nenhum
- g) Outro

**5 - Quais as dificuldades e os desafios de se trabalhar com o aluno estrangeiro?**

- a) Idioma
- b) Aspectos culturais
- c) Nível acadêmico
- d) Outro
- e) Nenhum



## APÊNDICE III – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PRIMEIRA AUTORIDADE



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**

**FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN**

**DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN**

**DOCTORADO EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Doctorado en Ciencias de la Educación

Esta entrevista é parte de uma pesquisa que visa à obtenção de informações para identificar o perfil do aluno estrangeiro de pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción - PY.

Agradecemos sua colaboração.

Faruk Maracajá.

### **INSTRUMENTO III**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PRIMEIRA AUTORIDADE**

- 1. Há quantos anos a Universidad Autónoma de Asunción oferta cursos de pós-graduação a alunos estrangeiros?**
- 2. Quais são as nacionalidades dos alunos de estrangeiros no ensino de pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción?**
- 3. Quais as dificuldades encontradas em relação ao ingresso dos alunos estrangeiros?**
- 4. Que aspectos são identificados como obstáculos relacionado ao ensino de alunos estrangeiros no Paraguay?**
- 5. Qual a importância de se oferecer ensino superior para alunos estrangeiros?**
- 6. Qual sua avaliação em relação a produção acadêmica dos alunos estrangeiros de pós-graduação em Ciencias de la Educación?**

## APÊNDICE IV – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SEGUNDA AUTORIDADE



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**

**FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN**

**DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN**

**DOCTORADO EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Doctorado en Ciencias de la Educación

Esta entrevista é parte de uma pesquisa que visa à obtenção de informações para identificar o perfil do aluno estrangeiro de pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción - PY.

Agradecemos sua colaboração.

Faruk Maracajá.

### **INSTRUMENTO IV**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SEGUNDA AUTORIDADE**

- 1. Há quantos anos a Universidad Autónoma de Asunción oferta cursos de pós-graduação a alunos estrangeiros?**
- 2. Quais são as nacionalidades dos alunos de estrangeiros no ensino de pós-graduação na Universidad Autónoma de Asunción?**
- 3. Quais as dificuldades encontradas em relação ao ingresso dos alunos estrangeiros?**
- 4. Que aspectos são identificados como obstáculos relacionado ao ensino de alunos estrangeiros no Paraguay?**
- 5. Qual a importância de se oferecer ensino superior para alunos estrangeiros?**
- 6. Qual sua avaliação em relação a produção acadêmica dos alunos estrangeiros de pós-graduação em Ciencias de la Educación?**

## ANEXOS

Figura 02: Universidad Autónoma de Asunción.



Fonte: Última hora, 2022.

Figura 03: Universidad Autónoma de Asunción (vista aérea).



Fonte: ABC Color, 2018.

Figura 04: Reunión de Información sobre Erasmus + Universidad Autónoma de Asunción.



Fonte: Proyecto NUCIF, 2018

Figura 05: Reunión de la Universidad Autónoma de Asunción (UAA) y la Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado (AUIP)



Fonte: AUIP, 2022

Figura 06: Ley General de Educación.

## LEY N° 1.264

### GENERAL DE EDUCACIÓN

#### EL CONGRESO DE LA NACION PARAGUAYA SANCIONA CON FUERZA DE LEY

**Artículo 1°.-** Todo habitante de la República tiene derecho a una educación integral y permanente que, como sistema y proceso, se realizará en el contexto de la cultura de la comunidad.

**Artículo 2°.-** El sistema educativo nacional está formulado para beneficiar a todos los habitantes de la República. Los pueblos indígenas gozan al respecto de los derechos que les son reconocidos por la Constitución Nacional y esta ley.

**Artículo 3°.-** El Estado garantizará el derecho de aprender y la igualdad de oportunidades de acceder a los conocimientos y a los beneficios de la cultura humanística, de la ciencia y de la tecnología, sin discriminación alguna.

Garantizará igualmente la libertad de enseñar, sin más requisitos que la idoneidad y la integridad ética, el derecho a la educación religiosa y al pluralismo ideológico.

**Artículo 4°.-** El Estado tendrá la responsabilidad de asegurar a toda la población del país el acceso a la educación y crear las condiciones de una real igualdad de oportunidades. El sistema educativo nacional será financiado básicamente con recursos del Presupuesto General de la Nación.

**Artículo 5°.-** A través del sistema educativo nacional se establecerá un diseño curricular básico, que posibilite la elaboración de proyectos curriculares diversos y ajustados a las modalidades, características y necesidades de cada caso.

**Artículo 6°.-** El Estado impulsará la descentralización de los servicios educativos públicos de gestión oficial.

El Presupuesto del Ministerio de Educación y Cultura, se elaborará sobre la base de programas de acción. Los presupuestos para los departamentos se harán en coordinación con las Gobernaciones.

## TÍTULO II PRINCIPIOS GENERALES

### CAPÍTULO I OBJETO DE LA LEY

**Artículo 7º.-** La presente ley regulará la educación pública y privada.

Establecerá los principios y fines generales que deben inspirarla y orientarla. Regulará la gestión, la organización, la estructura del sistema educativo nacional, la educación de régimen general y especial, el sistema escolar y sus modalidades. Determinará las normas básicas de participación y responsabilidades de los miembros de las comunidades educativas, de los establecimientos educativos, las formas de financiación del sector público de la educación y demás funciones del sistema.

**Artículo 8º.-** Las universidades serán autónomas. Las mismas y los institutos superiores establecerán sus propios estatutos y formas de gobierno, y elaborarán sus planes y programas, de acuerdo con la política educativa y para contribuir con los planes de desarrollo nacional.

Será obligatoria la coordinación de los planes y programas de estudio de las universidades e institutos superiores, en el marco de un único sistema educativo nacional de carácter público.

## CAPÍTULO II CONCEPTOS, FINES Y PRINCIPIOS

**Artículo 9º.-** Son fines del sistema educativo nacional:

- a) el pleno desarrollo de la personalidad del educando en todas sus dimensiones, con el crecimiento armónico del desarrollo físico, la maduración afectiva, la integración social libre y activa;
- b) el mejoramiento de la calidad de la educación;
- c) la formación en el dominio de las dos lenguas oficiales;
- d) el conocimiento, la preservación y el fomento de la herencia cultural, lingüística y espiritual de la comunidad nacional;
- e) la adquisición de conocimientos científicos, técnicos, humanísticos, históricos, estéticos y de hábitos intelectuales;
- f) la capacitación para el trabajo y la creatividad artística;
- g) la investigación científica y tecnológica;
- h) la preparación para participar en la vida social, política y cultural, como actor reflexivo y creador en el contexto de una sociedad democrática, libre, y solidaria;
- i) la formación en el respeto de los derechos fundamentales y en el ejercicio de la tolerancia y de la libertad;
- j) la formación y capacitación de técnicos y profesionales en los distintos ramos del quehacer humano con la ayuda de las ciencias, las artes y las técnicas; y,
- k) la capacitación para la protección del medio ambiente, las riquezas y bellezas naturales y el patrimonio de la nación.

**Artículo 10.-** La educación se ajustará, básicamente, a los siguientes principios:

- a) el afianzamiento de la identidad cultural de la persona;
- b) el respeto a todas las culturas;
- c) la igualdad de condiciones para el acceso y permanencia en los centros de enseñanza;
- d) el valor del trabajo como realización del ser humano y de la sociedad;
- e) la efectiva igualdad entre los sexos y el rechazo de todo tipo de discriminación;
- f) el desarrollo de las capacidades creativas y el espíritu crítico;
- g) la promoción de la excelencia;
- h) la práctica de hábitos de comportamiento democrático;
- i) la proscripción de la arbitrariedad y la prepotencia en el trato dentro o fuera del aula y de la utilización de fórmulas cortesanías y adulatorias;
- j) la formación personalizada, que integre los conocimientos, valores morales y destrezas válidos para todos los ámbitos de la vida;
- k) la participación y colaboración de los padres o tutores en todo el proceso educativo;
- l) la autonomía pedagógica, la atención psicopedagógica y la orientación laboral;

- m) la metodología activa que asegure la participación del alumnado en los procesos de enseñanza y aprendizaje; y,  
 n) la evaluación de los procesos y resultados de la enseñanza y el aprendizaje, así como los diversos elementos del sistema.

**Artículo 11.-** A efectos de lo dispuesto en esta ley:

a) se entiende por educación el proceso permanente de comunicación creativa de la cultura de la comunidad, integrada en la cultura nacional y universal, para la realización del hombre en la totalidad de sus dimensiones;

b) se entiende por sistema educativo nacional al conjunto de niveles y modalidades educativos interrelacionados, desarrollados por la comunidad educativa y regulado por el Estado;

c) se entiende por currículo el conjunto de los objetivos, contenidos, métodos pedagógicos y criterios de evaluación de cada uno de los niveles, etapas, ciclos, grados y modalidades del sistema educativo nacional, que regulan la práctica docente;

d) se entiende por educación general básica el proceso de crecimiento de la persona en todas sus dimensiones, para que se capacite a participar activa y críticamente en la construcción y consolidación de un estilo de vida social flexible y creativo, que le permita la satisfacción de sus necesidades fundamentales. La educación general básica, más que un fin en sí mismo, es una base para el aprendizaje y el desarrollo humano permanentes. Implica capacitar para el desarrollo de la personalidad, para el trabajo, para la convivencia, la autoinstrucción y la autogestión;

e) se entiende por educación para grupos étnicos la que se ofrece a grupos o comunidades que poseen su propia cultura, su lengua y sus tradiciones y que integran la nacionalidad paraguaya;

f) se entiende por educación formal aquella que se imparte en establecimientos educativos aprobados por la autoridad oficial competente, en una secuencia regular de ciclos lectivos, con sujeción a pautas curriculares progresivas y conducentes a grados y títulos;

g) se entiende por educación no formal aquélla que se ofrece con el objeto de complementar, suplir conocimientos, actualizar y formar en aspectos académicos o laborales, sin las exigencias de las formalidades de la educación escolarizada ni la sujeción al sistema de niveles, ciclos y grados, establecidos por el sistema educativo nacional;

h) se entiende por educación refleja aquella que procede de personas, entidades, medios de comunicación social, medios impresos, tradiciones, costumbres, ambientes sociales, comportamientos sociales y otros no estructurados, que producen aprendizajes y conocimientos libres y espontáneamente adquiridos;

i) se entiende por comunidad educativa el conjunto de personas e instituciones conformada por estudiantes, educadores, padres de familia o tutores, egresados, directivos y administradores escolares que según sus competencias participan en el diseño, ejecución y evaluación del proyecto educativo institucional;

j) se entiende por alumno el sujeto inscripto en una institución educativa formal o no formal con el objeto de participar en un proceso de aprendizaje sistemático bajo la orientación de un maestro o profesor;

k) se entiende por educador el personal docente, técnico y administrativo que, en el campo de la educación, ejerce funciones de enseñanza, orientación, planificación, evaluación, investigación, dirección, supervisión, administración y otras que determinen las leyes especiales; y,

l) los establecimientos, centros o instituciones educativas son instituciones públicas, privadas y privadas subvencionadas, constituidas con el fin de prestar el servicio público de educación en los términos fijados en esta ley.

### **CAPÍTULO III LOS RESPONSABLES DE LA EDUCACIÓN**

**Artículo 12.-** La organización del sistema educativo nacional es responsabilidad del Estado, con la participación según niveles de responsabilidad de las distintas comunidades educativas. Este sistema abarca a los sectores público y privado, así como al ámbito escolar y extraescolar.

**Artículo 13.-** A los efectos del proceso educativo se integrarán los esfuerzos de la familia, la comunidad, el Estado, los docentes y los alumnos.

**Artículo 14.-** La familia constituye el ámbito natural de la educación de los hijos y del acceso a la cultura, indispensable para el desarrollo pleno de la persona. Se atenderán las situaciones derivadas de la condición de madres solteras, padres divorciados, la familia adoptiva, grupos domésticos especiales, huérfanos o niños en situaciones de riesgo.

**Artículo 15.-** El alumno es el sujeto principal del proceso de aprendizaje. Constituirá deber básico de los alumnos el estudio y el respeto a las normas de convivencia dentro de la institución.

**Artículo 16.-** La comunidad contribuirá a mantener el ámbito ético y cultural en el que se desarrolla el proceso educativo, proveerá los elementos característicos que fundamentan la flexibilidad de los currículos para cada región y participará activamente en el proceso de elaboración de sus reglamentaciones, y de las que organizan las gobernaciones y los municipios. Los municipios y los miembros de la comunidad estimularán las acciones de promoción educativa comunal, apoyarán las organizaciones de padres de familia, fomentando la contribución privada a la educación y velando por la función docente informal que cumplen los medios de comunicación social y otras instituciones dentro del ámbito de la Constitución Nacional.

**Artículo 17.-** Está garantizada para todos la libertad de enseñar, sin más requisitos que la idoneidad y la integridad ética. Los docentes participarán activamente en la comunidad educativa. Se entenderá la autorrealización del docente, su dignificación y su capacitación permanente, atendiendo a sus funciones en la educación y a su responsabilidad en la sociedad. Las autoridades educativas promoverán las mejoras de las condiciones de vida, de seguridad social y salario, así como la independencia profesional del docente.

**Artículo 18.-** Las funciones del Estado, en el ámbito de la educación, se ejercen por medio del Ministerio de Educación y Cultura.

#### **CAPÍTULO IV DE LA POLÍTICA EDUCATIVA**

**Artículo 19.-** El Estado definirá y fijará la política educativa, en consulta permanente con la sociedad a través de sus instituciones y organizaciones involucradas en la educación, respetando los derechos, obligaciones, fines y principios establecidos en esta ley.

La política educativa buscará la equidad, la calidad, la eficacia y la eficiencia del sistema, evaluando rendimientos e incentivando la innovación.

Las autoridades educativas no estarán autorizadas a privilegiar uno de estos criterios en desmedro de los otros en planes a largo plazo.

#### **CAPÍTULO V DE LA CALIDAD DE LA EDUCACIÓN Y SU EVALUACIÓN**

**Artículo 20.-** El Ministerio de Educación y Cultura, las gobernaciones, los municipios y las comunidades educativas, garantizarán la calidad de la educación. Para ello se realizará evaluación sistemática y permanente del sistema y los procesos educativos.

**Artículo 21.-** Las instituciones educativas públicas y privadas otorgarán a las autoridades educativas facilidades y colaboración para la evaluación.

**Artículo 22.-** Las autoridades educativas darán a conocer a los maestros, alumnos, padres de familia y a la sociedad en general, los resultados de las evaluaciones que realicen, así como las informaciones globales que permitan medir el desarrollo y los avances de la educación.

#### **CAPÍTULO VI DE LA COMPENSACIÓN DE LAS DESIGUALDADES EN LA EDUCACIÓN**

**Artículo 23.-** Las autoridades educativas mediante programas de compensación, atenderán de manera preferente a los grupos y regiones que enfrentan condiciones económicas, demográficas y sociales de desventaja. El Estado garantizará la integración de alumnos con condiciones educativas especiales.

Estos programas permitirán la equiparación de oportunidades, ofreciendo diferentes alternativas y eliminando las barreras físicas y comunicacionales en los centros educativos públicos y privados, de la educación formal y no formal.

**Artículo 24.-** Se facilitará el ingreso de las personas de escasos recursos en los establecimientos públicos gratuitos. En los lugares donde no existen los mismos o fueran insuficientes para atender la demanda de la población escolar, el Estado financiará plazas de estudios en los centros privados, que serán cubiertas por dichas personas a través de becas, parciales o totales.

**Artículo 25.-** El Ministerio de Educación y Cultura podrá subscribir convenios con gobiernos departamentales o municipales a objeto de coordinar actividades. Del mismo modo lo podrá hacer con otros ministerios.

**TÍTULO III  
EDUCACIÓN DE RÉGIMEN GENERAL  
CAPÍTULO I  
DESCRIPCIÓN GENERAL**

**Artículo 26.-** El sistema educativo nacional incluye la educación de régimen general, la educación de régimen especial y otras modalidades de atención educativa. La educación de régimen general, puede ser formal, no formal y refleja.

**CAPÍTULO II  
EDUCACIÓN FORMAL  
SECCIÓN I  
ESTRUCTURA**

**Artículo 27.-** La educación formal se estructura en tres niveles: El primer nivel comprenderá la educación inicial y la educación escolar básica; el segundo nivel, la educación media; el tercer nivel, la educación superior.

**Artículo 28.-** Los niveles y ciclos del régimen general deberán articularse de manera que profundicen los objetivos, faciliten el pasaje y la continuidad, y aseguren la movilidad horizontal y vertical de los alumnos.

En casos excepcionales, el acceso a cada uno de ellos no exigirá el cumplimiento de los anteriores, sino su aprobación, mediante la evaluación por un jurado de reconocida competencia.

**SECCIÓN II  
EDUCACIÓN INICIAL**

**Artículo 29.-** La educación inicial comprenderá dos ciclos. El primer ciclo se extenderá hasta los tres años inclusive, y el segundo hasta los cuatro años.

El preescolar, a la edad de cinco años, pertenecerá sistemáticamente a la educación escolar básica y será incluido en la educación escolar obligatoria por decreto del Poder Ejecutivo iniciado en el Ministerio de Educación y Cultura, cuando el Congreso de la Nación apruebe los rubros correspondientes en el Presupuesto General de la Nación.

El diseño curricular y los propios de estos dos ciclos serán determinados en la reglamentación correspondiente.

**Artículo 30.-** La educación inicial será impartida por profesionales de la especialidad. En caso de imposibilidad de contar con suficiente personal, se podrán autorizar a profesionales no especializados en la materia para ejercer dicha docencia, con expresa autorización del Vice Ministro de Educación.

**Artículo 31.-** La enseñanza se realizará en la lengua oficial materna del educando desde los comienzos del proceso escolar o desde el primer grado. La otra lengua oficial se enseñará también desde el inicio de la educación escolar con el tratamiento didáctico propio de una segunda lengua. Dentro de la educación inicial, se implementará programas de prevención de dificultades del aprendizaje, así como sistemas de evaluación para la detección precoz de condiciones intelectuales superiores, inferiores y deficiencias sensoriales para tomar medidas oportunas y adecuadas a cada caso.



### SECCIÓN III EDUCACIÓN ESCOLAR BÁSICA

**Artículo 32.-** La educación escolar básica comprende nueve grados y es obligatoria. Será gratuita en las escuelas públicas de gestión oficial, con la inclusión del preescolar.

La gratuidad se extenderá progresivamente a los programas de complemento nutricional y al suministro de útiles escolares para los alumnos de escasos recursos.

La gratuidad podrá ser ampliada a otros niveles, instituciones o sujetos atendiendo a los recursos presupuestarios.

**Artículo 33.-** Los objetivos de la educación escolar básica serán definidos y actualizados periódicamente por las autoridades oficiales competentes, de acuerdo con la filosofía de la reforma de la educación, las necesidades y potencialidades de los alumnos de ese nivel, así como con la educación media y superior y con los condicionamientos ineludibles de la educación en la región.

**Artículo 34.-** La educación escolar básica comprenderá tres ciclos y se organizará por áreas, que serán obligatorias y tendrán un carácter global e integrador. Las definiciones de las áreas y sus contenidos serán determinados y revisados periódicamente por el Ministerio de Educación y Cultura.

**Artículo 35.-** La evaluación del tercer ciclo de la educación escolar básica será continua e integradora. Los alumnos que, al terminar el noveno grado, hayan acreditado el logro de los objetivos del tercer ciclo recibirán el título de Graduado en educación escolar básica, que facultará para acceder a la educación media. Todos los alumnos recibirán una acreditación del centro educativo, en la que consten los años cursados y las calificaciones obtenidas en las distintas áreas. Dicha acreditación será acompañada de una orientación para el futuro académico y profesional del alumno, que en ningún caso será prescriptiva y que tendrá carácter confidencial.

**Artículo 36.-** Para los alumnos mayores de dieciséis años que deseen cursar la educación escolar básica podrán establecerse currículos diferenciados que respondan a su nivel de formación.

### SECCIÓN IV EDUCACIÓN MEDIA

**Artículo 37.-** La educación media comprende el bachillerato o la formación profesional y tendrá tres cursos académicos.

Busca como objetivos la incorporación activa del alumno a la vida social y al trabajo productivo o su acceso a la educación de nivel superior.

El Estado fomentará el acceso a la educación media previniendo los recursos necesarios para ello.

**Artículo 38.-** La educación media orientará a los alumnos en el proceso de su maduración intelectual y afectiva de manera que puedan integrarse crítica y creativamente en su propia cultura, así como adquirir los conocimientos y habilidades que les permitan desempeñar sus compromisos sociales con responsabilidades y competencia.

**Artículo 39.-** El Ministerio de Educación y Cultura establecerá el diseño curricular con los objetivos y el sistema de evaluación propios de esta etapa, que será organizado por áreas y tendrá materias comunes, materias propias de cada modalidad de formación profesional o de bachillerato y materias optativas.

Las materias comunes contribuirán a la formación general del alumnado. Las materias propias de cada modalidad de formación profesional o de bachillerato y las materias optativas le proporcionarán una formación más especializada, preparándole y orientándole hacia la actividad profesional o hacia los estudios superiores.

**Artículo 40.-** Los alumnos de formación profesional y los de bachillerato podrán realizar su formación y capacitación con el sistema dual colegio-empresa, como pasantía con beca sin vinculación laboral.

**Artículo 41.-** Para enseñar en el último ciclo de la educación escolar básica y en la Educación Media, se requerirá el título de profesor o profesora otorgado en los centros e institutos de formación docente, otros institutos superiores o de universidades reconocidas legalmente. En casos excepcionales expresamente reglamentados podrán ser profesores los egresados provenientes de la Educación Superior, que no cuenten con el título de especialización didáctica correspondiente.

**Artículo 42.-** Los alumnos que cursen satisfactoriamente los tres años de la Educación Media en cualquiera de sus modalidades de bachillerato, recibirán el título de bachiller. Para obtener este título será necesaria la evaluación positiva en todas las materias prescritas en el diseño curricular del Ministerio de Educación y Cultura para todas las instituciones educativas. El título de bachiller facultará para acceder a la formación profesional superior y a los estudios de nivel superior.

## **SECCIÓN V FORMACIÓN PROFESIONAL MEDIA**

**Artículo 43.-** Como parte de la formación media, el Ministerio de Educación y Cultura por sí mismo o con la colaboración de otros ministerios e instituciones vinculadas con la capacitación laboral y coordinadas por el mismo Ministerio, ofrecerá oportunidades de profesionalización de distinto grado de calificación y especialidad.

La formación profesional media estará dirigida a la formación en áreas relacionadas con la producción de bienes y servicios.

**Artículo 44.-** Para cursar la formación profesional media se requerirá haber concluido los nueve años de la educación escolar básica. No obstante, será posible acceder a la formación profesional específica sin cumplir los requisitos académicos establecidos, siempre que mediante una prueba regulada por el Ministerio de Educación y Cultura, el aspirante demuestre tener la preparación suficiente para cursar con aprovechamiento estas enseñanzas. Para acceder por esta vía a la enseñanza profesional media se requerirá tener cumplidos los diecisiete años de edad. Quienes accedan por esta vía a la formación profesional media, podrán acceder a la educación superior, satisfaciendo pruebas adecuadas de competencia.

**Artículo 45.-** Se admiten los institutos de enseñanza media diversificada que impartirán formación profesional, adecuándose a las condiciones establecidas por esta ley y los reglamentos.

**Artículo 46.-** Los estudiantes que hayan concluido una carrera profesional media, recibirán el certificado en la especialidad. Para continuar con estudios del nivel superior, deberán satisfacer las pruebas que garanticen la competencia adecuada, de acuerdo a los reglamentos vigentes. Los que no hayan concluido los tres cursos podrán recibir un certificado para demostrar su nivel de capacitación.

## **SECCIÓN VI EDUCACIÓN SUPERIOR**

**Artículo 47.-** La educación superior se ordenará por la ley de educación superior y se desarrollará a través de universidades e institutos superiores y otras instituciones de formación profesional del tercer nivel.

**Artículo 48.-** Son universidades las instituciones de educación superior que abarcan una multiplicidad de áreas específicas del saber en el cumplimiento de su misión de investigación, enseñanza, formación y capacitación profesional y servicio a la comunidad.

**Artículo 49.-** Son institutos superiores, las instituciones que se desempeñan en un campo específico del saber en cumplimiento de su misión de investigación, formación profesional y servicio a la comunidad.

**Artículo 50.-** Son Instituciones de formación profesional del tercer nivel, aquellos institutos técnicos que brindan formación profesional y reconversión permanente en las diferentes áreas del saber técnico y práctico, habilitando para el ejercicio de una profesión. Serán autorizadas por el Ministerio de Educación y Cultura. El título de técnico superior permitirá el acceso al ejercicio de la profesión y a los estudios universitarios o a los proveídos por los institutos superiores, que se determinen, teniendo en cuenta las áreas de su formación académica.

**Artículo 51.-** Entre las instituciones de formación profesional del tercer nivel, el Ministerio de Educación y Cultura deberá priorizar los institutos de formación docente, que se ocuparán de la formación para:

- capacitar a los educadores con la más alta calidad profesional, científica y ética;
- lograr el eficaz desempeño de su profesión en cada uno de los niveles del sistema educacional y en las diversas modalidades de la actividad educativa;
- actualizar y perfeccionar permanentemente a los docentes en ejercicio; y,
- fortalecer su competencia en el campo de la investigación educativa y en el desarrollo de la teoría y la práctica de las ciencias de la educación.

**Artículo 52.-** El ejercicio de la profesión docente se regirá por las normas de la presente ley y por las del Estatuto del Personal de la Educación.

**Artículo 53.-** Las universidades públicas y privadas, así como las instituciones superiores de enseñanza, son parte del sistema nacional de educación. Su funcionamiento se adecuará a lo dispuesto por la legislación pertinente. El Consejo Nacional de Educación y Cultura evaluará periódicamente el funcionamiento de estas Instituciones y elevará el correspondiente informe al Congreso Nacional para su oportuna consideración.

## SECCIÓN VII EDUCACIÓN DE POSTGRADO

**Artículo 54.-** La educación de postgrado estará bajo la responsabilidad de las universidades o institutos superiores, siendo requisito para quienes se inscriban el haber terminado la etapa de grado o acreditar conocimiento y experiencia suficiente para cursar el mismo.

**Artículo 55.-** Será objetivo de la educación de postgrado profundizar y actualizar la formación cultural, docente, científica, artística y tecnológica mediante la investigación, la reflexión crítica sobre la disciplina y el intercambio sobre los avances en las especialidades.

## CAPÍTULO III EDUCACIÓN NO FORMAL

**Artículo 56.-** Las instituciones de educación no formal podrán ofrecer programas de formación laboral en artes y oficios, de formación académica y en materias conducentes a la validación de niveles y grados propios de la educación formal.

**Artículo 57.-** Las autoridades educativas competentes:

- organizarán o facilitarán la organización de programas de educación no formal estén o no vinculados a la educación formal;
- promoverán acciones de capacitación docente para este servicio; y,
- facilitarán el uso de la infraestructura edilicia y el equipamiento de las instituciones públicas, para la educación no formal sin fines de lucro.

## CAPÍTULO IV EDUCACIÓN REFLEJA

**Artículo 58.-** El Gobierno Nacional incentivará y fomentará la participación de los medios de

información y comunicación social en los procesos de educación permanente y de difusión de la cultura, de acuerdo con los principios y fines de la educación definidos en la presente ley, sin perjuicio de la libertad de prensa y de la libertad de expresión previstas en la Constitución Nacional. Así mismo, adoptará mecanismos y estímulos que permitan la adecuada y eficaz utilización de los medios de comunicación social en favor de la educación.

## **CAPÍTULO V DE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA**

**Artículo 59.-** Se extenderá el acceso a la educación en todos sus niveles a personas que por sus condiciones de trabajo, su ubicación geográfica, su impedimento físico o de edad no pueden asistir a las instituciones de educación formal. El Ministerio de Educación y Cultura promoverá el uso de los medios previstos por la tecnología de las comunicaciones a distancia.

La autoridad competente de las telecomunicaciones reservará frecuencias de radio, de televisión por aire, por cable u otro medio similar para desarrollar iniciativas de educación a distancia.

**Artículo 60.-** El Gobierno promoverá y apoyará la educación a distancia de iniciativa privada y reglamentará el currículo, los programas y el sistema de evaluación, para el reconocimiento oficial de los cursos y actividades impartidas y de sus respectivos certificados y títulos.

## **CAPÍTULO VI EDUCACIÓN PÚBLICA Y PRIVADA**

**Artículo 61.-** La educación podrá ser administrada por gestión oficial con la mediación del Ministerio de Educación y Cultura y por gestión privada de personas, empresas, asociaciones o instituciones privadas no subvencionadas o subvencionadas con recursos del Estado.

**Artículo 62.-** Las instituciones educativas privadas que pretendan el derecho de otorgar títulos oficiales, deberán ser reconocidas por las autoridades educativas competentes de la República y estarán sujetas a las exigencias de esta ley y a la supervisión de las autoridades educativas oficiales. Podrán prestar este servicio las iglesias o confesiones religiosas, inscritas en el Registro Nacional de Culto, las fundaciones, sociedades, asociaciones y empresas con personería jurídica, y las personas de existencia visible.

**Artículo 63.-** Dentro del sistema nacional de educación, los responsables de las instituciones educativas privadas podrán crear, organizar y sostener instituciones propias; nombrar y promover a su personal directivo, docente, administrativo y auxiliar, que responda al proyecto educativo de la institución; disponer de la infraestructura edilicia y su equipamiento escolar; participar por propia iniciativa en el planeamiento educativo y en la elaboración de currículos, planes y programas de formación, otorgar certificados y títulos reconocidos, de acuerdo a las disposiciones legales vigentes.

**Artículo 64.-** Las instituciones educativas, dentro de sus fines y de acuerdo a sus posibilidades ofrecerán servicios que respondan a necesidades de la comunidad.

**Artículo 65.-** Los educadores de las instituciones educativas privadas tendrán derecho a los beneficios de la seguridad social, incluyendo la jubilación. Regirán sus contratos por el Código Laboral y el Estatuto del Personal de la Educación en los apartados que les corresponden.

**Artículo 66.-** Las instituciones educativas privadas, que cumplan su servicio de función social en los sectores más carenciados y en situaciones de riesgo serán consideradas prioritariamente, a los efectos de la subvención por parte del Estado, entre las instituciones subvencionadas por éste. Dicho aporte de ninguna manera impedirá a los directivos de las instituciones educativas privadas de su responsabilidad y derecho de dirigir y administrar, libremente y por sí mismas, sus propias instituciones.

**Artículo 67.-** El aporte de la administración del Estado para atender el funcionamiento de las instituciones educativas privadas subvencionadas o los salarios de sus educadores, será

contemplado en el Presupuesto General de la Nación. Se tendrán en cuenta la función social que estas instituciones cumplen en su zona de influencia, el nivel o clase de establecimiento, los servicios que prestan a la comunidad y la cuota que perciben de sus usuarios.

**TÍTULO IV  
EDUCACIÓN DE RÉGIMEN ESPECIAL  
CAPÍTULO I  
DE LA EDUCACIÓN ARTÍSTICA**

**Artículo 68.-** La educación artística tendrá como finalidad proporcionar a los alumnos una formación artística que garantice la capacidad y la cualificación en el cultivo de las artes.

El Ministerio de Educación y Cultura, en cooperación con los gobiernos departamentales, los municipios y la iniciativa privada, fomentará las diversas expresiones del arte.

**Artículo 69.-** Los alumnos podrán, previa orientación y evaluación del profesorado especializado, matricularse simultáneamente en más de una modalidad académica.

**Artículo 70.-** El Ministerio de Educación y Cultura fijará en relación con los objetivos de cada especialidad los aspectos básicos del currículo obligatorio.

**Artículo 71.-** El Ministerio de Educación y Cultura facilitará a los alumnos la posibilidad de realizar los cursos de educación artística de régimen especial y los cursos de educación de régimen general, coordinando ambos tipos de estudios y posibilitando las convalidaciones.

**Artículo 72.-** Para ejercer la docencia en la educación artística, será necesario poseer el título profesional a nivel de licenciatura o su equivalente. En ciertos casos y atendiendo a notorios conocimientos y experiencia suficientes, se autorizará la docencia a personas que carezcan de título profesional.

**Artículo 73.-** La docencia de las materias artísticas en el nivel inicial, en la educación escolar básica y en la educación media podrá estar a cargo de los maestros que hayan egresado de los centros de formación docente.

**SECCIÓN I  
ARTE DRAMÁTICO, MÚSICA Y DANZA**

**Artículo 74.-** El arte dramático, las artes plásticas y diseño, así como el estudio de la música y la danza serán objeto de apoyo y supervisión oficial a través del Ministerio de Educación y Cultura. Las instituciones privadas, difusoras de dichos conocimientos, sólo podrán otorgar certificados o títulos oficiales con autorización del Ministerio de Educación y Cultura.

**CAPÍTULO II  
DE LA EDUCACIÓN EN LENGUAS EXTRANJERAS Y DE OTRAS ETNIAS**

**Artículo 75.-** Las instituciones públicas o privadas especializadas en el estudio y difusión de lengua extranjera o lenguas de otras etnias de nuestro país, recibirán reconocimiento oficial, sujetas al cumplimiento de la reglamentación establecida al efecto por el Ministerio de Educación y Cultura.

**TÍTULO V  
MODALIDADES DE ATENCIÓN EDUCATIVA  
CAPÍTULO I  
EDUCACIÓN GENERAL BÁSICA Y LA EDUCACIÓN PERMANENTE**

**Artículo 76.-** La educación general básica tendrá por objetivos:

- a) erradicar el analfabetismo, facilitando la adquisición de las herramientas básicas para el aprendizaje, como la lectura, la escritura, la expresión oral, el cálculo, la solución de problemas y el desarrollo en el pensamiento crítico;
- b) promover sistemas y programas de formación y reconversión laboral y de desarrollo comunitario, preferentemente bajo la forma de autogestión;
- c) brindar acceso al sistema educativo nacional a las personas privadas de su libertad en establecimientos carcelarios;

- d) capacitar laboralmente a aquellas personas que no cursaron la educación escolar básica o, que habiendo cumplido con la misma, desean mejorar su preparación;
- e) ayudar a la adquisición de conocimientos básicos para orientarse en la realidad, conocer sus leyes e integrarse creativamente a ella; y,
- f) desarrollar aptitudes y promover los valores que permitan respetar los derechos humanos, el medio ambiente y participar activamente en la búsqueda del bien común.

## **CAPÍTULO II EDUCACIÓN PARA GRUPOS ÉTNICOS**

**Artículo 77.-** La educación de los grupos étnicos estará orientada por los principios y fines generales de la educación establecidos en la presente ley.

**Artículo 78.-** La educación en los grupos étnicos tendrá como finalidad afianzar los procesos de identidad, e integración en la sociedad paraguaya, respetando sus valores culturales.

## **CAPÍTULO III EDUCACIÓN CAMPESINA Y RURAL**

**Artículo 79.-** Las autoridades educativas nacionales, departamentales y municipales proveerán un servicio de educación campesina y rural formal, no formal y refleja. Se buscará la educación del hombre campesino o rural, y la de su familia, ayudándole a su capacitación como agente activo del desarrollo nacional.

Este servicio buscará mejorar su nivel y calidad de vida, sus condiciones humanas, ecológicas, de vivienda y trabajo. Se desarrollará la formación técnica en actividades agrícolas, pecuarias, pesqueras, forestales, industriales, agroindustriales y otras.

## **CAPÍTULO IV EDUCACIÓN PARA PERSONAS CON LIMITACIONES O CON CAPACIDADES EXCEPCIONALES**

**Artículo 80.-** El Gobierno Nacional por medio del sistema educativo nacional garantizará la formación básica de:

- a) personas con características educativas individuales significativamente diferentes de las de sus pares; y,
- b) personas con necesidades educativas especiales: superdotados, con dificultades de aprendizaje, con trastornos de conducta, con trastornos de lenguaje y otros.

**Artículo 81.-** Esta modalidad educativa se orientará al desarrollo del individuo en base a su potencial para la adquisición de habilidades que permitan su realización personal y su incorporación activa a la sociedad. En la medida de lo posible se realizará en forma integrada dentro de las instituciones educativas comunes.

**Artículo 82.-** El contenido especial de los programas de estos servicios, y su orientación técnico-pedagógica, así como el sistema de evaluación y promoción, serán aprobados por el Ministerio de Educación y Cultura.

**Artículo 83.-** El personal docente de esta modalidad educativa deberá contar con una formación especializada.

**Artículo 84.-** El Gobierno Nacional establecerá la política para la prevención, el diagnóstico precoz y el tratamiento de las personas con necesidades especiales. Apoyará igualmente la preparación de la familia y la concientización de la comunidad para favorecer la integración de los excepcionales.

**CAPÍTULO V**  
**EDUCACIÓN PARA LA REHABILITACIÓN SOCIAL**  
**Y PREVENCIÓN DE ADICCIONES**

**Artículo 85.-** La educación para la rehabilitación social será parte integrante del sistema educativo nacional; comprende la educación formal, no formal y refleja, y requiere métodos didácticos, contenidos y procesos pedagógicos acordes con la situación de los educandos.

El Ministerio de Educación y Cultura coordinará este servicio conjuntamente con otros ministerios afectados en estos problemas y apoyará los servicios de las organizaciones privadas que trabajan en este campo.

**Artículo 86.-** La educación para la prevención del uso indebido de drogas será también parte integrante del servicio educativo. Abarcará programas educativos, destinados a personas no adictas de la comunidad educativa, pertenezcan éstas a grupos de riesgo o no. Estos programas harán especial énfasis en el sector infanto-juvenil.

**CAPÍTULO VI**  
**LA EDUCACIÓN MILITAR Y LA EDUCACIÓN POLICIAL**

**Artículo 87.-** La educación militar y la educación policial se rigen por las disposiciones de leyes para las Fuerzas Armadas y Policiales, en consonancia con los preceptos de la presente ley.

El reconocimiento oficial, la homologación y la convalidación de grados y títulos académicos y profesionales de las Fuerzas Armadas y Policiales se regirán por las disposiciones legales.

**CAPÍTULO VII**  
**EDUCACIÓN PARA MINISTROS DE CULTO**

**Artículo 88.-** La educación para la formación de ministros de culto de las iglesias y comunidades religiosas, reconocidas oficialmente en el registro del Viceministerio de Culto, se regirá por las normas que dicten sus propias autoridades competentes y las disposiciones de esta ley que le sean aplicables.

El reconocimiento oficial, la homologación y la convalidación de grados y títulos académicos se regirán por las disposiciones legales.

**TÍTULO VI**  
**ORGANIZACIÓN Y ADMINISTRACIÓN DEL SISTEMA EDUCATIVO NACIONAL**  
**CAPÍTULO I**  
**EL MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CULTURA**

**Artículo 89.-** El gobierno, la organización y la administración del sistema educativo nacional son responsabilidad del Poder Ejecutivo, en coordinación con los gobiernos departamentales y municipales.

**Artículo 90.-** El Poder Ejecutivo por medio del Ministerio de Educación y Cultura asegurará el efectivo cumplimiento de esta ley y deberá:

- a) formular las políticas, establecer las metas y aprobar los planes de desarrollo del sector a corto, mediano y largo plazo, en coordinación con el Consejo Nacional de Educación y de acuerdo con las leyes emanadas del Poder Legislativo;
- b) promover la descentralización de los servicios educativos, apoyando y asesorando a los gobiernos departamentales y municipales;
- c) dirigir la administración del sistema educativo nacional y coordinar mediante el Viceministerio de Educación y el de Cultura, además de las direcciones generales y departamentos ministeriales u organismos que hagan sus veces, las acciones y programas educativos y culturales del Estado;
- d) estimular y desarrollar programas de investigación educativa, científica y tecnológica, en coordinación con los programas de las universidades, de los institutos superiores, de organismos

específicos oficiales y centros privados de investigación;  
 e) gestionar programas de cooperación técnica y financiera nacionales e internacionales para promover la calidad de la educación;  
 f) promover el uso de los medios de comunicación social, oficiales y privados, para la extensión cultural y la difusión de programas de educación formal, no formal y refleja o informal; y,  
 g) elaborar cada año una memoria sobre el proceso y situación de la educación, recogiendo la evaluación del sistema educativo nacional.

**Artículo 91.-** La autoridad superior del ramo es el ministro responsable de la organización y funcionamiento del Ministerio de Educación y Cultura. Sus atribuciones y deberes son:  
 a) definir y desarrollar las políticas de educación y cultura, integradas con las de la juventud y deportes, de acuerdo con los principios previstos en la Constitución Nacional y en esta ley;  
 b) aprobar los proyectos, planes y programas oficiales que deben aplicarse a nivel nacional. Los planes departamentales y municipales que en todos los casos no podrán contradecir los planes nacionales, solo serán aprobados previo dictamen del Ministerio de Educación y Cultura;  
 c) crear o clausurar instituciones o establecimientos del Estado, destinados a las actividades de su ramo, de acuerdo con los reglamentos respectivos y las leyes pertinentes; y,  
 d) coordinar las actividades de educación públicas desde su propio ministerio o desde cualquier otro ministerio de la administración del Estado.

## SECCIÓN I EL CONSEJO NACIONAL DE EDUCACIÓN Y CULTURA

**Artículo 92.-** El Consejo Nacional de Educación y Cultura es el órgano responsable de proponer las políticas culturales, la reforma del sistema educativo nacional y acompañar su implementación en la diversidad de sus elementos y aspectos concernientes.

**Artículo 93.-** Compete al Ministerio de Educación y Cultura y al Consejo Nacional de Educación y Cultura garantizar la continuidad de los planes de educación a mediano y largo plazo, así como asegurar la coherencia y coordinación entre todas las instancias administrativas e instituciones del Estado que prestan servicios de educación y cultura.

**Artículo 94.-** Se regirá por la presente ley y los reglamentos que se dicten, debiendo actuar en estrecha relación con el Ministerio de Educación y Cultura, así como con otras instituciones oficiales que actúan en el campo de la educación. Gozará de autonomía funcional.

**Artículo 95.-** El Consejo Nacional de Educación y Cultura tendrá como objetivos principales:  
 a) participar en la formulación de la política cultural y educativa nacional, en diálogo con el Ministro de Educación y Cultura y presentándole formalmente sus propuestas;  
 b) cooperar en su ejecución a corto, mediano y largo plazo;  
 c) colaborar para la coordinación entre los diferentes sectores y niveles de las diversas instancias administrativas, que se ocupan de la educación y la cultura; y,  
 d) evaluar periódicamente e informar al Poder Ejecutivo y al Poder Legislativo sobre la situación y evolución del sistema educativo nacional, por los conductos correspondientes.

**Artículo 96.-** Son funciones principales del Consejo Nacional de Educación y Cultura:

- a) asesorar en lo atinente a la implementación de la política educativa y cultural del país;
- b) proponer al Ministro de Educación y Cultura las acciones y medios que ayuden a la corrección de los defectos del sistema, a la solución de los problemas, y a desarrollar y mejorar la educación en todo el país;
- c) elaborar y actualizar los diagnósticos de la situación general de la educación y la cultura;
- d) acompañar la actualización permanente de la educación;
- e) dictaminar sobre el desarrollo de las instituciones de educación superior; y,



f) asesorar en la formulación de la política nacional referente a la investigación científica y tecnológica, en coordinación con los organismos competentes.

**Artículo 97.-** Los miembros del Consejo Nacional de Educación y Cultura serán doce, elegidos por su idoneidad, honestidad y relevancia intelectual, entre especialistas de nivel superior en la ciencia de la educación y del ámbito de la cultura, así como de otros profesionales de diversos ramos relacionados con la educación y la cultura, que se destaquen por su aporte a las mismas.

**Artículo 98.-** El Ministro de Educación y Cultura es miembro nato de dicho Consejo y lo preside durante el tiempo que permanezca en el ejercicio de sus funciones en el Ministerio.

**Artículo 99.-** Los miembros del Consejo Nacional de Educación y Cultura serán elegidos y renovados parcial y sucesivamente cuatro cada tres años, siendo elegidos ellos por el Presidente de la República, oído el parecer de las Comisiones de Cultura y Educación de ambas Cámaras del Congreso Nacional.

**Artículo 100.-** Los miembros del Consejo Nacional de Educación y Cultura que no sean funcionarios a sueldo del Estado, serán retribuidos con sueldos fijados en el Presupuesto General de Gastos de la Nación.

**Artículo 101.-** El Consejo Nacional de Educación y Cultura elaborará anualmente el presupuesto de gastos para su funcionamiento, que será incluido en el Presupuesto anual del Ministerio de Educación y Cultura. Dicho Ministerio le proveerá de toda la información, medios y recursos necesarios para el cumplimiento de sus objetivos y funciones.

**Artículo 102.-** El Consejo Nacional de Educación y Cultura dictará su propio reglamento interno.

## SECCIÓN II

### EL VICEMINISTERIO DE EDUCACIÓN

**Artículo 103.-** El Viceministro de Educación, bajo las directivas del Ministro de Educación y Cultura, será responsable de ejecutar y administrar las políticas del Estado para la educación y el desarrollo educativo del país, coordinando y animando todos los servicios educativos, sean públicos o privados.

**Artículo 104.-** El Viceministro de Educación tiene como funciones:

- a) asesorar técnicamente al Ministro de Educación y Cultura en los aspectos de su competencia y proponer las políticas educativas, que han de implementarse a corto, mediano y largo plazo;
- b) coordinar las estrategias, priorizar los planes y administrar la gestión de la educación nacional, a través de las direcciones generales y los departamentos o unidades bajo su responsabilidad;
- c) evaluar, supervisar y controlar las tareas encomendadas a las direcciones generales y departamentos ministeriales o unidades bajo su responsabilidad;
- d) presidir las sesiones con los directores generales y directores de departamentos del Viceministerio y participar de las sesiones de trabajo técnico con el Consejo Nacional de Educación y Cultura o en otras sesiones de trabajo encomendadas por el Ministro de Educación y Cultura;
- e) en ausencia del Ministro de Educación y Cultura, firmará los acuerdos o convenios en nombre de la Institución, y lo representará en aquellos eventos que el mismo lo designe;
- f) coordinar la comunicación entre las direcciones generales, departamentos ministeriales y unidades administrativas dependientes del Viceministerio de Educación;

- g) velar por el cumplimiento de las disposiciones referentes al ámbito educativo; y,
- h) mantener permanente comunicación con el Viceministerio de Cultura, el de la Juventud y el Consejo Nacional de Deportes, con el objeto de coordinar su trabajo.

### **SECCIÓN III**

#### **EL VICEMINISTERIO DE CULTURA**

**Artículo 105.-** El Ministerio de Educación y Cultura, mediante el Viceministerio de Cultura será responsable de la formulación y administración de las políticas culturales a nivel nacional.

**Artículo 106.-** El Viceministerio de Cultura contará con un Consejo Asesor de Cultura, nombrado por decreto del Poder Ejecutivo, a propuesta del Viceministro.

Dicho Consejo prestará asesoramiento en todo lo concerniente al ámbito cultural, propondrá planes y acciones de desarrollo y promoverá la animación y coordinación de los diferentes exponentes de quehacer cultural.

**Artículo 107.-** El Viceministerio de Cultura tendrá definidas sus responsabilidades, funciones, acciones y administración por una ley nacional de cultura, en consonancia con la presente ley.

### **SECCIÓN IV**

#### **ESTRUCTURA DEL MINISTERIO:**

#### **VICEMINISTERIOS, DIRECCIONES, DEPARTAMENTOS, UNIDADES TÉCNICAS Y ADMINISTRATIVAS Y SUS FUNCIONES**

**Artículo 108.-** La Ley Orgánica del Ministerio de Educación y Cultura establecerá la estructura general del mismo, la creación de otros viceministerios que fueren necesarios, así como las direcciones u órganos y sus respectivas funciones.

### **SECCIÓN V**

#### **LA SUPERVISIÓN EDUCATIVA**

**Artículo 109.-** El Ministerio de Educación y Cultura tiene la responsabilidad de la supervisión educativa para inspección y apoyo administrativo y técnico pedagógico de las instituciones públicas y privadas.

La supervisión será ejercida por supervisores de control y apoyo administrativo y supervisores de apoyo técnico pedagógico. El Ministerio de Educación y Cultura reglamentará el ejercicio de dichas funciones.

**Artículo 110.-** El supervisor será designado por concurso público y durará en el cargo seis años, pudiendo ser reelecto.

### **SECCIÓN VI**

#### **ORGANISMOS E INSTITUCIONES DEPENDIENTES DEL MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CULTURA**

**Artículo 111.-** El Ministerio de Educación y Cultura reglamentará las instituciones y organismos que dependen del mismo.

### **CAPÍTULO II**

#### **LAS ACTIVIDADES EDUCATIVAS DE LOS GOBIERNOS DEPARTAMENTALES Y DE LOS MUNICIPIOS**

**Artículo 112.-** El Ministerio de Educación y Cultura y los gobiernos departamentales y municipales establecerán el modo de coordinación de los servicios de educación y cultura que corresponda a cada una de ellas según su jurisdicción, en consonancia con los términos de esta ley.

### CAPÍTULO III

#### LOS CONSEJOS DEPARTAMENTALES DE EDUCACIÓN

**Artículo 113.-** El Ministerio de Educación y Cultura creará Consejos Departamentales de Educación en todos los departamentos del país, en coordinación con las gobernaciones.

### TÍTULO VII

#### RÉGIMEN ESCOLAR

### CAPÍTULO I

#### EL AÑO LECTIVO: ADMISIÓN Y MATRÍCULA

**Artículo 114.-** El año lectivo, en la educación escolar básica, media y profesional tendrá como mínimo doscientos días laborales contando cada día con no menos de cuatro horas en los cuales no se incluyen los días de exámenes.

**Artículo 115.-** El Ministerio de Educación y Cultura determinará los aspectos relativos a la administración escolar en los centros educativos públicos y concertará con los centros educativos privados sobre los aspectos que, según las leyes vigentes, requieren de aprobación ministerial. Fijará las fechas de admisión y matrícula de los centros educativos públicos, el calendario anual y el horario de trabajo diario para los diversos turnos y definirá los períodos escolares y los días de descanso. Atenderá siempre con la diversidad de circunstancias, características y ciclos de producción y cosecha agrícola de los departamentos.

**Artículo 116.-** La admisión de los alumnos en los diversos niveles y modalidades del sistema educativo nacional se regirá por esta ley y los reglamentos correspondientes. Las instituciones privadas podrán agregar en su reglamento interno las condiciones que estimen convenientes de acuerdo con las características educativas de la institución.

### CAPÍTULO II

#### LOS CURRÍCULOS, PLANES Y PROGRAMAS

**Artículo 117.-** El Ministerio de Educación y Cultura diseñará los lineamientos generales de los procesos curriculares, definiendo los mínimos exigibles del currículo común para el ámbito nacional. En su decisión tendrá en cuenta la descentralización, la necesidad de la pertinencia curricular y el derecho de las comunidades educativas.

En la elaboración de los planes y programas el Ministerio consultará especialmente a los gobiernos departamentales y a las instituciones educativas públicas y privadas.

### CAPÍTULO III

#### DE LA EVALUACIÓN EDUCACIONAL

**Artículo 118.-** El Ministerio de Educación y Cultura establecerá sistemas de evaluación de la educación, tanto a los que corresponda a la educación de régimen general, como a la educación de régimen especial. Tendrá por objeto velar por el cumplimiento de los fines y la calidad de la educación.

### CAPÍTULO IV

#### LA ORIENTACIÓN Y EL BIENESTAR ESTUDIANTIL

**Artículo 119.-** La orientación educacional es un derecho del alumno, estará incluida en la actividad educativa de cada centro. Será ejercida por educadores orientadores, cuyas funciones estarán definidas por su reglamento correspondiente.

**Artículo 120.-** El Ministerio de Educación y Cultura celebrará acuerdos con museos, bibliotecas, instituciones de carácter cultural, científico, artístico, deportivo y recreativo, con el objeto de facilitar la participación de los estudiantes.

## CAPÍTULO V

### RECONOCIMIENTO, CERTIFICADOS Y TÍTULOS OFICIALES

**Artículo 121.-** El Ministerio de Educación y Cultura reconocerá los correspondientes certificados o títulos expedidos en las condiciones previstas por la presente ley por las instituciones educativas públicas y privadas a los alumnos que hubiesen cumplido con la totalidad de las exigencias prescriptas para todos los grados o niveles del sistema educativo nacional.

**Artículo 122.-** El Ministerio de Educación y Cultura reglamentará el reconocimiento, homologación o convalidación de los títulos obtenidos en el país o en otros países.

**Artículo 123.-** Las instituciones de educación no formal podrán expedir certificados que reflejen el reconocimiento de los estudios y capacidades adquiridas en su correspondiente proceso de educación.

**Artículo 124.-** El Ministerio de Educación y Cultura tendrá a su cargo lo concerniente al registro y control de títulos y certificados de estudios, con el fin de garantizar su validez y poder otorgar la certificación y titulación oficial o facilitar otras credenciales de carácter académico.

## TÍTULO VIII

### LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD EDUCATIVA

#### CAPÍTULO I

#### DE LOS EDUCANDOS

#### SECCIÓN I

#### DERECHOS Y OBLIGACIONES

**Artículo 125.-** Son derechos del alumno:

- a) ser respetado en su dignidad, en su libertad de conciencia y en todos sus otros derechos, según estado y edad;
- b) recibir una educación de calidad con el objeto de que pueda alcanzar el desarrollo de sus conocimientos, habilidades y valores con sentido de responsabilidad y solidaridad social;
- c) recibir orientación social, académica, vocacional, laboral y profesional, que posibiliten su inserción en la sociedad, en el mundo del trabajo o en la prosecución de sus estudios;
- d) integrar libremente asociaciones, cooperativas, clubes, centros estudiantiles u otras organizaciones comunitarias, legalmente constituidas;
- e) ser evaluado en sus desempeños y logros, así como solicitar y recibir información de tales evaluaciones por sí mismo y/o por sus padres o tutores según la edad;
- f) ser atendido y desarrollar sus actividades educativas en edificios que respondan a las normas mínimas de sanidad y seguridad, y que cuenten con las instalaciones y equipamiento que posibiliten la calidad de las relaciones humanas y del servicio educativo; y,
- g) ser beneficiado con becas y otras ayudas.

**Artículo 126.-** Es deber del alumno el estudio, cumpliendo con las exigencias que determine la ley y los reglamentos.

#### SECCIÓN II

#### LAS ORGANIZACIONES ESTUDIANTILES

**Artículo 127.-** Las organizaciones estudiantiles de educación escolar básica y media se regirán por estatutos aprobados por las autoridades de la institución.

**Artículo 128.-** Los representantes y autoridades elegidas entre los alumnos tendrán como función el promover el cumplimiento de los derechos y deberes de los educandos como miembros de la comunidad educativa.

## **CAPÍTULO II**

### **DE LOS PADRES O TUTORES DE LOS EDUCANDOS**

#### **SECCIÓN I**

#### **RESPONSABILIDADES, DERECHOS Y OBLIGACIONES**

**Artículo 129.-** Los padres o tutores de alumnos tienen derecho a:

- a) ser reconocidos como agentes naturales y primarios de la educación;
- b) que sus hijos o menores bajo su tutela reciban la educación escolar básica y que ésta sea gratuita. En caso de que se trate de hijos o menores bajo su tutela en situación excepcional, deberán recibir educación especial;
- c) elegir para sus hijos o menores bajo su tutela la institución educativa cuya orientación responda a sus convicciones filosóficas, éticas o religiosas;
- d) asociarse y organizarse como cuerpo colegiado de padres y tutores con el objeto de colaborar con el Estado y con el resto de la comunidad educativa en la mejor formación de los alumnos; y,
- e) ser informados y orientados en forma periódica acerca de la evolución, evaluación y resultados del proceso educativo de sus hijos o menores bajo su tutela.

**Artículo 130.-** Los padres o tutores están obligados a:

- a) que sus hijos o menores bajo su tutela reciban la educación escolar básica obligatoria;
- b) colaborar con las autoridades y demás miembros de la comunidad educativa institucional para el mejor desarrollo de los planes, programas y actividades educativas, respetando la responsabilidad profesional del docente;
- c) acompañar y apoyar la evolución del proceso educativo de sus hijos o menores en tutoría; y,
- d) respetar y hacer respetar a sus hijos o menores en tutoría, las normas de convivencia de la institución educativa.

## **CAPÍTULO III**

### **DE LOS EDUCADORES**

#### **SECCIÓN I**

#### **LA FORMACIÓN Y PERFECCIONAMIENTO**

**Artículo 131.-** Se reconoce el carácter profesional de los educadores. Los mismos deberán ser egresados de los centros de formación docente, institutos superiores o universidades, con planes y programas de formación o perfeccionamiento en ciencias de la educación, que responden a los niveles y requisitos exigidos por las autoridades y las leyes o reglamentos competentes.

**Artículo 132.-** El Ministerio de Educación y Cultura establecerá programas permanentes de actualización, especialización y perfeccionamiento profesional de los educadores.

#### **SECCIÓN II**

#### **EL EJERCICIO DE LA PROFESIÓN DE EDUCADOR**

**Artículo 133.-** El ejercicio de la profesión de educador estará a cargo de personas de reconocido comportamiento ético y de idoneidad comprobada, provistas de título profesional correspondiente, conforme a lo prescrito en la legislación correspondiente.

**Artículo 134.-** En caso de no contarse con personal titulado en educación, se podrán designar interinamente para los cargos, a personas de reconocida solvencia intelectual, previo el cumplimiento de lo establecido para la selección del personal.

**Artículo 135.-** Los educadores tienen derecho a:

- a) un tratamiento social y económico acorde con su función;
- b) ingresar al ejercicio de la profesión mediante un sistema de concursos;
- c) ascender en la carrera docente, atendiendo a sus méritos y su actualización profesional;
- d) ejercer su profesión sobre la base de la libertad de enseñanza, en el marco de las normas pedagógicas y curriculares establecidas por la autoridad competente;
- e) ejercer su profesión en edificios escolares que reúnan las condiciones mínimas de seguridad, salubridad e idoneidad para su función, de acuerdo a las exigencias de la calidad de vida y educación;
- f) recibir los beneficios de la seguridad social para sí y su familia y los de la jubilación;
- g) asociarse y participar en organizaciones gremiales y sindicales; y,
- h) los deberes contemplados en las leyes laborales y el Estatuto del Personal de la Educación.

**Artículo 136.-** Son deberes de los profesionales de la educación:

- a) acatar las normas del sistema educativo nacional, las de convivencia y el reglamento interno de la institución en que se integran;
- b) respetar la dignidad, la integridad y la libertad de los alumnos y de los demás miembros de la comunidad educativa, en el marco de la convivencia;
- c) colaborar solidariamente en los proyectos, programas y actividades de la comunidad educativa;
- d) desarrollar su formación y actualizarse permanentemente en el ámbito de su profesión; y,
- e) los deberes contemplados en las leyes laborales y el Estatuto del Personal de la Educación.

### **SECCIÓN III**

#### **EL ESTATUTO DEL PERSONAL DE LA EDUCACIÓN**

**Artículo 137.-** El estatuto del personal de la educación será definido en una ley especial acorde con esta ley.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DEL PERSONAL ADMINISTRATIVO Y AUXILIAR DE LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS**

### **SECCIÓN I**

#### **RESPONSABILIDADES Y FUNCIONES**

**Artículo 138.-** El director es la autoridad responsable de la institución educativa, y quien la dirige y administra.

Las instituciones educativas contarán con personal administrativo y auxiliar competente e idóneo. Sus funciones, derechos y obligaciones quedarán definidos en las leyes, estatutos y reglamentos correspondientes.

## SECCIÓN II

### LAS ASOCIACIONES DEL PERSONAL ADMINISTRATIVO Y AUXILIAR

**Artículo 139.-** El personal administrativo y auxiliar podrá asociarse, agremiarse o sindicalizarse atendiendo el ámbito de sus intereses, funciones y responsabilidades, de acuerdo con las leyes laborales vigentes.

## TÍTULO IX

### LOS ESTABLECIMIENTOS EDUCATIVOS

#### CAPÍTULO I

##### DEFINICIÓN Y CARACTERÍSTICAS DE LOS ESTABLECIMIENTOS EDUCATIVOS

**Artículo 140.-** Las instituciones educativas privadas para ser oficialmente reconocidas, deberán tener licencia de funcionamiento otorgado por el Ministerio de Educación y Cultura y disponer de instalaciones físicas, estructura administrativa y medios educativos adecuados.

**Artículo 141.-** El Ministerio de Educación y Cultura, establecerá los requisitos mínimos de infraestructura, pedagogía, administración, financiación y dirección necesarios para dicho reconocimiento de acuerdo a los principios democráticos, en diálogo con las instituciones educativas privadas.

**Artículo 142.-** El Ministerio de Educación y Cultura podrá autorizar a institutos superiores, universidades u otras instituciones privadas de reconocido nivel científico, la creación de centros educativos que exploren e investiguen la aplicación de nuevos paradigmas pedagógicos.

En dichos casos el Ministerio podrá otorgar el reconocimiento para la concesión de títulos oficiales.

#### CAPÍTULO II

##### LA COMUNIDAD EDUCATIVA DE LOS ESTABLECIMIENTOS DE EDUCACIÓN INICIAL, EDUCACIÓN ESCOLAR BÁSICA Y MEDIA

**Artículo 143.-** La dirección del establecimiento o institución educativa promoverá la organización de la asociación de padres y la de alumnos, y apoyará la creación de la asociación de educadores profesionales de la institución, así como la del personal administrativo y auxiliar, con criterios y prácticas educativas democráticas.

**Artículo 144.-** Las asociaciones citadas en el artículo anterior, integradas participativamente en la institución como comunidad educativa, podrán contribuir al mantenimiento y desarrollo de la institución y a mejorar la calidad de la educación.

## TÍTULO X

### FINANCIACIÓN DE LA EDUCACIÓN

#### CAPÍTULO I

##### RECURSOS ESTATALES

**Artículo 145.-** La asignación presupuestaria para la educación, en ningún caso podrá ser menor al veinte por ciento del Presupuesto General de Gastos de la Nación.

El Estado, por medio de dicho presupuesto, proveerá los bienes y recursos necesarios para:

- a) el funcionamiento del Ministerio de Educación y Cultura y el Consejo Nacional de Educación y Cultura, la investigación educativa y los demás servicios del Ministerio;
- b) el funcionamiento, equipamiento, mantenimiento y desarrollo de los establecimientos educativos públicos;
- c) la creación de nuevas instituciones educativas públicas;

d) el crecimiento vegetativo del sistema educativo nacional en el ámbito de la educación formal, de la no formal y de la refleja;

e) las ayudas convenidas a las instituciones privadas, en lo previsto en esta ley; y,

f) cuanto sea necesario para el desarrollo educativo sostenible y la actualización permanente de las educadoras y educadores y del sistema educativo nacional en general.

**Artículo 146.-** El sistema educativo nacional contará además con los aportes oficiales de las gobernaciones y de los municipios, de acuerdo a las políticas de descentralización y la administración de sus presupuestos.

**Artículo 147.-** El Ministerio de Educación y Cultura con acuerdo del Ministerio de Hacienda podrá vender a terceros, documentos de información o materiales de recursos didácticos de propia producción.

**Artículo 148.-** En la asignación de recursos se dará prioridad a la educación de los sectores marginales de la población, al sector rural, a las áreas urbanas marginales y a las zonas fronterizas.

## CAPÍTULO II

### FINANCIACIÓN DE INSTITUCIONES EDUCATIVAS PÚBLICAS DE GESTIÓN PRIVADA

**Artículo 149.-** El Estado, por la mediación del Ministerio de Educación y Cultura, buscará y concertará con las instituciones educativas privadas que cumplen la función social del servicio educativo a comunidades y ciudadanos con necesidades básicas insatisfechas, el modo de financiar y de hacer realidad para ellos la gratuidad de la educación escolar básica.

**Artículo 150.-** Las instituciones educativas privadas estarán exentas de todo tipo de tributos.

Las mismas podrán presentar anualmente al Ministerio de Educación y Cultura sus solicitudes de fondo para becas a personas de menores recursos o características intelectuales excepcionales para su consideración en el Presupuesto de Educación.

## CAPÍTULO III

### RECURSOS DE LA COMUNIDAD EDUCATIVA

**Artículo 151.-** El reglamento interno o las normas de convivencia de cada institución y los estatutos correspondientes de las asociaciones de padres, profesores administrativos, alumnos de la comunidad educativa institucional, determinarán el modo de administración y uso de los fondos y recursos que puedan aportar los miembros de tales asociaciones a la institución y el sistema de contraloría de los mismos.

**Artículo 152.-** Las donaciones privadas que se destinen a la educación se considerarán gasto público social y podrán ser deducidos de impuestos.

**Artículo 153.-** Las empresas deberán dar facilidades a sus trabajadores en orden a su capacitación y perfeccionamiento profesional.

El Ministerio de Educación y Cultura creará programas especiales y formalizará convenios con empresas a objeto de obtener su cooperación para instituciones educativas, programas de pasantías para educación técnica, capacitación en sistema dual, actividades culturales e investigación científica.

## CAPÍTULO IV

### ESTÍMULOS ESPECIALES

**Artículo 154.-** El Estado establecerá por medio de sus instituciones estímulos y apoyos creando líneas de crédito, donaciones, becas para alumnos y educadores profesionales, especialmente para aquellos que trabajan en zonas de incomodidad relativa.

**Artículo 155.-** El Estado establecerá estímulos para las instituciones educativas públicas y privadas, y para centros de educación no formal, con destino a programas de:



- a) investigación en la cultura, la educación, la ciencia y la tecnología;
- b) ampliación de cobertura educativa presencial o a distancia;
- c) construcción, adecuación de infraestructuras, instalaciones deportivas y artísticas;
- d) creación o mejora de bibliotecas, talleres y laboratorios; y,
- e) materiales y equipos didácticos;

Sobre todo cuando se trata de servicios de carácter solidario, comunitario y cooperativo con sectores marginales o para comunidades del sector rural, áreas urbanas marginales y zonas fronterizas.

**Artículo 156.-** El Ministerio de Educación y Cultura implementará el sistema de becas oficiales de perfeccionamiento en el exterior dedicadas a la investigación y a la docencia.

## **TÍTULO XI**

### **DISPOSICIONES TRANSITORIAS Y COMPLEMENTARIAS**

**Artículo 157.-** El actual Consejo Asesor de la Reforma Educativa asumirá transitoriamente las funciones del Consejo Nacional de Educación y Cultura.

**Artículo 158.-** Los miembros del Consejo Nacional de Educación y Cultura serán designados según se establece en el artículo correspondiente, a partir del principio del período legislativo de 1998.

**Artículo 159.-** Las instituciones actualmente dependientes del Ministerio de Educación y Culto que no estuviesen mencionadas en esta ley, seguirán dentro de la estructura de dicho Ministerio de Educación y Cultura hasta tanto las leyes determinen los nuevos términos de su vinculación en el ámbito de la función pública del Estado.

**Artículo 160.-** Deróganse todas las disposiciones legales contrarias a la presente ley.

**Artículo 161.-** Comuníquese al Poder Ejecutivo.

Aprobado el Proyecto de Ley por la Honorable Cámara de Diputados, a veintiún días del mes de abril del año un mil novecientos noventa y ocho, y por la Honorable Cámara de Senadores, a catorce días del mes de mayo del año un mil novecientos noventa y ocho, quedando sancionado el mismo, de conformidad con lo dispuesto en el Artículo 207, numeral 1 de la Constitución Nacional.

Figura 07: Ley da Educación Superior.

## **LEY N° 4995**

### **DE EDUCACION SUPERIOR**

#### **EL CONGRESO DE LA NACION PARAGUAYA SANCIONA CON FUERZA DE LEY**

#### **TITULO I**

#### **DEL MARCO Y LAS INSTITUCIONES DE LA EDUCACION SUPERIOR**

#### **CAPITULO I**

#### **DEL OBJETO DE LA LEY, OBJETO DE LA EDUCACION SUPERIOR Y LAS INSTITUCIONES QUE LA INTEGRAN**

## SECCION I OBJETO DE LA LEY

**Artículo 1°.-** El objeto de la presente Ley es regular la educación superior como parte del sistema educativo nacional, definir los tipos de instituciones que lo integran, establecer sus normativas y los mecanismos que aseguren la calidad y la pertinencia de los servicios que prestan las instituciones que lo conforman, incluyendo la investigación.

## SECCION II DE LA DEFINICION Y OBJETO DE LA EDUCACION SUPERIOR

**Artículo 2°.-** La educación superior es la que se desarrolla en el tercer nivel del sistema educativo nacional, con posterioridad a la educación media. Tiene por objeto la formación personal, académica y profesional de los estudiantes, así como la producción de conocimientos, el desarrollo del saber y del pensamiento en las diversas disciplinas y la extensión de la cultura y los servicios a la sociedad. La educación superior es un bien público y, por ende, es un factor fundamental para el desarrollo del país, en democracia y con equidad.

## SECCION III DE LAS INSTITUCIONES QUE INTEGRAN LA EDUCACION SUPERIOR

**Artículo 3°.-** Son instituciones de educación superior las universidades, los Institutos Superiores y los institutos de formación profesional del tercer nivel. Estos últimos comprenden los institutos de formación docente y los institutos técnicos profesionales.

## CAPITULO II DE LAS RESPONSABILIDADES

### SECCION I DE LAS RESPONSABILIDADES DEL ESTADO

**Artículo 4°.-** Como bien público, la Educación Superior es responsabilidad del Estado, en cuanto a su organización, administración, dirección y gestión del sistema educativo nacional. El Estado reconoce y garantiza el derecho a la educación superior como un derecho humano fundamental para todos aquellos que quieran y estén en condiciones legales y académicas para cursarla.

### SECCION II DE LOS PRINCIPIOS DE LA EDUCACION SUPERIOR

**Artículo 5°.-** La educación superior se regirá por los siguientes principios y lo establecido en la Ley General de Educación y son:

- a. La identidad y cultura nacionales.
- b. El respeto a toda persona, su dignidad y sus derechos humanos.
- c. La libertad de opinión y el pluralismo cultural, ideológico, político y religioso.
- d. La democracia, el estado social de derecho y la solidaridad.
- e. El rigor científico y la responsabilidad ética en la búsqueda, construcción y transferencia del conocimiento.
- f. La creatividad, la criticidad, la integridad y la responsabilidad.
- g. La igualdad de oportunidades y de condiciones en el acceso a los beneficios de la educación superior.
- h. La rendición de cuentas al Estado.
- i. La cooperación y solidaridad entre los seres humanos, las organizaciones y las naciones.
- j. La actitud abierta a la innovación y a las exigencias de los cambios.
- k. La pertinencia y coherencia de los programas para el fortalecimiento del desarrollo nacional.
- l. El respeto a la interculturalidad, la multiculturalidad, el pluralismo étnico y lingüístico de la nación paraguaya.

### **SECCION III DE LOS OBJETIVOS DE LA EDUCACION SUPERIOR**

**Artículo 6°.-** Son objetivos de la educación superior:

- a. Formar profesionales y líderes competentes con pensamiento creativo y crítico, con ética y conciencia social.
- b. Ofrecer una formación científica, humanística y tecnológica del más alto nivel académico.
- c. Investigar y capacitar para la investigación y el pensamiento teórico a los estudiantes, contribuyendo al desarrollo científico, tecnológico y cultural de la sociedad.
- d. Extender los conocimientos, servicios y cultura a la sociedad.
- e. Contribuir a salvaguardar y consolidar los valores que sustentan una sociedad democrática, la protección del medio ambiente, la defensa de la soberanía nacional, el respeto a los derechos humanos y la búsqueda de una sociedad más libre, justa y equitativa.
- f. Establecer y fomentar relaciones e intercambios con instituciones de otras naciones y con organismos nacionales e internacionales.

### **TITULO II DE LOS ORGANOS DE GESTION DE LA EDUCACION SUPERIOR y CERTIFICACIONES**

#### **CAPITULO I DEL CONSEJO NACIONAL DE EDUCACION SUPERIOR**

**Artículo 7°.-** El Consejo Nacional de Educación Superior es el órgano responsable de proponer y coordinar las políticas y programas para la educación superior.

### **SECCION I DE LA CONFORMACION DEL CONSEJO NACIONAL DE EDUCACION SUPERIOR**

**Artículo 8°.-** El Consejo Nacional de Educación Superior estará conformado por los siguientes miembros:

- a. El Ministro de Educación y Cultura o su representante.
- b. El Rector de la Universidad Nacional de Asunción.
- c. El Rector de la Universidad Católica.
- d. Un rector representante de la universidad pública.
- e. Un rector representante de la universidad privada.
- f. Un miembro del Consejo Nacional de Educación y Cultura.
- g. Un Director General representante de los Institutos Superiores del sector público.
- h. Un Director General representante de los Institutos Superiores del sector privado.
- i. Un catedrático por las universidades públicas.
- j. Un catedrático por las universidades privadas.
- k. Un representante del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología.
- l. Un representante estudiantil de las universidades públicas.
- m. Un representante estudiantil de las universidades privadas.

En todos los casos, los integrantes contarán con sus respectivos suplentes.

Las decisiones del Consejo Nacional de Educación Superior se toman por mayoría simple de votos, salvo disposición especial establecida en la presente Ley. En caso de empate, quien presida el Consejo Nacional de Educación Superior tendrá voto dirimente.

### **SECCION II DE LAS FUNCIONES DEL CONSEJO NACIONAL DE EDUCACION SUPERIOR**

**Artículo 9°.-** Son funciones del Consejo Nacional de Educación Superior:

- a. Velar por el cumplimiento de la garantía constitucional de la autonomía de las universidades.
- b. Proponer las políticas para el desarrollo y el funcionamiento de la educación superior, de acuerdo con los planes de desarrollo nacional.
- c. Dictaminar sobre la creación y clausura de universidades e Institutos Superiores. Los dictámenes de creación de universidades y de los Institutos Superiores tendrán carácter vinculante ante el Congreso Nacional; y deberán

fundarse en el informe técnico proporcionado por la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES).

d. Establecer criterios académicos y técnicos básicos que deberán reunir los currículos.

e. Coordinar con el Ministerio de Educación y Cultura los programas que apunten a la articulación de la educación media con la educación superior.

f. Ofrecer información pública sistemática sobre la calidad de las carreras e Instituciones de Educación Superior, sobre base de la información proporcionada por la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior.

g. Intervenir las universidades e institutos superiores, con el acuerdo de 2 (dos) tercios de la totalidad de los miembros presentes, conforme a las causales establecidas en la Ley.

h. Clausurar las filiales y carreras de las universidades e Institutos Superiores, por resolución de la mayoría absoluta de 2 (dos) tercios de sus miembros, previa comprobación, en debido proceso, de las causas alegadas y, por mayoría de las cuatro quintas partes del total de sus miembros, clausurar las universidades e Institutos Superiores, previo cumplimiento de los requisitos establecidos para la clausura de las filiales o carreras.

i. Elaborar planes y propuestas acerca de las necesidades y fuentes de financiación de la educación superior.

j. Administrar los fondos y bienes del Consejo Nacional de Educación Superior.

k. Informar anualmente al Poder Ejecutivo y al Poder Legislativo sobre la situación de la educación superior en el Paraguay.

l. Establecer los procedimientos de vinculación y articulación curricular de carreras y titulaciones de técnicos superiores para el acceso a las carreras de grado en Institutos Superiores y universidades, teniendo en cuenta las áreas de su formación académica.

m. Reglamentar los procedimientos de movilidad horizontal de los estudiantes en carreras de grado y programas de postgrado.

n. Establecer pautas sobre la nomenclatura de títulos de la educación superior.

ñ. Elaborar el régimen de inhabilidades e incompatibilidades para el ejercicio de los cargos directivos de Instituciones de Educación Superior.

o. Aplicar las sanciones respectivas en caso de incumplimiento de las exigencias previstas para la evaluación y acreditación de la educación superior, en función al informe de la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES).

p. Dictar su reglamento de organización interna y funcionamiento, así como aquellas reglamentaciones que sean necesarias para el cumplimiento de las disposiciones de la presente Ley.

### SECCION III

#### DEL PRESUPUESTO DEL CONSEJO NACIONAL DE EDUCACION SUPERIOR

**Artículo 10.-** El Consejo Nacional de Educación Superior para cumplir con sus funciones y obligaciones establecidas en esta Ley, contará con una estructura administrativa y presupuesto propio, dentro del subsistema de educación superior. El Presidente del Consejo Nacional de Educación Superior nombrará a los funcionarios, los cuales serán remunerados según el presupuesto de la entidad.

### SECCION IV

#### DEL CONSEJO EJECUTIVO

**Artículo 11.-** El Consejo Nacional de Educación Superior tendrá un Consejo Ejecutivo, que será el encargado de implementar las resoluciones emanadas de aquel e igualmente actuará como órgano de apoyo técnico, mediante la producción de estudios, análisis e información sobre la educación superior.

Estará integrado por el Presidente, Vicepresidente y el Secretario del Consejo Nacional de Educación Superior, y durarán 3 (tres) años en sus funciones. Su estructura, funciones y atribuciones constarán en el reglamento que será aprobado por el Consejo Nacional de Educación Superior.

### SECCION V

#### DE LA CONSTITUCION DEL CONSEJO NACIONAL DE EDUCACION SUPERIOR Y SU DURACION

**Artículo 12.-** El Consejo Nacional de Educación Superior quedará constituido una vez que hayan sido nominados por lo menos 2 (dos) tercios de sus miembros.

El Ministro de Educación y Cultura, el Rector de la Universidad Nacional de Asunción y el Rector de la Universidad Católica serán miembros natos. Los representantes de las universidades públicas y privadas serán designados por sus pares. Los representantes del Consejo Nacional de Educación y Cultura y del Consejo Nacional de Ciencias y Tecnología, serán nombrados por sus respectivas instituciones. Los demás serán electos por sus pares en elecciones convocadas por el Presidente del Consejo Nacional de Educación Superior.

**Artículo 13.-** Todos los miembros, a excepción de los representantes estudiantiles, durarán 3 (tres) años en sus funciones y podrán ser reelectos o designados por una sola vez, en forma consecutiva y alternadamente, en forma indefinida. Esta disposición no regirá para los miembros natos. Los representantes estudiantiles no podrán ser reelectos.

## SECCION VI DE LOS REQUISITOS PARA SER DESIGNADO O ELECTO MIEMBRO DEL CONSEJO NACIONAL DE EDUCACION SUPERIOR

**Artículo 14.-** Los requisitos para ser designado o electo miembro del Consejo Nacional de Educación Superior son:

- a. Todos los miembros del Consejo Nacional de Educación Superior deberán contar con la nacionalidad paraguaya.
  - b. Los rectores representantes de universidades públicas y privadas indicados en los incisos d) y e) del Artículo 8°, deberán pertenecer a universidades con al menos 8 (ocho) años de existencia legal.
  - c. Los directores generales representantes de institutos superiores públicos y privados indicados en los incisos g) y h) del Artículo 8°, deberán pertenecer a institutos superiores con al menos 10 (diez) años de existencia legal.
  - d. Los representantes catedráticos deberán poseer el título académico máximo, inscriptos en el Ministerio de Educación y Cultura, y contar con 10 (diez) años de experiencia en educación superior.
  - e. Los representantes de estudiantes deberán: 1. Estar debidamente matriculados y 2. Haber cursado y aprobado por lo menos el 50% (cincuenta por ciento) del total de asignaturas de su carrera de grado.
- Los representantes de estudiantes cesarán automáticamente en sus funciones una vez que obtuvieren el título de grado.

**Artículo 15.-** El Consejo Nacional de Educación Superior, una vez integrado y con la presencia de la mitad más uno de sus miembros, elegirá entre sus integrantes en elecciones con voto secreto a su Presidente, Vicepresidente y Secretario.

El Consejo Nacional de Educación Superior se reunirá regularmente al menos una vez por mes y extraordinariamente, todas las veces que sean necesarias. Para sesionar, requerirá la presencia de la mitad más uno de sus miembros y sus decisiones se tomarán por mayoría simple de votos de los miembros presentes.

## SECCION VII DEL PRESUPUESTO DEL CONSEJO NACIONAL DE EDUCACION SUPERIOR

**Artículo 16.-** El Consejo Nacional de Educación Superior para cumplir con sus funciones y obligaciones establecidas en esta Ley, contará con una estructura administrativa y presupuesto propio. Los miembros del Consejo Nacional de Educación Superior serán remunerados conforme al trabajo que desempeñen.

## CAPITULO II EL CONSEJO DE RECTORES Y DIRECTORES GENERALES, FUNCIONES Y CONFORMACION

**Artículo 17.-** El Consejo de Rectores de Universidades tiene la misión de:

- a. Representar a las universidades.
- b. Ser una instancia de diálogo entre las mismas en los temas de interés común.
- c. Colaborar con el Consejo Nacional de Educación Superior en la elaboración de políticas de educación superior, cuando este lo requiera.

**Artículo 18.-** Son funciones del Consejo de Rectores de Universidades:

- a. Promover y desarrollar acciones tendientes a fortalecer la cooperación entre las instituciones universitarias.
- b. Proponer políticas y planes para el cumplimiento de los fines de la educación universitaria.

- c. Informar sobre los temas que el Consejo Nacional de Educación Superior someta a su consideración.
- d. Contribuir al fortalecimiento de las relaciones entre las universidades y el resto del sistema educativo.
- e. Analizar y expedirse sobre la marcha de la reforma de la educación superior.
- f. Dictar su reglamento de organización interna y funcionamiento.
- g. Promover y desarrollar actividades tendientes a fortalecer el funcionamiento de las universidades.

**Artículo 19.-** El Consejo de Rectores de Universidades estará conformado por los Rectores de las universidades de gestión pública y privada. El número de miembros del Consejo será: 2 (dos) por las universidades públicas y 2 (dos) por las universidades privadas, con sus respectivos suplentes. Serán electos por sus pares en votación secreta y durarán 3 (tres) años en sus funciones, pudiendo ser reelectos en forma consecutiva por una sola vez y en forma alternada, indefinidamente.

**Artículo 20.-** Créase el Consejo de Directores Generales de Institutos Superiores. El Consejo de Directores de Institutos Superiores estará conformado por los Directores de los institutos de gestión pública y privada. El número de miembros del Consejo será: 2 (dos) por los institutos públicos y 2 (dos) por los institutos privados, con sus respectivos suplentes. Serán electos por sus pares en votación secreta y durarán 3 (tres) años en sus funciones, pudiendo ser reelectos en forma consecutiva por una sola vez y en forma alternada, indefinidamente.

**Artículo 21.-** Las funciones del Consejo de Directores Generales de los Institutos Superiores serán las mismas que las del Consejo de Rectores de Universidades. Los institutos superiores dependientes de las Fuerzas Armadas de la Nación y de la Policía Nacional no integrarán el Consejo de Directores.

### TITULO III DE LAS INSTITUCIONES DE EDUCACION SUPERIOR

#### CAPITULO I DE LAS UNIVERSIDADES

**Artículo 22.-** Son universidades las instituciones de educación superior que abarcan una multiplicidad de áreas específicas del saber en el cumplimiento de su misión de investigación, enseñanza, formación y capacitación profesional, extensión y servicio a la comunidad.

**Artículo 23.-** Las Universidades tendrán los siguientes fines:

- a. El desarrollo de la personalidad humana inspirada en los valores de la ética, de la democracia y la libertad.
- b. La enseñanza y la formación profesional.
- c. La investigación en las diferentes áreas del saber humano.
- d. La formación de una racionalidad reflexiva y crítica y de la imaginación creadora.
- e. El servicio a la colectividad en los ámbitos de su competencia.
- f. El fomento y la difusión de la cultura universal y en particular de la nacional.
- g. La extensión universitaria.
- h. El estudio de la problemática nacional.

**Artículo 24.-** Para el cumplimiento de sus fines y sobre la base del principio de la libertad de enseñanza y cátedra, las Universidades deberán:

- a. Brindar educación a nivel superior, estimulando el espíritu creativo y crítico de los profesores y estudiantes mediante la investigación científica y tecnológica, el pensamiento lógico y teórico, y el cultivo de las artes y de las letras.
- b. Formar a los profesionales, técnicos e investigadores necesarios para el país, munidos de valores trascendentes para contribuir al bienestar del pueblo.
- c. Poseer y producir bienes y prestar los servicios relacionados con sus fines.
- d. Divulgar trabajos de carácter científico, tecnológico, educativo y artístico.
- e. Formar los recursos humanos necesarios para la docencia y la investigación, y propender al perfeccionamiento y actualización de los graduados.

## SECCION I DE SU CREACION Y ORGANIZACION

**Artículo 25.-** Las universidades, tanto públicas como privadas, serán creadas por Ley a propuesta del Poder Ejecutivo o de entidades privadas o mixtas. El Congreso autorizará el funcionamiento de las mismas, previo dictamen favorable y fundado del Consejo Nacional de Educación Superior, el cual tendrá carácter vinculante, conforme lo establecido en el Artículo 9º, Inc. c) de la presente Ley.

**Artículo 26.-** La solicitud de creación de una universidad deberá estar acompañada por los siguientes documentos:

- a. Estatutos que regirán el funcionamiento de la entidad, garantizando una organización y funcionamiento adecuados al mejor desempeño de las funciones educativas que le corresponden.
- b. Los documentos justificativos del dominio y posesión de los inmuebles, edificaciones, equipos, instrumentos, materiales didácticos, y otros requerimientos necesarios en condiciones de seguridad, calidad y cantidad, necesarias para el eficiente funcionamiento de todos los planes y programas administrativos, académicos y de investigación que se describen en el proyecto.
- c. Proyecto educativo institucional, que comprenda: 1) identidad institucional, 2) fines y objetivos del centro, 3) organización, 4) normativa interna, 5) recursos humanos (docentes con habilitación pedagógica, personal técnico, administrativo y de dirección, que se harán cargo de la ejecución de los fines de la institución), 6) recursos materiales (laboratorios, equipamiento e instalaciones), 7) recursos para llevar a cabo actividades académicas: enseñanza (grado y postgrado), investigación, y extensión, según cada caso específico, el cual estará determinado por las carreras a ser implementadas.
- d. La institución educativa tendrá académicos con título de postgrado en un porcentaje a ser definido según los estándares de calidad indicados por la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES) para cada carrera.
- e. Constancia de disponibilidad y de compromiso de cada uno de los componentes del cuerpo docente propuesto.
- f. Un proyecto educativo por cada carrera a ser impartida, que contenga: 1) fundamentación, 2) objetivos (generales y específicos), 3) perfil del graduado, 4) requisitos de admisión, 5) planes y programas de estudios, 6) organización y estructura curricular, 7) sistema de evaluación, 8) requisitos de graduación, 9) recursos humanos dedicados a la carrera, 10) gestión de la carrera.
- g. Proyecto económico que demuestre las fuentes de financiamiento, la viabilidad económico-financiera, la sostenibilidad y la utilización de los recursos.
- h. Las inscripciones, certificaciones, licencias y autorizaciones que las diversas normas legales exigen a las inversiones de capital a los proyectos de obras, equipamientos.
- i. El cronograma de realización y desarrollo del proyecto educativo institucional.
- j. Todas aquellas que el Consejo Nacional de Educación Superior estime necesarias para cada caso específico.

## SECCION II PROCEDIMIENTO PARA EL TRATAMIENTO DE LA APERTURA DE UNIVERSIDADES

**Artículo 27.-** El Consejo Nacional de Educación Superior revisará el cumplimiento de los requisitos establecidos y realizará una evaluación técnica de la propuesta, a partir de la solicitud de creación y de los respectivos documentos respaldatorios.

Las solicitudes de creación que no cumplieren con los requisitos académicos, económicos, administrativos y legales correspondientes serán devueltas a los solicitantes con el dictamen que contenga los motivos del rechazo. Una vez subsanadas las falencias señaladas en el dictamen respectivo, los interesados podrán volver a presentar las solicitudes correspondientes para someterlas a una nueva consideración, una vez transcurridos 6 (seis) meses de la notificación del dictamen de rechazo.

El Consejo Nacional de Educación Superior dispondrá un plazo máximo de 1 (un) año, a partir de la presentación de los proyectos de creación de Universidades para emitir su dictamen.

**Artículo 28.-** Cumplidos los requisitos establecidos en la Ley, el Consejo Nacional de Educación Superior remitirá el informe del proyecto de creación de la universidad al Congreso Nacional, adjuntando el dictamen vinculante, para su tratamiento correspondiente.

**Artículo 29.-** Sancionada la Ley de creación de una universidad por el Congreso Nacional y promulgada por el Poder Ejecutivo, durante los primeros 5 (cinco) años desde su creación, estas solo podrán desarrollar el proyecto que fuera aprobado, no pudiendo ofrecer otras carreras, programas de postgrados, ni crear otras facultades, unidades académicas o abrir filiales que las aprobadas en su proyecto de creación.

**Artículo 30.-** Durante el período de funcionamiento inicial establecido en el artículo anterior, las universidades deberán someterse a los procesos de evaluación, establecidos por la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES).

**Artículo 31.-** Presentado el informe de evaluación, el Consejo Nacional de Educación Superior resolverá el levantamiento o no del proceso de evaluación. La institución que no reciba dicho levantamiento, tendrá un plazo adicional de 3 (tres) años para mejorar las deficiencias detectadas. Vencido dicho plazo y no enmendadas las deficiencias señaladas, el Consejo Nacional de Educación Superior dispondrá el cierre de la institución y el consiguiente retiro de la habilitación para su funcionamiento.

Los estudiantes de la universidad clausurada podrán ser admitidos en otras universidades, las cuales les reconocerán todo lo aprobado en la institución de origen, siempre y cuando las asignaturas aprobadas cumplan con los requisitos académicos de la institución receptora. Las universidades clausuradas serán responsables de los daños y perjuicios ocasionados.

El Consejo Nacional de Educación Superior reconocerá la calidad de Institución de Educación Superior, con todos los derechos y obligaciones que les otorga la ley a aquellas instituciones que hayan cumplido satisfactoriamente los requisitos que establece la Ley.

**Artículo 32.-** La apertura de una filial, o de una nueva carrera o programas de postgrado deberá ser autorizada por el Consejo Nacional de Educación Superior. Las filiales de las universidades deben cumplir los requisitos fundamentales exigidos a las respectivas sedes centrales, para que se pueda autorizar su funcionamiento.

### **SECCION III DE LA AUTONOMIA DE LAS UNIVERSIDADES**

**Artículo 33.-** La autonomía de las universidades implica fundamentalmente lo siguiente:

- a. Ejercer la libertad de la enseñanza y de la cátedra.
- b. Habilitar carreras de pre-grado, grado y programas de postgrado, cumpliendo con los requisitos establecidos en la presente Ley y previa aprobación del Consejo Nacional de Educación Superior.
- c. Formular y desarrollar planes de estudio, de investigación científica y de extensión a la comunidad.
- d. Otorgar títulos de pre-grado, grado y postgrado conforme a las condiciones que se establecen en las disposiciones vigentes.
- e. Establecer el régimen de equivalencia de planes y programas de estudios de otras instituciones.
- f. Establecer el régimen de admisión, permanencia y promoción de los estudiantes.
- g. Elaborar y reformar sus propios estatutos, los cuales deben ser comunicados al Consejo Nacional de Educación Superior.
- h. Elegir y/o designar sus autoridades conforme a sus estatutos.
- i. Establecer o modificar su estructura organizacional y administrativa.
- j. Crear facultades, unidades académicas, sedes y filiales cumpliendo con los requisitos establecidos en la presente Ley y previa aprobación del Consejo Nacional de Educación Superior.
- k. Establecer, de acuerdo con los estatutos, el régimen de acceso, permanencia y promoción de educadores e investigadores del nivel superior, valorando preferentemente la calificación académica, los méritos y competencias de los postulantes.
- l. Seleccionar y nombrar el personal de servicios administrativos; establecer su régimen de trabajo y promoción acorde con las normas vigentes.
- m. Administrar sus bienes y recursos, conforme a sus estatutos y las leyes que regulan la materia.
- n. Mantener relaciones y firmar acuerdos de carácter educativo, científico, investigativo y cultural con instituciones del país y del extranjero.
- ñ. Hacer respetar la inviolabilidad de sus recintos, salvo orden judicial.
- o. Elaborar sus presupuestos y administrar sus bienes y recursos propios en concordancia con las leyes que rigen la materia.
- p. Realizar otros actos conforme a sus fines.



#### **SECCION IV DE LA AUTARQUIA DE LAS UNIVERSIDADES PUBLICAS**

**Artículo 34.-** Las universidades públicas gozarán de autarquía financiera para generar, administrar y disponer de sus fondos, correspondientes al Presupuesto General de la Nación.

La autarquía financiera de que gozan las universidades públicas no las exime de la rendición de cuentas correspondiente a la Contraloría General de la República.

#### **SECCION V DE LOS ORGANOS DE GOBIERNO DE LAS UNIVERSIDADES**

**Artículo 35.-** Los órganos de gobierno de las universidades, su composición y atribuciones se establecerán en sus estatutos.

**Artículo 36.-** El gobierno de las universidades será presidido por un Rector de acuerdo con sus estatutos.

**Artículo 37.-** Para ser Rector de una universidad, es necesario poseer:

- a. Nacionalidad paraguaya y los requisitos que establezcan los estatutos de cada universidad.
- b. Ser de reconocida solvencia intelectual, ética, idoneidad y honestidad.
- c. Experiencia docente de un mínimo de 10 (diez) años en universidades.

En caso que las universidades establezcan la figura del Vicerrector, este deberá reunir los mismos requisitos exigidos para el Rector.

#### **SECCION VI DERECHOS Y OBLIGACIONES DE LOS EDUCADORES, INVESTIGADORES Y ESTUDIANTES DE LAS UNIVERSIDADES**

**Artículo 38.-** Para ejercer la docencia y la investigación en la educación superior universitaria, se deberá contar con:

- a. Título de grado académico registrado en el Ministerio de Educación y Cultura.
- b. Capacitación pedagógica en educación superior.
- c. Notoria capacidad científica, técnica o intelectual.
- d. Los demás requisitos establecidos en los estatutos de la universidad.

#### **DE LA CARRERA DOCENTE Y DEL INVESTIGADOR EN LA EDUCACION SUPERIOR**

**Artículo 39.-** La carrera docente y de investigador en la educación superior estará establecida en los estatutos o cartas orgánicas y reglamentos de las instituciones respectivas. En todos los casos, el acceso al ejercicio de la docencia y de la investigación, se hará por concurso público de oposición de títulos, méritos y aptitudes, en el que se valorará, preferentemente, la producción científica, el grado de actualización de sus conocimientos y competencias y su experiencia profesional. Se garantiza la libertad de cátedra.

#### **DE LA DEDICACION A LA DOCENCIA**

**Artículo 40.-** La dedicación a la docencia en la educación superior es una opción del profesional, pudiendo dedicarse a la enseñanza y/o a la investigación, o combinar el ejercicio profesional, o la investigación, con la docencia. La institución contratante podrá nombrarle con el título del escalafón docente establecido en sus estatutos, como profesor a tiempo completo o como profesor contratado.

#### **DE LOS PROFESORES DE TIEMPO COMPLETO**

**Artículo 41.-** Para incorporarse como profesor de tiempo completo, el postulante deberá someterse a un concurso público de oposición, en el que se valorará, preferentemente, la producción científica del docente, el grado de actualización de sus conocimientos, su experiencia profesional, su formación y su experiencia como docente universitario. Cada institución realizará la evaluación conforme a sus estatutos.

## DE LOS PROFESORES CONTRATADOS

**Artículo 42.-** Los profesionales que quisieran combinar el ejercicio de la docencia superior con el ejercicio profesional podrán hacerlo también, en calidad de profesores contratados. En tal caso, no será necesario someterse a concurso público de oposición para ser contratados.

En su calidad de profesionales independientes, los profesores podrán ser contratados por diferentes períodos, de acuerdo con la duración de los cursos para los que son contratados.

## DEL MINIMO DE PROFESORES DE TIEMPO COMPLETO

**Artículo 43.-** Un mínimo de 30% (treinta por ciento) respecto del total del plantel docente de cada una de las instituciones de educación superior, debe ser conformado por profesores de tiempo completo. El proceso podrá realizarse de manera gradual, considerando como plazo máximo para cumplir con el requisito exigido un período de 3 (tres) años a partir de la promulgación de la presente Ley.

## DE LA ESTABILIDAD LABORAL DE LOS DOCENTES E INVESTIGADORES

**Artículo 44.-** Los docentes e investigadores de la educación superior tienen derecho a la estabilidad laboral conforme a la legislación vigente, según sean universidades públicas o privadas, y cumplir con los siguientes requisitos:

- a. Mantenerse actualizados sobre los avances científicos y teóricos en su área del saber.
- b. Mantenerse actualizados sobre los avances de las técnicas más modernas de enseñanza de la educación superior; así como de los conocimientos de las evoluciones científicas.
- c. Producir y publicar trabajos de investigación de carácter científico sobre el área de su especialidad, de acuerdo con las reglamentaciones de cada institución.

Los requisitos mencionados serán evaluados por cada una de las instituciones de educación superior, donde desempeñan su labor los profesores e investigadores, a través de concursos públicos y abiertos por oposición, que periódicamente serán convocados para mantenerse en su categoría o promocionarse en la categoría superior.

Los profesores e investigadores contratados se registrarán por lo establecido en las cláusulas de sus respectivos contratos.

## DE LOS DERECHOS DE LOS DOCENTES E INVESTIGADORES

**Artículo 45.-** Son derechos de los docentes de las instituciones de educación superior:

- a. Acceder a la carrera académica mediante concurso público de oposición.
- b. Ejercer la cátedra y la investigación bajo la más amplia libertad sin ningún tipo de imposición o restricción religiosa, política o de otra índole.
- c. Acceder a la carrera de docente e investigador y a cargos directivos, que garanticen estabilidad, promoción, movilidad y retiro, basados en el mérito académico, en la calidad de la enseñanza impartida, en la producción investigativa, en el perfeccionamiento permanente, sin admitir discriminación de género ni de ningún otro tipo.
- d. Participar en el gobierno de la institución a la que pertenecen, de acuerdo con las normas legales vigentes.
- e. Actualizarse y perfeccionarse de modo continuo a través de la carrera académica, de los centros o comunidades científicas y en unidades de estudios de investigación y de producción, tanto a nivel nacional como internacional.
- f. Participar en la actividad gremial.
- g. Percibir sus haberes por los días de receso establecidos en el calendario académico, asuetos y suspensión de clases por causas ajenas a su voluntad.
- h. Acceder al permiso con goce de sueldo, por maternidad, 6 (seis) semanas antes y 6 (seis) semanas después del parto.
- i. Acceder a permisos por enfermedad debidamente comprobada, conforme lo establece la legislación laboral vigente.
- j. Acceder al permiso para lactancia.
- k. A acceder al ingreso al sistema de escalafón.
- l. Acceder a permisos especiales con o sin goce de sueldo, para el usufructo de becas, programas de intercambio cultural o funciones educativas específicas.

## DE LOS DEBERES DE LOS DOCENTES E INVESTIGADORES

**Artículo 46.-** Son deberes de los docentes e investigadores de las instituciones de educación superior:

- a. Observar las normas que regulan el funcionamiento de la institución a la que pertenecen.
- b. Participar en la vida de la institución, cumpliendo con responsabilidad su función docente, de investigación y de servicio.
- c. Ejercer con ética sus funciones de docente y/o investigador.
- d. Actualizarse en su formación profesional y cumplir con las exigencias de perfeccionamiento que exige la carrera académica.
- e. Contribuir a la formación integral del estudiante en su dimensión humana, cultural, ética, social y política.
- f. Respetar a los estudiantes sin discriminación alguna y teniendo en cuenta sus derechos.
- g. Informar a los estudiantes sobre el programa a ser desarrollado, la modalidad de enseñanza, aprendizaje, su metodología, características y las pautas de evaluación.
- h. Evaluar con objetividad el desempeño del estudiante.

## DE LOS DERECHOS DE LOS ESTUDIANTES

**Artículo 47.-** Los estudiantes de educación superior tienen derecho a:

- a. Acceder a la educación superior, a la movilidad académica horizontal y vertical, permanecer, egresar y titularse sin discriminación de ninguna naturaleza, conforme a sus méritos académicos.
- b. Acceder a una educación superior de calidad que permita iniciar una carrera profesional en igualdad de oportunidades.
- c. Asociarse libremente en centros de estudiantes, elegir a sus representantes y participar en el gobierno y en la vida de la institución, conforme a los estatutos, lo que establece la presente Ley y demás disposiciones legales que rigen la materia.
- d. Obtener becas, créditos y otras formas de apoyo económico y social que garanticen la igualdad de oportunidades y de condiciones, particularmente para el acceso y permanencia en los estudios de grado y postgrado, conforme a las normas que reglamenten la materia.
- e. Recibir la información necesaria para el correcto ejercicio de sus responsabilidades como estudiante.
- f. Recibir información oportuna de su desempeño académico.
- g. Contribuir a la evaluación de los docentes.
- h. Los demás que fijen los estatutos respectivos.

## DE LOS DEBERES DE LOS ESTUDIANTES

**Artículo 48.-** Son deberes de los estudiantes de educación superior:

- a. Actuar con ética, honestidad y responsabilidad en las actividades académicas y en todos los espacios de la institución.
- b. Respetar los estatutos, reglamentaciones y normas de disciplina de la institución en la que estudian.
- c. Observar las condiciones de convivencia, estudio, investigación y trabajo que estipule la institución a la que pertenecen.
- d. Respetar el disenso, las diferencias individuales, la creatividad personal y colectiva y fomentar el trabajo en equipo.
- e. Los demás deberes establecidos en los respectivos estatutos.

## CAPITULO II

### DE LA CREACION, HABILITACION Y CIERRE DE INSTITUTOS SUPERIORES

#### SECCION I

#### DE LOS INSTITUTOS SUPERIORES

**Artículo 49.-** Son institutos superiores, las instituciones que se desempeñan en un área específica del saber en cumplimiento de su misión de investigación, formación profesional y servicio a la comunidad. Las carreras que impartan los Institutos Superiores se ajustarán a las áreas del saber establecidas por el Consejo Nacional de Educación Superior así como a sus disposiciones reglamentarias.

**Artículo 50.-** Los Institutos Superiores, tanto públicos como privados, serán creados por Ley a propuesta del Poder Ejecutivo o de entidades privadas o mixtas. El Congreso de la Nación autorizará el funcionamiento de los mismos, previo dictamen favorable y fundado del Consejo Nacional de Educación Superior, el cual tendrá carácter vinculante, conforme a lo establecido en el Artículo 9º, Inc. c) de la presente Ley.

**Artículo 51.-** La solicitud de creación de un Instituto Superior deberá reunir las mismas exigencias establecidas en el Artículo 26 de la presente Ley, además de las que disponga el Consejo Nacional de Educación Superior.

**Artículo 52.-** Los órganos de gobierno de los Institutos Superiores, su composición y atribuciones se establecerán en los estatutos, cuyas formalidades, exigencias administrativas y académicas serán reglamentadas por el Consejo Nacional de Educación Superior, respetando los principios establecidos en la Constitución Nacional.

**Artículo 53.-** Los Institutos Superiores serán dirigidos por un Director General, que será de nacionalidad paraguaya, y deberá contar con el título académico de la especialidad de la carrera concerniente, tanto en los institutos superiores públicos como privados.

**Artículo 54.-** El Consejo Nacional de Educación Superior reglamentará las exigencias administrativas y académicas de las carreras y los programas de los Institutos Superiores.

Las carreras cuyas prácticas puedan significar daño a la integridad física, mental o al patrimonio de las personas, deberán contar con dictamen de aprobación técnica, tecnológica y profesional de las entidades oficiales que regulan su ejercicio, a los efectos establecidos en el Artículo 9º, Inc. c) de la presente Ley.

**Artículo 55.-** El Ministerio de Educación y Cultura y el Consejo Nacional de Educación Superior, organizarán y mantendrán el registro nacional de carreras, antecedentes académicos, títulos, diplomas y estadísticas de matriculados y egresados de las carreras y programas de los Institutos Superiores del país.

**Artículo 56.-** Los Institutos Superiores están obligados a remitir anualmente al Ministerio de Educación y Cultura y a la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES), la documentación académica y administrativa correspondiente. El Ministerio será la instancia responsable de la conservación y guarda de la misma, y la Agencia se ocupará de lo concerniente a lo establecido en el Artículo 83 de la presente Ley, en cuanto al aseguramiento de la calidad y excelencia de la educación superior.

**Artículo 57.-** Los derechos y obligaciones de los educadores, investigadores y estudiantes de los Institutos Superiores, serán establecidos en sus estatutos y en las normas vigentes.

## **SECCION II INSTITUCIONES DE FORMACION PROFESIONAL DEL TERCER NIVEL**

**Artículo 58.-** Son Institutos de Formación Profesional del tercer nivel, los institutos de formación docente y los institutos técnicos que brindan formación profesional y reconversión permanente en las diferentes áreas del saber técnico y práctico, habilitando para el ejercicio de una profesión. Los Institutos de Formación Profesional del tercer nivel se registrarán por las disposiciones del Ministerio de Educación y Cultura. En caso de lagunas u oscuridad de la Ley, se aplicará a los mismos lo establecido para los Institutos Superiores de Educación.

**Artículo 59.-** El Ministerio de Educación y Cultura reglamentará su creación, estructura organizacional, funcionamiento, supervisión y clausura, respetando los principios constitucionales.

## **SECCION III DE LOS INSTITUTOS SUPERIORES DE LAS FUERZAS ARMADAS Y POLICIALES**

**Artículo 60.-** Los Institutos Superiores dependientes de las Fuerzas Armadas de la Nación y de la Policía Nacional establecerán su sistema de gobierno conforme a sus propios regímenes institucionales o cartas orgánicas.

El Consejo Nacional de Educación Superior establecerá las exigencias académicas que no se refieran expresamente a su área específica del saber, así como las pautas de equivalencias de estudios que permitan la movilidad. Para estos efectos, el Consejo estará a lo dispuesto por los Artículos 63, 69 y 70 de la Ley N° 1115/97 “DEL ESTATUTO DEL PERSONAL MILITAR” y el Artículo 87 de la Ley N° 1264/98 “GENERAL DE EDUCACION” y concordantes.

#### **TITULO IV**

### **DE LOS CURSOS DE PRE-GRADO, LAS CARRERAS DE GRADO Y LOS PROGRAMAS DE POSTGRADO DE LA EDUCACION SUPERIOR**

**Artículo 61.-** La educación superior desarrollará cursos de pre-grado, carreras de grado y programas de postgrado.

#### **CAPÍTULO I**

### **DE LOS CURSOS DE PRE-GRADO, CARRERAS DE GRADO Y PROGRAMAS DE POSTGRADO**

#### **SECCION I**

#### **DE LOS CURSOS DE PRE-GRADO**

**Artículo 62.-** Los cursos de pre-grado están orientados a:

- a. la preparación para ocupaciones de carácter operativo e instrumental para el ejercicio de una profesión técnica. Otorga el título de Técnico Superior en una especialidad técnica específica.
- b. la formación inicial de profesionales de la educación para el desempeño de la docencia en cada uno de los niveles del sistema educacional en las diversas modalidades de la actividad educativa. Otorga el título de Profesor.
- c. la formación de profesionales de la educación para el desempeño de la función técnica en diversas áreas. Otorga el título de Técnico Docente en un área específica.

#### **SECCION II**

#### **DE LAS CARRERAS DE GRADO**

**Artículo 63.-** Las carreras de grado tendrán una duración mínima de 4 (cuatro) años y 2700 (dos mil setecientas) horas cursadas.

De acuerdo con los estándares internacionales vigentes, las carreras podrán tener una duración de 5 (cinco) a 6 (seis) años. Estas carreras otorgan el título correspondiente a una profesión o a los conocimientos académicos de una disciplina.

#### **SECCION III**

#### **DE LOS PROGRAMAS DE POSTGRADO**

**Artículo 64.-** Son programas de postgrado: las capacitaciones, las especializaciones, las maestrías y los doctorados.

Para acceder a un programa de postgrado, es necesario poseer previamente un título de grado.

Los programas de postgrado deberán tener una carga horaria mínima en concordancia con las disposiciones y regulaciones vigentes.

**Artículo 65.-** Los programas de capacitación son aquellos que se desarrollan para las actualizaciones respectivas en cada área del saber científico y de las Ciencias Sociales. Su finalidad es la actualización permanente con los avances de la ciencia, de la tecnología y, en general, de los conocimientos, que cambian y modifican cada vez más rápidamente los paradigmas. Deberán tener una carga horaria acorde con la evolución de la disciplina correspondiente.

**Artículo 66.-** Los programas de especialización son aquellos que se desarrollan con posterioridad a una carrera de grado y posibilitan el perfeccionamiento profesional o de investigación.

Los programas de especialización deberán tener una carga horaria mínima en concordancia con las disposiciones y regulaciones vigentes y otorgan el título de Especialista, indicando el área específica de la especialidad.

**Artículo 67.-** Los programas de maestría amplían los conocimientos, y sus fundamentos tienen a la investigación y a la producción del conocimiento como componente fundamental del desarrollo de sus actividades.

Los programas de maestría deben tener una carga horaria mínima en concordancia con las disposiciones y regulaciones vigentes, y otorgando el título de Magíster, con indicación del área específica del conocimiento.

**Artículo 68.-** Los estudios de doctorado tienen por finalidad la capacitación para la realización de trabajos de investigación original. Constituyen un aporte significativo al acervo del conocimiento en un área específica del saber. Otorgan el grado de Doctor, para lo cual el aspirante debe seguir un plan de estudios y llevar a cabo una investigación original que se presenta bajo la forma de una tesis.

Los programas de doctorado deben desarrollarse sobre la base de un título Magíster.

#### **SECCION IV DE LA EDUCACION SUPERIOR A DISTANCIA O NO PRESENCIAL**

**Artículo 69.-** La educación a distancia o no presencial es aquella metodología educativa que se caracteriza por utilizar ambientes de aprendizaje en los cuales se hace uso intensivo de diversos medios de información y comunicación y de mediaciones pedagógicas que permiten crear una dinámica de interacciones orientada al aprendizaje autónomo y abierto; superar la docencia por exposición y el aprendizaje por recepción, así como las barreras espacio-temporales y las limitaciones de la realidad objetiva mediante simulaciones virtuales; adelantar relaciones reales o mediadas y facilitar aprendizajes por indagación y mediante la colaboración de diversos agentes educativos.

**Artículo 70.-** Los programas de educación a distancia o no presencial pueden ofrecerse en instituciones legalmente habilitadas, que dispongan de la infraestructura y equipamientos adecuados y los profesores capacitados específicamente para esta metodología educativa, así como con sus respectivos programas y sistemas de evaluación de cursos y disciplinas, aprobados por las autoridades competentes. El Consejo Nacional de Educación Superior reglamentará todas las exigencias para implementarla.

### **CAPITULO II DE LOS TITULOS DE LA EDUCACION SUPERIOR**

#### **SECCION I DE LA DEFINICION DE TITULO**

**Artículo 71.-** El título es el reconocimiento expreso de carácter académico, que se otorga a una persona al culminar un curso, carrera o programa y por haber completado los requisitos académicos exigidos por una Institución de Educación Superior. El otorgamiento de títulos en la educación superior es de competencia exclusiva de las instituciones de ese nivel, de conformidad con la legislación vigente.

#### **SECCION II DE LAS TITULACIONES DE LA EDUCACION SUPERIOR**

**Artículo 72.-** Las Universidades y los Institutos Superiores son las únicas instituciones que pueden otorgar títulos de grado y postgrado.

Los títulos otorgados por las Instituciones de Educación Superior deben estar necesariamente registrados en el Ministerio de Educación y Cultura.

La habilitación para el ejercicio de la profesión, una vez registrados oficialmente, se ajustará a los requisitos establecidos por las instancias competentes.

#### **SECCION III DEL RECONOCIMIENTO OFICIAL DE LOS TITULOS**

**Artículo 73.-** El reconocimiento oficial de los títulos que expidan las Instituciones de Educación Superior, será otorgado por el Ministerio de Educación y Cultura, mediante el registro del título, previo cumplimiento de las normativas legales vigentes en la materia en el orden administrativo.

**SECCION IV  
DE LA HOMOLOGACION DE LOS TITULOS OBTENIDOS EN EL EXTERIOR**

**Artículo 74.-** El Ministerio de Educación y Cultura, en coordinación con el Consejo Nacional de Educación Superior reglamentará decreto y resoluciones, mediante, la homologación de títulos obtenidos en el exterior. El ejercicio profesional de los extranjeros se registrará por los convenios internacionales vigentes y por las leyes de la República del Paraguay.

**SECCION V  
DE LAS INSTITUCIONES COMPETENTES PARA REALIZAR RECONOCIMIENTO DE  
ESTUDIOS EN EL EXTRANJERO**

**Artículo 75.-** El reconocimiento de estudios completos realizados en el extranjero estará a cargo del Consejo Nacional de Educación Superior, que lo reglamentará. Este procedimiento será previo al registro oficial del título en el Ministerio de Educación y Cultura.

**TITULO V  
DEL FINANCIAMIENTO, ESTIMULOS E INTERVENCIONES**

**CAPITULO I  
DE LOS ASPECTOS DE FINANCIAMIENTO**

**SECCION I  
SOSTENIMIENTO Y REGIMEN ECONOMICO-FINANCIERO**

**Artículo 76.-** Los recursos destinados a la educación superior de carácter público en el Presupuesto General de la Nación, no serán inferiores al 7% (siete por ciento) del total asignado a la Administración Central, excluidos préstamos y donaciones.

Independientemente a este porcentaje, serán además destinados a la investigación un mínimo de 2% (dos por ciento) del Presupuesto General de la Nación.

Los fondos aportados por el Estado y los recaudados de fuentes privadas serán distribuidos para proveer recursos para su financiamiento a las universidades y a los institutos superiores públicos, al Consejo Nacional de Educación Superior y a la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES). Estas instituciones, no obstante, podrán recaudar y gestionar sus propios fondos.

**Artículo 77.-** Las universidades privadas podrán recibir fondos aportados por el Estado toda vez que se adecuen a los requisitos de calidad y transparencia administrativa, que serán reglamentados por el Consejo Nacional de Educación Superior.

Las inversiones que las empresas realicen en la formación y capacitación de sus recursos humanos en Instituciones de Educación Superior con carreras acreditadas, así como las donaciones e inversiones que se destinen a la educación superior serán deducibles de todo tipo de impuestos, tasas y contribuciones creados o por crearse.

**SECCION II  
DE LOS ESTIMULOS Y APOYOS A LA EDUCACION SUPERIOR**

**Artículo 78.-** El Estado establecerá estímulos y apoyos, por medio de sus instituciones, creando líneas de crédito, donaciones, así como becas para alumnos y profesores de la educación superior. No podrán gozar de los mencionados estímulos las instituciones que no cuenten con carreras acreditadas.

El Estado creará fondos especiales para el desarrollo de la investigación y la formación de postgrados en las Instituciones de Educación Superior con carreras acreditadas.

**Artículo 79.-** El Estado garantizará, a través de las instituciones correspondientes el otorgamiento de becas y la concesión de créditos a estudiantes de escasos recursos económicos, tanto para instituciones públicas como privadas.

**Artículo 80.-** Quedan liberadas las instituciones de educación superior sin fines de lucro de todo tipo de impuestos, tasas y contribuciones fiscales o municipales creados o por crearse.

**Artículo 81.-** Las inversiones, donaciones y legados que se realicen a favor de las instituciones de educación superior, estarán exentos del pago de todo tipo de tributos creados o por crearse y el monto o valor será totalmente deducible para los otorgantes del pago del impuesto a la renta.

## **TITULO VI DE LA AGENCIA NACIONAL DE EVALUACION Y ACREDITACION DE LA EDUCACION SUPERIOR**

### **CAPITULO I DE LAS ATRIBUCIONES DE LA AGENCIA NACIONAL DE EVALUACION Y ACREDITACION DE LA EDUCACION SUPERIOR (ANEAES)**

**Artículo 82.-** La Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES) es el organismo técnico encargado de evaluar y acreditar la calidad académica de los Institutos de Educación Superior. Posee autonomía académica, administrativa y financiera.

Debe cumplir con las tareas específicas de verificar y certificar sistemáticamente la calidad de las instituciones de educación superior, sus filiales, programas y las carreras que ofrecen, y elevar el informe al Consejo Nacional de Educación Superior para su tratamiento conforme a esta Ley.

La Agencia tendrá a su cargo la acreditación de las carreras de las universidades e Institutos Superiores. La acreditación de las carreras es un requisito indispensable para acceder a fondos públicos y becas del Estado, así como para acceder a concursos, licitaciones y prestaciones de servicios al Estado. La acreditación de programas será necesaria para el reconocimiento oficial de las carreras reguladas por el Estado.

La Agencia se regirá en su organización y funcionamiento por su Ley de creación, sus reglamentos y lo prescripto en esta Ley.

#### **DE LA DIRECCION EJECUTIVA DE LA AGENCIA NACIONAL DE EVALUACION Y ACREDITACION DE LA EDUCACION SUPERIOR (ANEAES)**

**Artículo 83.-** La Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES) contará con una dirección ejecutiva que cumplirá las siguientes funciones:

- a. Coordinar y supervisar el funcionamiento operativo y administrativo de la Agencia, de acuerdo con el reglamento de organización interna aprobado por el Consejo Directivo.
- b. Llevar archivo de la documentación que expida la Agencia y de los informes técnicos y dictámenes sobre proyectos académicos de habilitación de Instituciones de Educación Superior, carreras de grado y postgrado, así como de las acreditaciones institucionales y de programas.
- c. Convocar a reunión del Consejo Directivo, de acuerdo con lo establecido en la Ley de creación de la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES).
- d. Brindar asistencia al Presidente y al Vicepresidente del Consejo Directivo para el cumplimiento de los fines establecidos en la Ley de creación de la Agencia.
- e. Las demás funciones que establezca el Consejo Directivo de la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES).

### **CAPITULO II DE LOS COMPROMISOS DE DIFUSION DE LA INFORMACION**

**Artículo 84.-** Las Instituciones de Educación Superior deberán presentar anualmente o a requerimiento del Consejo Nacional de Educación Superior, en cumplimiento de la exigencia de información y de la transparencia académica y administrativa, la nómina y el cargo de sus autoridades, la nómina de los docentes y del personal administrativo, así como los datos estadísticos sobre las matrículas, los egresados y todo otro dato que permita un actualizado registro del desenvolvimiento y desarrollo de las Instituciones de Educación Superior.

#### **DE LA INFORMACION DE ACCESO PUBLICO**

**Artículo 85.-** Los organismos del Estado, responsables de las políticas de educación, deberán convertir los datos en información y en conocimiento, sea a través de documentos escritos, soporte magnético o digital, o cualquier otro formato, sobre el estado de la educación superior. Quedan igualmente obligadas a hacerlo las organizaciones nacionales o internacionales vinculadas legalmente con estudios referidos a la educación superior.



## DE LA VALIDACION DE LAS PUBLICACIONES

**Artículo 86.-** Las publicaciones de las informaciones exigidas a las Instituciones de Educación Superior deberán ser actualizadas, completas, exactas, claras y responsablemente avaladas por sus autoridades.

### TITULO VII

#### DE LA INTERVENCION DE UNIVERSIDADES E INSTITUTOS SUPERIORES

#### CAPITULO I

##### SECCION I

#### DE LAS CAUSALES DE INTERVENCION DE UNIVERSIDADES E INSTITUTOS SUPERIORES

**Artículo 87.-** Las universidades y los Institutos Superiores pueden ser intervenidos por las siguientes causas:

a. El incumplimiento reiterado de las normas establecidas por esta Ley, así como las exigencias para su creación y la autorización de su funcionamiento, y todas aquellas disposiciones que dicte el Consejo Nacional de Educación Superior en el ejercicio de sus atribuciones.

b. En los casos en que se vean desnaturalizados los fines de las Instituciones de Educación Superior con motivo de violaciones graves o reiteradas de la Ley, siempre que las autoridades de las instituciones respectivas no hayan podido restablecer el normal funcionamiento, en el plazo que fije el Consejo Nacional de Educación Superior.

c. El incumplimiento de disposiciones legales o administrativas que impidan o imposibiliten la normal dirección o administración, expongan o representen riesgos para las personas en su seguridad, dignidad y los bienes de las mismas legalmente protegidos, siempre que las autoridades de las instituciones respectivas no hayan podido restablecer el normal funcionamiento de la institución en el plazo que fije el Consejo Nacional de Educación Superior.

#### SECCION II

#### DEL PROCEDIMIENTO DE INTERVENCION DE LAS UNIVERSIDADES, INSTITUTOS SUPERIORES E INSTITUTOS DE FORMACION PROFESIONAL DE TERCER NIVEL

**Artículo 88.-** La solicitud de intervención de las universidades y los Institutos Superiores será instada de oficio por el Consejo Nacional de Educación Superior, o mediante solicitud escrita debidamente fundada ante el mismo. El Consejo Nacional de Educación Superior podrá solicitar todos los informes y disponer las medidas que considere necesarias, previa a la resolución de intervención.

**Artículo 89.-** En caso de causales debidamente, probadas, el Ministerio de Educación y Cultura dispondrá la intervención de Institutos Técnicos Profesionales. Las causales de intervención serán reglamentadas por el Ministerio de Educación y Cultura.

**Artículo 90.-** El Consejo Nacional de Educación Superior, previa resolución por mayoría de dos tercios de los miembros presentes, establecerá en su petición las causas que motivan la intervención, el procedimiento a utilizarse, el o las personas propuestas como interventores y su remuneración, la duración o las condiciones de la intervención y los informes o dictámenes que el o los interventores deben producir y el plazo para hacerlo.

Los interventores serán designados y removidos por el Consejo Nacional de Educación Superior.

La intervención implica la suspensión automática y temporal de las autoridades de la institución afectada, quienes quedarán suspendidas interinamente por el o los interventores, que asumen con plenas facultades, excepto las de modificar estatutos o reglamentos internos y aquellas que reglamente el Consejo Nacional de Educación Superior en cada caso.

El plazo de intervención será reglamentado por el Consejo Nacional de Educación Superior, y no podrá prolongarse por más de 6 (seis) meses, renovable únicamente por razones debidamente fundadas, por 3 (tres) meses más, y concluirá con un informe detallado del estado de la institución, con las recomendaciones que correspondan, que debe ser aprobado por el Consejo Nacional de Educación Superior en el plazo de 15 (quince) días desde su formulación.

### **SECCION III**

#### **DEL LEVANTAMIENTO DE LA INTERVENCION O CLAUSURA DE LAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS SUPERIORES**

**Artículo 91.-** La intervención de las universidades e Institutos Superiores podrá ser levantada bajo las condiciones que la autoridad interventora sugiera o las que establezca el Consejo Nacional de Educación Superior.

Si las exigencias no fueran satisfechas, basadas en las recomendaciones dadas por la intervención o por el Consejo Nacional de Educación Superior, previa resolución dictada por las mayorías establecidas en el Artículo 9° de la presente Ley, se dispondrá la clausura o cierre de las filiales, carreras, universidades o Institutos Superiores.

**Artículo 92.-** No procederá ningún tipo de recurso contra las decisiones y/o resoluciones referidas a la intervención, sean ellas emanadas del Ministerio de Educación y Cultura o del Consejo Nacional de Educación Superior. Contra la resolución de clausura o cierre de las universidades o Institutos Superiores, solo procederá la acción de inconstitucionalidad.

### **TITULO VIII**

#### **DE LAS DISPOSICIONES TRANSITORIAS Y DEROGACIONES**

#### **SECCION I**

##### **DISPOSICIONES TRANSITORIAS**

**Artículo 93.-** Las Instituciones de Educación Superior, en funcionamiento al entrar en vigencia la presente Ley, tendrán un plazo de 2 (dos) años para realizar las adecuaciones a las exigencias de esta normativa y las que establezca el Consejo Nacional de Educación Superior.

**Artículo 94.-** Todas aquellas disposiciones emanadas del Consejo de Universidades durante la vigencia de la Ley N° 136/93 "DE UNIVERSIDADES", quedarán vigentes en tanto no se opongan a la presente Ley, e igualmente todas sus disposiciones administrativas y académicas.

**Artículo 95.-** El Ministerio de Educación y Cultura conjuntamente con el Consejo de Universidades instaurado por la Ley N° 136/93 "DE UNIVERSIDADES" serán los encargados de realizar las convocatorias respectivas para conformar e integrar el Consejo Nacional de Educación Superior en el plazo de 90 (noventa) días contados desde la promulgación de la presente Ley.

**Artículo 96.-** A partir de los 5 (cinco) años de la promulgación de la presente Ley, todas las universidades e Institutos Superiores deberán contar con un mínimo de 10% (diez por ciento) de profesores con título de magíster del plantel docente y 3% (tres por ciento) con título de postgrado de doctor y a partir de los 10 (diez) años de la promulgación de la presente Ley, con un mínimo de 15% (quince por ciento) de profesores con título de magíster y 5% (cinco por ciento) con título de postgrado de doctor; mientras que a partir de los 15 (quince) años de la promulgación de la presente Ley, deberán contar con un mínimo de 20% (veinte por ciento) de profesores con título de magíster y 7% (siete por ciento) con título de postgrado de doctor.

#### **SECCION II**

##### **DEROGACIONES**

**Artículo 97.-** Deróganse los Artículos 8°, 48, 49, 53, 54, de la Ley N° 1264/98 "GENERAL DE EDUCACION"; los Artículos 149, 231, 237 de la Ley N° 836/80 "CODIGO SANITARIO"; los Artículos 1° al 23 de la Ley N° 136/93 "DE UNIVERSIDADES" y sus modificatorias y todas las disposiciones legales y reglamentarias contrarias a la presente Ley.

**Artículo 98.-** Comuníquese al Poder Ejecutivo.

Aprobado el Proyecto de Ley por la Honorable Cámara de Senadores, a nueve días del mes de mayo del año dos mil trece, quedando sancionado el mismo por la Honorable Cámara de Diputados, a veintiséis días del mes de junio del año dos mil trece, de conformidad con lo dispuesto en el Artículo 207 numeral 2) de la Constitución Nacional.

Figura 08: Mecanismo de Evaluación y Acreditación Institucional.



La evaluación de la calidad de la educación superior <sup>1</sup>

La (UNESCO) define a la evaluación en la Educación Superior como: el proceso de reunir, cuantificar y usar sistemáticamente información, con la perspectiva de juzgar la efectividad formativa y la pertinencia curricular de una institución de Educación Superior como un todo (evaluación institucional) o de sus programas educacionales (evaluación de programas). Implica la revisión de las actividades centrales de una institución de Educación Superior, incluyendo evidencia cualitativa y cuantitativa de las actividades educacionales y los productos de la investigación científica.

Entendida así la evaluación debe realizarse de forma integral y comprende el análisis de todos los elementos involucrados, sea aquella institucional, de carreras de grado o programas de posgrado.

En este marco, la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior, entiende que la evaluación debe realizarse con un patrón de comparación en la que debe definirse el estado deseable que permita realizar la contrastación y tiene como propósito fundamental la mejora, mediante la orientación y ajuste de los procesos y resultados de un proyecto educativo, en la búsqueda de relevancia, eficacia y eficiencia de los mismos. Por tanto, la evaluación de la calidad implica el análisis (estudio, evaluación y valoración) de la calidad de los procesos, prácticas, programas y servicios de la Educación Superior mediante técnicas, mecanismos y actividades apropiados (Sanyal & Martin, 2006).

#### 1. El objeto de la evaluación <sup>2</sup>

El objeto de la evaluación en la educación superior es: “la calidad académica de las carreras de grado y de los programas de postgrado. La comprensión y valoración de la calidad deben considerar todos los elementos, procesos, recursos inherentes a la Educación Superior, comparándolos con patrones previamente establecidos.

La ANEAES, tiene como objetivo evaluar y certificar con sus mecanismos la calidad académica de las carreras de grado y de los programas de postgrado, en el entendido de que la calidad académica refiere al conjunto de procesos y recursos inherentes a las actividades de docencia, investigación y extensión que se desarrollan en ella, en el marco del cumplimiento de sus objetivos y propósitos, valorada a través de los principios de eficiencia, eficacia, relevancia e integridad.

La evaluación de la calidad académica de las carreras de grado y de los programas de postgrado se realiza basado en un enfoque sistémico sobre el cual se apoya el Modelo Nacional, definido en el documento Conceptos Fundamentales, considerando la totalidad de los aspectos, sean estos de contexto, de entrada, de proceso o de producto, visualizados en indicadores concretos que dan cuenta del nivel de logro de los criterios de calidad y que contribuyen a alcanzar los resultados esperados.

## 2. Principios de la evaluación de la calidad de Carreras de Grado y de Programas de Postgrado.

Los principios de la evaluación orientan el proceso evaluativo, así como a las normas técnicas que guiarán los procedimientos a ser aplicados para recoger información válida, pertinente, relevante, útil y oportuna para el diagnóstico de la situación presente y la proyección de las estrategias necesarias para la mejora <sup>3</sup>.

## 3. Características de la evaluación <sup>4</sup>

La evaluación de carreras de grado y de programas de postgrado propuesta por la ANEAES se caracteriza por:

1. Ser un proceso cíclico, reflexivo y permanente.
2. Estar ajustada a las normativas legales vigentes.
3. Comprometer la participación de los diferentes actores y estamentos de la institución.
4. Ser un proceso planificado y realizado en etapas sucesivas, claramente definidas.
5. Enfocarse en el análisis minucioso e integral de la calidad académica de la carrera.
6. Proporcionar información confiable para proponer mejoras.

## 4. Mecanismos de grado y postgrado

Tanto el Mecanismo de Evaluación y Acreditación de Carreras de Grado como el Mecanismo de Evaluación y Acreditación de Programas de Postgrado, tienen como propósito esencial mejorar la calidad, en este caso la calidad académica de las carreras de grado y los programas de postgrado, mediante el análisis de todos los elementos que la conforman con miras a producir información confiable sobre los procesos y resultados del proyecto académico, a la luz de criterios basados en principios de relevancia, integridad, eficacia y eficiencia.

## **Referencias bibliográficas**

---

<sup>3</sup> cfr Mecanismo de Evaluación y Acreditación de Carreras de Grado y Mecanismo de Evaluación y Acreditación de Programas de Postgrado

- 5 Mecanismo de Evaluación y Acreditación de Carreras de Grado
- 6 ANEAES, Conceptos fundamentales.
- 7 ANEAES, Mecanismo de Evaluación y Acreditación de Carreras de Grado. ANEAES, Mecanismo de Evaluación y Acreditación de Programas de Postgrad





